Os cigarros de Mário Castelhano pág. 33-34 • **Noz Storia, a memória da periferia** pág. 12-13 • **Suplemento Outras Economias**

MAPA
Jornal de informação crítica

Assina o Jornal Mapa
descobre como em
jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal

NÚMERO 47
OUTUBRO-DEZEMBRO 2025
TRIMESTRAL / ANO XI
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

OS FOGOS QUE ATIVARAM A COMUNIDADE

O interior, coberto pelas monoculturas do eucalipto e do pinho, foi palco de histórias de resistência vividas no drama dos incêndios de verão. A auto-organização popular, por entre aldeias e quintas, sublinhou a força das comunidades que exigem uma nova paisagem florestal.

Págs. 2 a 7

LUÍS MENDÃO, O ANTIPROBICIONISTA QUE FUNDOU O GRUPO DE ATIVISTAS EM TRATAMENTO

págs. 29 a 32

O ANTICIGANISMO NO ACESSO À HABITAÇÃO: BARRACAS, BAIRROS ISOLADOS E NOMADISMO FORÇADO

PÁGS. 8 A 10

AS BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS NA LUTA CONTRA A DITADURA PELO TESTEMUNHO DE JOSÉ PAULO VIANA

PÁGS. 22 A 25

Veio o fogo e respondemos todos juntos

A auto-organização popular no combate aos incêndios sublinhou a importância de pensar os territórios florestais desde a sua base e ativando o espírito comunitário dos lugares.

Alimento doado é colocado em pontos de refúgio da vida selvagem no Vale da Aveleira na Serra da Lousã. Foto: Fernando Amaral

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT [1]

Uma vez mais os incêndios assolaram o país de forma devastadora. No interior florestal, coberto pelas monoculturas do eucalipto e do pinho, as populações que aí vivem, renovadas por gente citadina que procura um outro modo de vida mais próximo da terra, souberam dar uma resposta ímpar aos fogos que cercaram as suas aldeias e quintas. Fosse no Gerês, nas encostas da Lousã, Açor, Gardunha e Serra da Estrela, entre outras serranias, a auto-organização popular no combate às chamas comprovou a importância e o poder da solidariedade e do apoio mútuo. Sem que esteja em causa a abnegação dos bombeiros, em si mesma prova de uma entrega ao bem comum, ficou claro que o centralismo militarizado do estado falha redondamente. E viu-se que as pessoas sabem organizar-se por si mesmas: essa capacidade salvou vidas e permitiu vislumbrar um futuro em comunidade.

O jornal MAPA foi ao encontro de algumas das histórias de resistência popular vividas no drama dos incêndios de Arganil e da Lousã, em agosto de 2025. Foram atingidos mais de 64 mil hectares ao longo de 11 dias: 8 concelhos atingidos, 3% do território nacional. Estas são histórias que animam outras histórias possíveis de um renascimento rural das nossas serras e montanhas.

Arganil, uma vez mais o fogo

«Havia algo que estava muito presente nas pessoas que já cá estavam em 2017: não era um *se*, era um *quando*. Eu sabia que era um *quando*. Ia voltar a acontecer – mas não achei que fosse algo assim tão cedo». As palavras são da Inês, moradora em Benfeita há quatro anos, concelho de Arganil, e ligada à Folha Verde, um projeto educativo comunitário que ilustra o novo repovoamento rural que teima em inverter a longa marcha de abandono do interior. Uma vontade de aí viver que não se tem mostrado fácil, seja para estes novos rurais, seja para as populações locais que se mantêm pelas aldeias serranas. Em 2017, Inês já morava no lugar próximo do Monte Frio e viu os incêndios devastarem o território. Agora conta-nos como o «Monte Frio e a Relva Velha foram arrasados novamente. O cimo da montanha, com enorme densidade de eucaliptais, ardeu com grande intensidade e maior rapidez que nos outros sítios».

A perceção desta inevitabilidade levara vários habitantes desses lugares à conclusão de que não poderiam ficar de braços cruzados à espera do próximo incêndio. «Depois de 2017 começou a dizer-se: o que é que podíamos fazer? Nesse ano, o único camião de bombeiros que esteve aqui foi um que ficou cá preso, rodeado pelo incêndio, nas Luadas». Já então, na luta contra o fogo, estreitavam-se laços entre os serranos naturais e os estrangeiros recém-chegados. «Observámos o que a Junta de Freguesia fazia: tinha as suas *pick-ups* com depósitos de mil litros para fazer algo da função de bombeiros. Sem se aventurarem muito, com bom senso. Surgiu a ideia de fazer algo semelhante».

A Arbor, uma associação local criada no rescaldo dos incêndios com objetivos de regeneração e reflorestação com árvores autóctones, propôs-se igualmente estruturar equipas de voluntários em resposta aos fogos. Em agosto último, a organização voluntária destes habitantes foi posta à prova. Conforme relata Inês, as equipas, em colaboração estreita com a Junta consolidaram um «apoio aos bombeiros, sem entrar em heroísmos. Conseguiu-se salvar imensas coisas, bastantes sítios. Conseguíamos chegar a sítios de difícil acesso, onde um camião dos bombeiros não podia chegar. O sistema de *walkie-talkies* usou-se com sucesso (em 2017 as telecomunicações falharam). Houve pontos de vigia e muito cuidado e atenção sobre as zonas onde já se sabia que tinha acabado o fogo». Toda a gente disponível trabalhou arduamente para controlar as reignições e impedir que o fogo se espalhasse ainda mais. «Tínhamos uma rota grande e uma pequena, a circundar mais ou menos todas as aldeias, a ver se havia reacendimentos, lugares a fumegar e a precisar de intervenção».

A auto-organização dos habitantes, que de forma espontânea se fez notar em muitas localidades, veio aqui a beneficiar do trabalho prévio do Benfeita Fire Fund. À carrinha da junta equipada para incêndios, a Arbor juntou outras três e preparou uma rede de recursos hídricos em todos os vales para melhorar a capacidade de resposta.

«Quando aconteceu o incêndio, era a festa da Benfeita, o que foi um pouco surreal. Havia por aqui montes de "lisboetas", como lhes chamo. Tínhamos uma bomba no muro do rio para as *pick-ups* encherem constantemente os depósitos de mil litros, e havia sempre jovens de Lisboa lá a ajudar, com baldes e assim para

Codessais: «organizamo-nos sem saber como, fazendo uma equipa a tentar salvar-nos. Só pelo olhar já dizíamos vais para ali, tu vais para lá». Foto: Fernando Amaral

encher mais rápido». Ecoando uma situação repetida por todo o lado neste último verão, Inês refere como «muitas vezes os bombeiros não tinham ordem para atuar. Houve situações em que o fogo teria sido muito menor se eles tivessem agido mais cedo, quando ainda está no meio do mato e não está perto de uma aldeia. Não se pode apontar o dedo ao nível local, mas a como as coisas são organizadas mais acima na pirâmide do poder. Não quero apontar dedos, é preciso muita coragem, mas sem dúvida algo está mal na forma como estes meios são organizados».

Já ao nível local, a sensação é que «muitas pessoas se sentiram empoderadas: há algo que podemos fazer para nos defendermos. É possível. Acho que o facto de as pessoas estarem organizadas e terem desejo de combater o fogo, na medida dos possíveis, não fugirem e decidirem ficar, trouxe imenso respeito por parte dos locais». Recorda o diálogo com uma senhora que lhe dizia como «antigamente, quando havia um fogo, juntávamo-nos todos e se havia água era água, se não era à enxada». «Foi isso que aconteceu, respondemos todos juntos. No meio das perdas, imensas perdas sobretudo da natureza, vegetal e animal, essa foi a parte bonita de ver acontecer».

E se o fogo se extinguiu, o sentimento local não se esfumou. Sucedem-se dias de trabalho comunitários, sempre guarnecidos de refeições comunitárias que juntam as pessoas. No mercado mensal na Benfeita, várias bandas tocaram gratuitamente para

Temos que organizar a mobilização popular que a política nunca quis nem aceita. Para podermos ter um futuro, temos de construí-lo com as nossas mãos

angariar fundos para os almoços comunitários. Nos mercados, ofereceram-se ferramentas, materiais de construção, pratos e lençóes, e angariou-se dinheiro para quem tinha perdido as suas coisas.

«No primeiro fim-de-semana fomos a 15 sítios, cada equipa tinha uma *pick-up*, para levar destroços queimados até sítios onde os podíamos depositar, em articulação com a Junta». Tentando fazer crescer a floresta autóctone diz Inês que «a terra nunca quer a sua pele vazia: "limpa". Este conceito da limpeza é dúbio. Não quer estar nua, quer estar coberta», pelo que «é preciso jogar com esse comportamento espontâneo, deixar que ele exista, misturar outras coisas pelo meio, para com mais rapidez termos uma floresta a que possamos chamar floresta». Inês insurge-se contra a «definição oficial de floresta, do governo português, [onde] cabe perfeitamente uma monocultura: não é uma floresta! Vimos que nas zonas que arderam e que tinham várias espécies é possível intervir e parar, ou acalmar, e salvar coisas».

Codessais. Mulheres que cuidam. Fernando Amaral perdeu a sua casa nas encostas de Vila Nova de Poiares nos incêndios de 2017. Desde então que, em videoativismo, recolhe testemunhos difundidos pelas redes de resistência a vários projetos extrativistas, das minas do Barroso às monoculturas florestais da região onde vive. Fernando, que diz ser preciso "deseucaliptizar" Portugal, é uma das vozes da Rede Emergência Florestal / Floresta do Futuro, que em setembro passado voltou a organizar diversos protestos em várias localidades do país como na Lousã, Arganil, Pedrógão Grande, Sertã e Oliveira do Hospital. É este o seu alerta: «nos últimos 35 anos, o equivalente a metade do território nacional já ardeu. O que está em causa é a própria viabilidade do país. Para podermos ter uma terra onde possamos viver sem medo, para termos um futuro, temos que organizar a mobilização popular que a política nunca quis nem aceita. Para podermos ter um futuro, temos de construí-lo com as nossas mãos».

Fernando gravou em três vezes femininas de Codessais, em Serpins, na serra da Lousã, o relato desse momento em que «o dia virou noite», a 15 de agosto. «Três horas de inferno» em que estas mulheres, com os poucos vizinhos, boa parte idosos, combateram as chamas com baldes e mangueiras perante a falta de resposta às insistentes chamadas de emergência. À rapidez do fogo e à ausência de meios, opôs-se a «persistência delas, o instinto de sobrevivência de porem as mãos à obra», apesar de um sentimento contraditório de reconhecerem a «inconsciência» de ficar nestas situações. «Nós organizamo-nos sem saber como, fazendo uma equipa. Só pelo olhar já dizíamos vais para ali, tu vais para lá».

A sensação que ficou no lugar é que «fomos abandonados». Depois de 2017, a população apresentara várias soluções de prevenção, desde a limpeza dos caminhos à localização de um tanque de apoio. Nada foi feito. Agora deixam um apelo: «temos o outono, o inverno e a primavera; temos três estações do ano para preparar muita coisa, mas também para preparar os habitantes para serem os bombeiros da própria aldeia. Criar condições para que nós possamos ajudar os bombeiros. Quem passou por aquilo que nós passamos, que se juntem, que façam a sua voz ser ouvida pelos autarcas para que isto não volte a acontecer».

À espera da brama no Vale da Aveleira

Claúdio vive com a mulher e a filha de dez anos na aldeia de Cabanões, em Serpins, onde Fernando gravou o seu testemunho. No dia 15 de agosto, a aldeia viu-se totalmente rodeada pelas chamas e foi evacuada no início da manhã. Quando o fogo chegou ficaram seis habitantes a combater sem nenhum meio de apoio. A aldeia, diz Cláudio, faz parte «daquele programa da Câmara Municipal de "Aldeia Segura" que visava aqui coordenar uma série de elementos que falharam redondamente, elementos esses que foram apontados por toda a população e que foram ignorados até ao dia 15». Desde logo, «os sobrantes florestais de limpezas que haviam sido feitas» resultaram em «montanhas de combustíveis deixados por toda a serra». A empresa subcontratada pela autarquia, «que era para vir tratar dos sobrantes florestais, uma empresa de lenhas, veio e começou a carregar as madeiras das pessoas todas e deixou os sobrantes!». Depois há o difícil acesso ao tanque instalado e o caricato caso dos 200 metros de mangueiras a que ficaram a faltar os adaptadores às bocas de incêndio, tal como constatado no próprio momento da instalação, feita com pompa e circunstância. Tudo isto foi apontado por Claúdio em reunião com o executivo camarário, um mês antes do incêndio. Quanto ao valor indicado de 36 mil euros adjudicados para Cabanões através da "Aldeia Segura", Cláudio diz-nos que «nós com muito menos do que isso estamos a tentar garantir a sobrevivência no próximo episódio». Os moradores juntaram-se para comprar bombas submersíveis, equipamento e mangueiras decentes, com as devidas ligações. «Porque já vimos que se estivermos à espera da ajuda de qualquer entidade, vamos morrer todos aqui queimados».

Entretanto, Claúdio transporta cereais e frutas doadas para pontos de refúgio da vida selvagem do Vale da Aveleira. Depois de 15 quilómetros percorridos de jipe em terra batida, começa uma caminhada de 2 quilómetros com as sacas às costas, até chegar a pontos de água que subsistem no único verde que resta em toda a serra: «não queremos que eles se vão embora». «Se as entidades

não quiseram saber das pessoas aqui em Cabanões, eu não vou delegar agora essa tarefa no caso dos animais. Com os nossos próprios meios, os nossos veículos e o nosso tempo, estamos a levar o alimento». Fala dos javalis e dos veados, alimentados pelo esforço voluntário de Cláudio e de quem mais o acompanha, evitando que desçam às aldeias e causem prejuízos nas lavouras que ficaram, mas sobretudo para «proteger aquilo que resta desta floresta, deste bosque lindíssimo». As imagens são vislumbres de esperança em vales «acantilados muito profundos» por entre o negro das encostas e cumeadas.

Com as chuvas que virão «isto vai ficar tudo um caos e alguém terá de fazer alguma coisa aqui no terreno, não sei bem como, mas estou à espera das diretrizes para poder ajudar no que possa». Virão ainda as invasoras e o momento, para Claúdio, será mesmo «de menos eucaliptos, ou nenhuns, se possível». Defende o plantio de árvores autóctones, em particular do carvalho alvarinho, «uma árvore sapadora que consegue controlar e até extinguir os incêndios». Até lá, Claúdio assegura que vai continuar o seu trabalho, «pelo menos até sentir que a floresta está a recuperar e que o alimento já assegura a sobrevivência deles». A «brama está quase aí», o ritual outonal de acasalamento dos veados, e «esse será o momento de confirmação do nosso trabalho: quando os ouvirmos bramir neste vale e soubermos que eles estão a procriar e que o futuro está assegurado».

O espírito da comunidade a acontecer

A quinta situa-se entre a freguesia de Paul e a freguesia de Ourondo, na Covilhã. São cerca de 50 hectares que, desde 2010, albergam uma comunidade espiritual de cerca de 30 pessoas sob o nome de Ananda Kalyani. Exemplo da nova toponímia que constará quando atualizada a cartografia e os cadastros da nova ruralidade do nosso interior.

Falámos com o Guilherme acerca do drama vivido entre as chamas. Há já uma semana que ardia uma serra próxima, a cerca de 20 km, mas como todas as populações serranas, estavam habituados a ter incêndios por perto. «O incêndio, para chegar aqui, teria de queimar aldeias, como a de Casegas, para chegar até nós. Pensamos que - não é possível, o governo português, os bombeiros não vão deixar que isto aconteça. Dia 16 de agosto, aconteceu. Queimou essas aldeias, muitas quintas arderam completamente, casas, armazéns, animais, olivais centenários… é mesmo muito triste, estamos a falar de gerações e gerações de trabalho ardido em minutos».

«E chegou até nós. Na nossa quinta principal, dos 30 hectares, arderam 25 hectares.

Voluntários juntaram-se em Ananda Kalyani trabalhando para prevenir a erosão do solo. Foto Diogo Tavares Ribeiro

Conseguimos preservar esses 5 hectares pelo trabalho de quatro membros da nossa comunidade, que ficaram a noite toda a combater as chamas, porque os bombeiros não vieram cá. Não tivemos apoio dos bombeiros porque era uma calamidade, um desastre de tal tamanho, não havia recursos, não havia meios, era impossível, uma tragédia. Percebo completamente que os bombeiros não tivessem forma de dar vazão a tudo. Então tivemos nós que proteger a nossa própria quinta».

A atuação direta e organizada na aldeia estendeu-se para lá da mesma e das pessoas e olha para fauna selvagem da serra que a envolve.

Guilherme conta-nos que a maioria das pessoas evacuou porque «era, de facto, muito perigoso». O combate empreendido pelas quatro pessoas que decidiram ficar «foi mesmo tirado de um filme, um filme com heróis de ação a meterem a sua vida em causa para proteger a nossa quinta. Por um lado incrível, por outro lado, há que dizer que o que a maior parte das pessoas fizeram, foi tomar a ação mais sensata, que é evacuar. Mas graças ao sacrifício desses quatro membros da comunidade conseguimos preservar a maior parte das nossas infraestruturas. Porque de outra forma teríamos perdido tudo, teria ardido o yurt de habitação muito bonita, mas feita de madeira, a casa com armazém agrícola também feito de madeira, uma produção de meio hectare de amoras que nos dá algum retorno financeiro, e claro, as estufas. Temos uma estufa incrível que produz toneladas de comida todos os anos, é de onde vem a maior parte dos nossos vegetais, e teria sido um desastre para nós. Mas mesmo assim perdemos 25 hectares, 10 destes hectares eram cerejal com 500 cerejeiras, um sistema de rega, várias colmeias de abelhas, isso perdemos tudo. Estamos a falar de 10 anos de trabalho que desapareceram e que não vai ser assim tão cedo que vamos conseguir reaver.» Seguiram-se «vigias de 24 sobre 24 horas, turnos de duas horas durante a noite toda e durante o dia todo, para apagar todas as reignições».

Guilherme acentua ao longo da conversa um ânimo positivo perante a tragédia. «Uma das razões é que nos ativou. Somos uma comunidade espiritual e vimos o poder de viver em comunidade e as mais valias». Uma leitura que extravasa para as aldeias vizinhas. «Observei, em particular, nos dias depois da grande tragédia, este espírito de comunidade, a acontecer no Paul e em Ourondo, vizinhos a juntarem-se, a apagarem as reignições dos terrenos uns dos outros, vi esse espírito de comunidade acontecer também».

«O que estou a observar aqui é mesmo o poder da comunidade, essa entreajuda, a solidariedade que se ativou. Para mim é muito inspirador e quero continuar assim. A nossa missão a um nível maior é viver numa sociedade em harmonia entre nós, seres humanos, mas também com todos os outros seres, as plantas e os animais. Não queremos viver numa sociedade em guerra, individualista, capitalista, em que o individual é acima de tudo, o indivíduo acima do coletivo. Nós queremos viver numa sociedade que viva realmente em entreajuda. Esta tragédia está a ativar este espírito. Estamos a fazer o nosso melhor para aproveitar o que este momento está a gerar.»

Daí nascem as ajudadas Mãos na Terra que, como em Benfeita, são celebradas com um almoço partilhado. Juntam-se em diferentes quintas afetadas a apanhar lixo, a cortar giesta queimada, a fazer estruturas de retenção da água para mitigar a erosão e apoiar quem tudo perdeu. Mas para Guilherme, os objetivos não se ficam por aí. «Acredito num processo passo a passo. A curto prazo estamos a fazer estas ajudadas nas quintas uns dos outros, a criar aquele espírito de comunidade». A solução de médio prazo será fazer uso das previstas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), e dos fundos do Programa de silvicultura sustentável (PEPAC). «Estamos a falar já de uma grande escala, aliás, ideal até seria uma ZIF (Zona de Intervenção Florestal) a partir de 500 ha e um mínimo de 25 proprietários, mas a AIGP é mais flexível e prevê também espaço agrícola. Estamos a falar de um agrupamento de terrenos que são geridos de uma forma verdadeiramente comunitária e temos uma entidade central que gere o terreno em nome de todos os proprietários». A associação ambiental Ecoativo, ligada à Ananda Kalyani, irá pôr em marcha um projeto próprio nesse âmbito.

Já a longo prazo, sublinha o objetivo de «sairmos deste paradigma de pensar na floresta como um meio de obtenção de lucro e em que a prioridade seja a criação de ecossistemas saudáveis e funcionais. Aí, estamos a falar de misturas de plantas, estamos a falar da criação de floresta verdadeira com os diferentes estratos, com os estratos emergentes, as árvores grandes, o estrato alto, o estrato médio e o estrato baixo. As plantas anuais de ciclo rápido, os arbustos de ciclos mais lentos, as árvores de ciclos médios e as árvores de ciclos longos». Para Guilherme, temos de ir para além do mosaico que estes subsídios permitem: «as faixas de sobreiro, as faixas de medronho, faixas de carvalho negral…» embora «esta ideia de um mosaico seja mil vezes melhor do que temos hoje em dia: 70 ou 80% de monocultura de pinhal abandonado».

Por fim, uma outra ideia final, à qual Guilherme confessa saber «que vai ser muito difícil convencer as pessoas que isso realmente é o caminho, mas a medida é simples: todo o terreno florestal que está claramente abandonado há mais de 10 anos, automaticamente passa a baldio. Uma vez que passa a baldio, as entidades que trabalham com a floresta passariam a geri-lo».

A montanha não é apenas pedra e vegetação, nem paisagem para turismo fugaz, nem reserva de sacrifício para monoculturas e políticas que vêm de longe

Do ponto mais alto do continente

Combatidos os fogos e reiterado o poder da auto-organização popular por essas aldeias, quintas e comunidades fora, por entre novos residentes ou gerações locais, ao forte sentimento de abandono que a todos assolou a única resposta possível seria, em diante, dar continuidade à dignidade dessas histórias de resistência. Muitas mais histórias haveria para aqui relatar.

No dia 21 de setembro, mais de 150 pessoas subiram à Torre, na Serra da Estrela, sob o apelo de um «momento apartidário de encontro e partilha, em defesa da Serra, do território e das comunidades». Diversas pessoas, associações e organizações locais, apresentavam o movimento Por Serras Dignas. Do seu manifesto em construção, citamos: «As chamas deixaram um rasto de tristeza, mas revelaram também algo que nunca se perdeu: a força de comunidades que sabem unir-se e resistir. As serras, florestas, animais, rios e pessoas serranas merecem um futuro de esperança que pede resistência em cada aldeia, em cada trilho, em cada ecossistema. A montanha não é apenas pedra e vegetação, nem paisagem para turismo fugaz, nem reserva de sacrifício para monoculturas e políticas que vêm de longe. A montanha é casa de muitos seres vivos, é trabalho, muitas culturas, escola, futuro! Exigimos respeito. Exigimos dignidade».

NOTAS

1 Com Francisco Colaço Pedro e Fernando Amaral.

Paisagens de Fogo

Um grupo de investigadores nas áreas da história e das ciências ambientais conta-nos uma história política e ambiental dos grandes incêndios em Portugal.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Um grupo de investigadores da Universidade Nova de Lisboa e do Centro de Estudos Sociais, em Coimbra, reuniu-se no projeto FIREUSES – Paisagens de Fogo[1] para perseguir a *história do fogo* em dois espaços de montanha: as serras contíguas da Lapa e da Nave, a Norte, e a serra de Monchique, a Sul. Lançámos à equipa um leque de perguntas, respondidas por email por Miguel Carmo, José Miguel Ferreira, Ana Isabel Queiroz, Marta Nunes Silva, Inês Gomes[2], Frederico Ágoas[3] e Joana Sousa[4].

De 2017 a 2025 os mega incêndios são uma realidade em diversas geografias mundiais, nos quais centramos as atenções em cada verão, em função da escala das tragédias, para a eles regressarmos no ano seguinte. Olhando para o passado deste país em chamas, a vossa investigação resgatou a memória de «*serras sem incêndios, mas repletas de fogo*». Que «paisagens de fogo» constituíam essa ruralidade versus a atual «*paisagem de incêndios*»?

As paisagens são o resultado das intervenções praticadas num determinado contexto ecológico e geográfico pelas comunidades humanas que nela habitam ou habitaram. No passado, a agricultura e a pastorícia, nas suas formas e usos locais, eram elementos que contribuíam decisivamente para a redução de combustível na paisagem, isto é, para a eliminação recorrente de vegetação, que se torna inflamável quando as condições atmosféricas o propiciam. A supressão dessa massa vegetal era feita de forma contínua pela gestão dos ciclos das culturas e da criação de animais. Até meados do século XX, a restituição da fertilidade do solo agrícola dependia largamente da gestão local e regional de ciclos de nutrientes, antes da disseminação dos adubos minerais. Os estrumes, as cinzas e os resíduos vegetais eram então os principais meios para o enriquecimento do solo com nutrientes que as plantas precisam para crescer, tais como o azoto, o fósforo e o potássio. Em grande medida, a configuração dos sistemas agrícolas pré-industriais respondia, de forma bastante otimizada, às disponibilidades locais de nutrientes e também de trabalho. Além disso, as lenhas e outros materiais lenhosos foram a principal fonte de energia doméstica até ao aparecimento dos fogões a gás. Em suma, grande parte da carga combustível existente nos campos e serras era consumida pelas comunidades rurais.

Uma das principais novidades da nossa investigação foi a descoberta de que, até ao final dos anos 1960, quando a modernização agrícola caminhava já a passos largos, desde logo no latifúndio alentejano (sobretudo através da motomecanização e dos adubos), os sistemas agrícolas de montanha continuavam a usar o fogo como ferramenta agrícola essencial. As agriculturas do fogo, ditas de roça e queima, que por defeitos de conhecimento nos habituámos a associar apenas às regiões subtropicais do globo, tiveram uma longa vida nas serras em Portugal (que, recordemos, ocupam cerca de metade da área do país). A partir de um trabalho meticuloso de história oral, através de mais de 60 entrevistas gravadas na serra de Monchique e, no distrito de Viseu, no planalto serrano entre a Lapa e a Nave (drasticamente afetado pelos incêndios no passado agosto), percebemos que estas práticas, ou tecnologias, de fogo não eram aspectos marginais ou relíquias de um passado remoto, mas parte integrante dos calendários agrícolas a meio do século XX.

As queimas, queimadas, roças, belgas, moreias, fornilhos, entre outras técnicas e designações regionais, eram usos do fogo determinantes na manutenção da produtividade agropastoril e, consequentemente, das condições de subsistência. No espaço doméstico, nas padarias, destilarias e outras manufacturas que tivessem um fogão ou forno, ardiam as lenhas e carvões recolhidos nas serras. Esta constatação não implica que o fogo fosse sempre benéfico ou que nunca fosse destrutivo. Por exemplo, só nos primeiros anos do século XIX o Pinhal de Leiria foi assolado por quatro grandes incêndios (que queimaram entre 400 e 2 mil hectares). E nos textos publicados neste período por autores ligados à Academia das Ciências de Lisboa, como o naturalista Joaquim Fragoso de Sequeira, encontramos muitas referências a queimadas que escapavam ao controlo e que destruíam pomares e olivais, para além de episódios de fogo posto motivados por vinganças pessoais ou rivalidades entre agricultores e pastores. Mas estes incêndios nunca atingiam uma dimensão semelhante àquela com que nos deparamos hoje em dia. Neste sentido, mesmo sem querer romantizar um mundo rural pré-industrial, é possível afirmar que o fogo era um elemento central da paisagem e da economia rural, numa malha de relações humanas e não-humanas. O fogo, este fogo, contribuía para prevenir os grandes incêndios.

Na vossa investigação referem que o fogo se consolidou como um sujeito político, sendo suportado por um edifício técnico-científico que esvaziou qualquer ecologia popular na sua gestão territorial, quando da mesma ainda exista memória. Tal inscreve-se, como dizem, na opção da «florestação patrocinada pelo estado e da exclusão/inclusão do fogo e dos seus usos tradicionais nos espaços rurais como elementos-chave para entender a expansão do poder do estado sobre o território». Que processos de desapropriação foram esses?

Olhando para uma longa duração, o que observamos é um processo de constituição de uma "razão de estado" que sustentava que uma parte significativa do território, especialmente nas serras do interior onde existia uma prevalência de terrenos baldios ou comunais, era insuficientemente aproveitada e podia ser "melhorada" através da florestação. Esta é uma ideia que começa a disseminar-se a partir da viragem do século XVIII para o século XIX e que combina uma série de argumentos políticos (ligados à construção do estado liberal e à expansão do seu controlo sobre o território), económicos (em torno do potencial dos recursos florestais enquanto riqueza nacional), e proto-ecológicos (quando relacionavam, por exemplo, a cobertura florestal com a regulação do clima e das cheias torrenciais). A consolidação deste discurso político e científico ao longo do século XIX levou, por um lado, a uma insistência na necessidade de "arborizar" os terrenos baldios serranos, por ação do estado ou da iniciativa privada, e, por outro lado, a uma denúncia das técnicas agropastoris assentes no fogo, que referimos na resposta anterior, como sendo "atrasadas", prejudiciais e pouco produtivas.

Este duplo processo de defesa da florestação e de crítica dos usos locais do fogo foi transversal aos diferentes regimes políticos, mas ganhou uma nova dimensão com o Estado Novo, quando se assistiu efetivamente a um esforço coerente de transformar a paisagem rural do país, nomeadamente através do Plano de Povoamento Florestal de 1938, que preconizava a arborização de uma vasta extensão de terrenos baldios situados a norte do rio Tejo, sobretudo com diferentes espécies de pinheiro. Este plano foi marcado por inúmeros contratempos e por uma forte resistência das populações locais, como mostrou há alguns anos a historiadora Dulce Freire e o nosso projeto observou igualmente para o caso da região da Lapa e Nave, mas levou, efetivamente, a uma transformação muito significativa do espaço rural nas serras portuguesas, que foi acompanhado por uma crescente exclusão dos usos tradicionais do fogo. Por exemplo, a extensão de terreno em torno das matas nacionais onde era proibida a realização de queimadas cresceu de 200 metros em 1886 para um quilómetro em 1926 e, finalmente, para três quilómetros em 1954. Em certo sentido,

esta nova floresta devia ser uma floresta sem fogo. Aliás, alguns estudos chegam mesmo a apontar as restrições impostas pelos Serviços Florestais ao acesso aos baldios como um dos fatores que contribuíram para o êxodo rural da segunda metade do século xx. E, de resto, não deixa de ser importante notar que alguns dos primeiros incêndios florestais de grande dimensão que começaram a eclodir na década de 1960 parecem ter atingido áreas que tinham sido submetidas ao regime florestal. A partir dessa altura, começa também a assistir-se a um esforço de florestação dos terrenos privados, através de incentivos proporcionados pelo Fundo de Fomento Florestal. É neste contexto que se inicia a transição para o eucalipto, intimamente ligada ao desenvolvimento da indústria da pasta do papel.

Sem querer romantizar um mundo rural pré-industrial, é possível afirmar que o fogo era um elemento central da paisagem e da economia rural, numa malha de relações humanas e não-humanas.

Vale a pena acrescentar que, ao longo deste processo, a par da estigmatização dos usos tradicionais do fogo reduziram-se igualmente os usos técnicos do fogo, em particular o fogo controlado, aparentemente comum até ao último quartel do século xix na gestão florestal (no Pinhal de Leiria, por exemplo). Entre a comunidade técnica e científica, a prática começou a ser desencorajada sensivelmente na mesma altura em que despontam as primeiras ambições de florestação estatal dos baldios, durante o liberalismo fontista. Na primeira metade do século xx, a utilização do fogo pelos Serviços Florestais foi assim relegada a último recurso, objeto de muitas dúvidas e, finalmente, repudiada devido aos potenciais "efeitos psicológicos" que podia ter sobre as populações, cujo uso do fogo vinha sendo crescentemente proibido e restringido pelos mesmos Serviços Florestais.

Entre os silvicultores, a prática só começou, timidamente, a ser reabilitada na década de 1970, com a busca de novas estratégias de combate aos grandes incêndios, a consolidação de uma nova visão ecológica da floresta e a incorporação de conhecimentos internacionais, em particular oriundos dos Estados Unidos da América. Os primeiros

Monchique, 2022 e 2023.

trabalhos académicos sobre o uso do fogo, designadamente silvícolas, são já da segunda metade dos anos 1970, numa altura em que, no rescaldo da revolução de 25 de abril de 1974, uma parte dos baldios foi devolvida às comunidades. À época, lamentava-se a perda de saberes tradicionais e clamava-se até pela necessidade de aprender com os pastores a lidar com o fogo. Mas a verdade é que, quase meio século volvido, os efeitos práticos desta mudança continuam a ser muito escassos, não obstante o consenso técnico e académico a respeito da utilidade e necessidade do fogo controlado. Pela nossa parte, suspeitamos que mais de um século de estigmatização dos usos do fogo – para proteger as plantações de pinheiro e eucalipto – tenha gerado um preconceito social e político em relação à sua utilização que continua a vigorar para além da vigência do anterior paradigma científico.

Qual foi então a centralidade da indústria do eucalipto no desenho da nossa paisagem, desde essa década até à atualidade? E porque se mantém esse mesmo desenho intocável na gestão territorial?

Para perceber a transição para o eucalipto foi necessário olhar de perto para a forma como as relações entre o estado, os proprietários rurais e os próprios eucaliptos foram moldando a paisagem portuguesa na segunda metade do século xx. E, quando falamos de proprietários, não estamos apenas a falar de grandes terratenentes ou de proprietários absentistas. Para o caso do Algarve, onde estudámos essa transição de forma mais detalhada, a realidade com que nos deparamos é a de um território que permaneceu até muito tarde à margem dos projetos de florestação que vinham sendo executados desde o final do século xix. A principal explicação para isto foi a inexistência de baldios que pudessem ser apropriados pelo estado. Como se descreve num relatório de 1911 sobre os «incultos» do Algarve (*Memória sobre o reconhecimento geral dos incultos no distrito de Faro*), em face da ausência de «baldios» ou mesmo dos «grandes latifúndios» do vizinho Alentejo, a arborização da serra dependia da iniciativa de pequenos e médios proprietários. Por estas razões, o autor do relatório, Carlos Correia Mendes, sugeriu a criação de núcleos florestais de 50 a 100 hectares, que seriam comprados pelos Serviços Florestais com vista à «vulgarização das boas doutrinas e práticas florestais». Estas florestas experimentais deveriam focar-se no melhoramento da exploração do arvoredo existente – no caso de Monchique, árvores como o castanheiro, o sobreiro, a azinheira e a nogueira – e no ensaio de espécies menos usadas ou ausentes como o pinheiro-bravo, variedades de acácia e, para voltar à vossa questão, o eucalipto. Nas últimas considerações, este agrónomo lamentava que sem «auxílio de uma polícia rural séria», não seria possível «corrigir» as práticas usuais e nocivas do «sistema das roças e queimadas» que se opunham, segundo ele, à arborização privada da serra.

No entanto, apesar destas referências muito precoces, a expansão da exploração madeireira só teve início na década de 1950, com a plantação das primeiras matas de eucalipto, suportada técnica e financeiramente pelo Estado Novo. O primeiro passo significativo no sentido de incentivar a florestação da propriedade privada deu-se em 1954, com a aprovação da Lei 2069, que se dirigia às grandes extensões do regime de latifúndio do sul do país. Seguiu-se em 1963, com efeitos mais amplos, a reestruturação do Fundo de Fomento Florestal, que oferecia modalidades de apoio diversas para pequenos e grandes proprietários, como subvenções e crédito às operações de plantação e a distribuição gratuita de sementes e plantas. Este novo ciclo de políticas coincidiu com o florescimento da indústria portuguesa de pasta de papel, que desenvolveu, no final da década de 1950, uma forma de produzir papel de qualidade a partir da madeira de eucalipto. Esta inovação libertou a indústria da celulose da dependência das fibras longas, características das espécies de pinheiro da Europa do Norte, e colocou o eucalipto – e Portugal – no centro de uma nova economia mundial da produção de papel. É por isso que dizemos que esta árvore representou, em Portugal, uma dupla transição: por um lado, do pinheiro para o eucalipto e, por outro, da florestação dos baldios apropriados pelo estado para a plantação massiva em terrenos privados, que ocupam a esmagadora maioria da superfície do país.

Alguns dos nossos entrevistados na região de Monchique notaram que numa primeira fase, na década de 1950, o eucalipto cresceu, junto com o pinheiro, em pequenas matas nas extremas menos produtivas ou acessíveis das propriedades, como reserva de madeira para a construção de telhados, entre outras utilidades. Na década seguinte, multiplicam-se os relatos de plantações, tanto na pequena propriedade como em grandes tratos da serra, em explorações de índole capitalista. Este processo foi bem caracterizado pelo sociólogo inglês Robin Jenkins, que passou cerca de um ano, em 1976, em trabalho de campo no Alto, uma pequena comunidade agrícola do concelho de Monchique, experiência que retratou no seu livro *The road to Alto* (publicado em português como *Morte de uma aldeia portuguesa*, em 1983). Segundo um dos nossos entrevistados, foi de facto a partir dos anos 1960 que se começaram a plantar «eucaliptos como quem semeava trigo».

Uma substituição de um calendário agrícola – pautado pelos tempos de roça e queima, de semear e colher – por um calendário meteorológico de risco de incêndio que visava proteger a nova economia do eucalipto.

Os testemunhos dos pequenos proprietários foram decisivos para entendermos a rápida disseminação do eucalipto e o sucesso das políticas estatais. Por exemplo, os cinco hectares de terra que os pais de Fernando (nome fictício) possuíam no interior xistoso da serra eram ocupados por medronheiros, sobreiros e algum cereal. No início dos anos 1960, fizeram ali as primeiras plantações de eucalipto e, por volta de 1967, quando Fernando voltou da Guerra Colonial em Angola, converteram a totalidade da propriedade em eucaliptal através do Fundo de Fomento. Foi só mais tarde, na década de 1970, que surgiram as «grandes manchas» plantadas diretamente pelas firmas da indústria da celulose, que tomaram conta das terras através de contratos de arrendamento de longa duração.

Para retomar a vossa questão sobre a persistência deste modelo, é importante ter em conta que o protagonismo

crescente do eucalipto a partir da década de 1960 resultou de uma série de fatores, que incluem os incentivos estatais à florestação dos terrenos particulares, a crise cerealífera de meados do século, com o progressivo abandono da célebre Campanha do Trigo, e o início do êxodo rural massivo, que foi muito evidente nas freguesias serranas da serra de Monchique. O eucalipto tornou-se cada vez mais central, tanto na economia nacional como nas economias locais, o que ajuda a explicar a sua expansão e persistência até à atualidade. Para mais, houve uma forte continuidade em termos de política florestal, como tem vindo a ser estudado, entre a última década do Estado Novo e o período da democracia. Por último, importa talvez explicar que as próprias matas de eucalipto atuaram sobre a realidade política e social. Em 1967, o comandante regional da GNR em Faro dizia que era necessário proibir as queimadas até ao final de setembro, muito depois da época em que eram habituais na economia agrícola da região. O argumento era que estas podiam provocar «grandes incêndios» prejudicando, nas suas palavras, «a economia nacional e o património do estado», como tinha acontecido no ano anterior com um incêndio que devastou parte da serra de Monchique, chegando até Aljezur. O que temos aqui é o início da substituição de um calendário agrícola – pautado pelos tempos de roça e queima, de semear e colher – por um calendário meteorológico de risco de incêndio que visava proteger a nova economia do eucalipto. Estas novas preocupações não eram, porém, exclusivas do estado, passaram a estar também presentes do lado das próprias comunidades rurais. Um entrevistado contou-nos, num balanço desta transição, que antes não era necessária qualquer autorização para os pastores queimarem os pastos e que os donos das terras geralmente não se importavam, uma vez que as eventuais perdas eram diminutas: «hoje é diferente, hoje está plantado de eucaliptos».

Plantação no Soajo, 1945.

Na gestão do fogo e da paisagem, o que é possível resgatar de concreto para a atualidade dos ensinamentos das antigas «paisagens de fogo»?

Esse é o tipo de pergunta que qualquer investigação em história teme, e por boas razões. Está longe de ser um exercício fácil, desde logo porque as antigas paisagens de fogo pertencem agora a um passado que é impossível – e, em muitos dos seus aspetos, indesejável – replicar. Como referimos na resposta à primeira pergunta, procurámos ter cuidado em não romantizar o passado pré-industrial, que estava longe de ser um tempo de equilíbrio ecológico e bem-estar social e económico. Dito isto, existem evidentemente muitos pontos em que o conhecimento das antigas paisagens de fogo pode contribuir e atuar sobre os desafios do presente.

Um primeiro aspecto que ficou muito claro da nossa investigação é que o fogo não é um elemento "externo" à história humana, mas sim uma parte central da mesma. Não só porque os usos do fogo eram, como dissemos, centrais no mundo rural até bem dentro do século XX, mas também porque o atual regime de fogo é, em grande medida, um produto de décadas (senão séculos) de intervenções humanas no meio ambiente. Isto permite-nos olhar com ceticismo para o tipo de soluções tecnocráticas que, no passado, defendiam a proibição absoluta dos usos locais do fogo e que, na atualidade, anunciam que se prendermos todos os incendiários ou se substituirmos todos os eucaliptais por matas de espécies autóctones resolveremos de vez o problema dos incêndios.

A par desta constatação geral, existe uma série de pontos concretos em que o passado nos pode ajudar a pensar o presente. Desde logo, ao nível da prevenção dos incêndios, a necessidade de definir estratégias sociais e económicas que promovam a diminuição da área ocupada por plantações de eucalipto e pinheiro e a sua substituição por uma floresta multiespécie ou de usos múltiplos, que possa incluir outras atividades produtivas, educacionais, de lazer e/ou recoleção. Tal como, nas décadas de 1950 e 1960, foram mobilizados com sucesso diversos incentivos para promover a plantação de eucaliptos, será hoje possível construir uma política territorial, focada nas serras de norte a sul, que promova uma paisagem resiliente aos incêndios. As antigas paisagens de fogo sugerem de forma clara que essa resiliência deverá passar pela inclusão do fogo e não pela sua exclusão.

Trata-se de recuperar o relevo que a agricultura teve no território português até meio do século passado e pensar, a partir deste objetivo, numa nova ruralidade que atue sobre a gestão dos combustíveis e do fogo, mas também, de forma consequente, sobre a possibilidade de viver e trabalhar no interior.

Numa formulação abrangente, trata-se de recuperar o relevo que a agricultura teve no território português até meio do século passado e pensar, a partir deste objetivo, numa nova ruralidade que atue sobre a gestão dos combustíveis e do fogo, mas também, de forma consequente, sobre a possibilidade de viver e trabalhar no interior português, sem que para isso seja necessário, obviamente, repetir os equívocos ecológicos e a hiperexploração do trabalho, ambos bem patentes, por exemplo, nas monoculturas do trigo ou do pinheiro promovidas e desejadas pelo Estado Novo. Em suma, a agricultura, encarada como um conjunto amplo e diverso de atividades dirigidas à produção de alimentos, sejam eles vegetais ou animais, parece ser o campo privilegiado para reflexão e atuação não apenas sobre as atuais paisagens de fogo, mas também sobre o interior português.

O conhecimento que adquirimos sobre as paisagens de fogo do passado mostrou também que a sua complexidade social, agrícola e ecológica foi, invariavelmente, mal compreendida e representada pelos programas de âmbito estatal destinados a atuar sobre o espaço rural e a vida das suas populações. E, infelizmente, o cenário hoje em dia não parece substancialmente diferente. O conjunto de memórias e experiências que recolhemos em Monchique e Lapa-Nave revelou distâncias significativas entre as realidades locais e as políticas e o conhecimento científico que lhes eram dirigidos. E isto tanto no passado – por exemplo, na já referida florestação dos baldios – como no presente, no que se refere, por exemplo, à gestão do combate aos incêndios. Esta evidência, que resulta da nossa investigação, poderá orientar o desenho de estratégias de prevenção e combate que valorizem o envolvimento local, seja através da transmissão intergeracional de conhecimentos e experiências sobre como lidar com o fogo, da participação das populações locais nas estratégias de defesa e gestão territorial das suas povoações ou do reconhecimento da necessidade de apoiar de forma adequada as pessoas vulnerabilizadas pelos incêndios.

Cruzando o olhar às alterações climáticas, encontraram resposta à vossa questão inicial acerca de qual a importância relativa (e cronologia plausível) das alterações no clima e no uso do solo no novo regime de fogo?

Ainda não! Temos em curso um estudo, que junta elementos da equipa do projeto e dois meteorologistas do IPMA (Pedro Silva e João Rio), que pretende responder a essa questão. A ideia é cruzar a série de incêndios ocorridos no concelho de Silves entre 1945 e 1986, dados inéditos que nos foram gentilmente cedidos pelos Bombeiros Voluntários da cidade, com registos meteorológicos históricos, e explorar desta forma relações entre fogo e clima. A nossa hipótese de trabalho é que o aparecimento dos grandes incêndios na serra de Monchique, logo na década de 1960 e depois de forma decisiva na década de 1970, com incidência e magnitude crescentes, se deveu fundamentalmente a transformações no uso do solo, com destaque para o abandono da cerealicultura e das práticas, agrícolas e domésticas, de fogo, bem como a expansão dos povoamentos de eucalipto. O resultado foi uma paisagem a cada ano mais inflamável. Em todo o caso, alguns resultados meteorológicos preliminares para a região de Silves parecem sugerir que as alterações climáticas não participaram no início do novo regime de incêndios. Em contrapartida, a partir da década de 1980 começam a ser notórias anomalias positivas nas temperaturas de verão que se acentuam nas décadas seguintes e que terão contribuído para um agravamento cada vez mais significativo do problema.

O período entre 1980 e atualidade tem sido muito estudado em Portugal e sobram poucas dúvidas sobre a importância das mudanças no clima na evolução mais recente dos incêndios. Temos hoje uma época de incêndios cerca de um mês maior do que era o período crítico durante as décadas de 1980 e 1990, que é bem explicada por mudanças no clima nos meses de primavera. Ou seja, a época de incêndios tem vindo a começar mais cedo. Verifica-se também um aumento considerável e persistente de eventos extremos, com áreas ardidas de grande dimensão. Nas décadas de 1980 e 1990 houve apenas um incêndio que ultrapassou, ligeiramente, os 10 mil hectares queimados (algo aparentemente inédito até então), na primeira década deste século foram já 11 mil (com uma área ardida média de 14 mil hectares) e na década de 2010 registaram-se 16 mil (com uma média de 25 mil hectares). Este agosto, o incêndio de Arganil chegou aos 64 mil hectares, dados provisórios, superando em dimensão qualquer outro incêndio desde o início dos registos em 1980.

NOTAS

1 *Paisagens de fogo: Uma história política e ambiental dos grandes incêndios em Portugal (1950-2020)* em https://projetos.dhlab.fcsh.unl.pt/s/fireuses/page/inicio

2 Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH / IN2PAST)

3 Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (NOVA FCSH)

4 Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Habitar (n)a precariedade: o anticiganismo que se constrói em betão e zinco

Acampamento precário em nomadismo forçado, Av. Túlio Esperança, Évora. Foto: Arquivo de Fernando Moital.

INÊS BARBOSA, MANUELA MENDES, AGOSTINA NIEVAS, MARIA JOÃO ROSA, EMANUELLE MAIA, SANDRA PINHEIRO INVESTIGADORAS/COLABORADORAS NO PROJETO CONHECER, MAPEAR, INCLUIR: POPULAÇÃO ROMA/CIGANA EM PORTUGAL - ESTUDO NACIONAL DAS COMUNIDADES CIGANAS (FCT, AIMA, CES)

Ao longo das últimas décadas, a população cigana/roma tem sido confrontada com dificuldades crónicas no acesso à habitação. Barracas de chapa e lona, bairros isolados sem água ou saneamento, famílias inteiras forçadas a deslocações constantes. O que os estudos nacionais e internacionais confirmam é o que qualquer pessoa pode ver: a precariedade construída em betão e zinco.

Já em 2008, a Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura apontava que entre 16% e 31% dos ciganos portugueses viviam em condições precárias. A este propósito, o primeiro Estudo Nacional sobre as Comunidades Cigana[1] revelava que 66,6% dos inquiridos (n=1599) residiam em apartamentos e moradias e que 27,5% residiam em alojamentos não clássicos, um eufemismo utilizado para classificar habitação em tendas, barracas, casas rudimentares ou de madeira. As disparidades territoriais são assinaláveis, é em Lisboa e Vale do Tejo que se encontra uma situação mais favorável (94% residiam em habitações clássicas). No Alentejo esse valor cifrava-se nos 52%. Já no Algarve registava-se a situação mais grave, com 68% das pessoas ciganas inquiridas a viverem em condições de maior precariedade sócio-habitacional.

Posteriormente, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana realizou um levantamento sobre a situação habitacional das famílias ciganas/roma[2]. O estudo mostrou que 48% residiam em habitação social, mas 32% continuavam em alojamentos não clássicos, uma percentagem superior à registada nos estudos anteriores.

Mais recentemente, um relatório da European Union Agency for Fundamental Rights (FRA, 2022) mostrava claramente que, em todos os países analisados, mais de metade dos agregados familiares ciganos sofriam de privação habitacional, valor que é aproximadamente três vezes mais elevado do que o registado para a população em geral na União Europeia (17%) [3].

Apesar de a legislação aprovada desde 2018 ter trazido o tema da habitação para o centro da agenda política, científica e mediática, a situação das pessoas ciganas pouco ou nada mudou até hoje. Na verdade, o difícil acesso ao longo do tempo a uma habitação adequada e decente é um indicador claro da existência de desigualdades estruturais nesta matéria, revelando uma particular vulnerabilidade sócio-habitacional que afeta há várias décadas a população cigana/roma em Portugal e que contagia de forma negativa outras esferas da sua vida, na saúde, na educação, na empregabilidade, no lazer, etc.[4].

O programa 1.º Direito, pensado para garantir habitação digna, avança devagar. Concursos desertos, burocracia, atrasos. Até ao final de 2024, foram entregues 1850 casas, número bem abaixo das 7000 previstas. Também em alguns municípios, algumas das Estratégias Locais de Habitação que foram desenhadas «esqueceram-se» de incluir comunidades que vivem há dezenas de anos em situações de elevada indignidade social e habitacional.

Há famílias a viver há 20, 30 e 40 anos em bairros improvisados que se transformaram em parte da paisagem – visíveis para todos, mas invisíveis para o poder político. Um tempo suspenso que não é neutro: é uma forma ativa de produzir exclusão. É neste contexto que seguimos para um retrato – sempre incompleto – do país de norte a sul. Uma cartografia feita de lugares concretos e pessoas reais, onde a segregação ganha corpo fora da cidade formal.

À margem da cidade: o Norte que não se vê

No alto da vila de Carrazeda de Ansiães, depois da variante, fica o *Iraque*. O bairro, improvisado há 30 anos, herdou o nome de uma antiga mina de volfrâmio que ali existiu. Hoje é casa para mais de 100 pessoas ciganas. «Nós aqui temos as bombas», «é por isso que estamos cá em cima». São as mulheres do bairro que nos recebem. Sem processo de realojamento em perspetiva, saneamento ou rede de eletricidade, falam-nos das dificuldades em aceder a um emprego e da falta de oportunidades de integração para si e para os seus filhos.

Em Grijó (Vila Nova de Gaia), junto à zona industrial, vivem 76 pessoas. O acampamento existe há 32 anos, mas não há saneamento ou rede de abastecimento de água. A sobrevivência depende da torneira improvisada que uma fábrica abriu para a estrada: as crianças brincam nas estradas onde os carros andam a alta velocidade; as mulheres enchem garrafões de água, colocam-nos em carrinhos e atravessam a estrada para os levarem até às suas casas. Neste acampamento «ninguém dá trabalho a um cigano». O José teve de mudar de cidade e esconder quem era para abrir uma barbearia.

Em Barcelos, mais de uma centena de pessoas vivem repartidas por três acampamentos/bairros. Num deles, situado numa reserva agrícola, a expetativa de realojamento perdeu-se ao longo dos anos. O acesso é difícil e o caminho íngreme e estreito impede a entrada de ambulâncias ou até do carteiro, com consequências concretas, como o corte do Rendimento Social de Inserção (RSI) quando as cartas não chegam às famílias. Num cenário de carência absoluta, a população local não se mobilizou para apoiar mas para organizar um abaixo-assinado contra a atribuição de casas àquelas famílias. Em Vila Verde, no passado mês de agosto, a violência tomou a forma de um incêndio num acampamento cigano, com suspeitas de fogo posto. O líder do clã disse que os queriam «tirar dali para fora».

São alguns dos territórios esquecidos do Norte do país. Há esgotos a céu aberto, carcaças de automóveis, pilhas de entulho. As pragas marcam presença: sarna, carraças, ratazanas. As construções em amianto e a localização em antigas zonas mineiras, áreas industriais ou junto a estradas nacionais acrescentam riscos diários para a saúde. Bairros ou acampamentos nas margens das cidades: sempre longe dos centros urbanos e de serviços essenciais. Os transportes públicos não param; os táxis e TDT, ao lerem os nomes das ruas, recusam as viagens. As habitações são de chapa, zinco, lona, plástico, madeira e os «apagões» – longe de serem excecionais – fazem parte da rotina de quem ali vive. A inação do Estado e das autarquias entranha-se no quotidiano das famílias, enquanto os processos de realojamento permanecem suspensos ou atrasados e as Estratégias Locais de Habitação são insuficientes. A estigmatização e a exclusão fecham as portas à escola, ao emprego, à saúde e ao exercício pleno da cidadania.

Noutros lugares, a realidade começa a deslocar-se. Em Paredes, as casas abarracadas da Rua de Valbom dão lugar a casas novas na Rua Nova de Valbom. Os moradores observam a demolição do bairro enquanto finalizam as mudanças e organizam o novo espaço. «Agora vamos ter uma vida muito melhor.» Também em Darque, Viana do Castelo, as famílias que vivem em contentores seguem de perto a obra e os primeiros sinais de avanço. Em paralelo, os moradores e moradoras organizam-se para formar uma associação de pessoas ciganas. Na Maia, ensaia-se um projeto de habitação participada, no qual as famílias são chamadas a intervir no desenho e na discussão dos novos espaços, reconhecendo-as como cidadãs plenas, com o direito de imaginar e de ocupar a cidade e o território que lhes tem sido negado. Muito em breve, irão frequentar uma formação em construção civil para que sejam elas próprias a levantar os alicerces das suas casas.

Há famílias a viver há 20, 30 e 40 anos em bairros improvisados que se transformaram em parte da paisagem – visíveis para todos, mas invisíveis para o poder político.

Bairro da Anta, Maia.
Foto: Inês Barbosa

Da promessa do PER à crise atual: a precariedade que nunca desapareceu da Área Metropolitana de Lisboa

Portugal continua a ter pouco mais de 2% de habitação pública quando noutros países europeus esse valor oscila entre 25%-30% do total dos fogos. As barracas na Área Metropolitana de Lisboa (AML) existem há vários anos, mas parecem tornar-se visíveis apenas quando se aproximam os períodos eleitorais. É claro que, desde o final do Plano Especial de Realojamento (PER), estes alojamentos têm proliferado na AML, mas persistimos em não reconhecer a gravidade desta situação, que sempre lá esteve. Estas habitações não foram edificadas agora. Aos excluídos do PER, juntaram-se outros cidadãos, muitas das vezes pessoas pertencentes a minorias étnicas migrantes e não migrantes e racializadas e que, em virtude da especulação do sector imobiliário (compra e arrendamento), foram atiradas para estas situações de habitação indigna. Acresce que tem sido prática de algumas câmaras municipais impor prazos apertados na desocupação destes alojamentos; por vezes, apenas 48 horas. Os despejos e as demolições, sobretudo em Loures e na Amadora, não são de agora, foram-se sucedendo. Lembramo-nos do Bairro de Santa Filomena e do Bairro da Torre, entre outros que não suscitaram tanto interesse mediático.

O desinvestimento público em habitação social é amplamente conhecido; acresce que continuam a existir muitas habitações fechadas geridas pelos municípios desta região. Na verdade, as soluções e os programas de apoio ao acesso à habitação destinam-se, em grande medida, às classes com algum poder económico. Neste momento, continua a não haver alternativas para quem vive em habitações degradadas e sobrelotadas em bairros sociais, em bairros de barracas ou em núcleos precários com baixos ou parcos rendimentos, apesar de entre 2017 e 2019 se ter implementado uma série de medidas e ter sido aprovada a Lei de Bases da Habitação. O universalismo das políticas sociais (dignidade igual para todos os cidadãos) não tem surtido os efeitos desejados, colocando em causa o direito à habitação e o direito à cidade para muitos cidadãos. Na atual situação de «crise habitacional», as desigualdades sociais, étnicas e raciais parecem estar ainda mais acirradas; a situação dos ciganos que vivem na AML, nomeadamente em bairros autoproduzidos, em tendas, carrinhas ou roulottes, **é** indigna, encontrando-se os seus habitantes numa situação de elevada vulnerabilidade social e sanitária, configurando uma situação em que os direitos humanos estão claramente em questão.

Viver nas lonas: notas sobre o nomadismo forçado

O fenómeno do nomadismo em famílias ciganas do Alentejo Central não é uma escolha cultural ou um estilo de vida, mas sim uma condição de nomadismo forçado, imposta por um conjunto de fatores estruturais e sociais. O nomadismo destas famílias é o resultado de uma profunda e sistémica desigualdade habitacional e racial. Não tendo acesso a habitações dignas e enfrentando barreiras intransponíveis no mercado imobiliário e no acesso a apoios sociais, estas populações são forçadas a deslocar-se constantemente em busca de um local para se estabelecerem. Esta itinerância forçada está ligada à escassez de acampamentos ou zonas de acolhimento adequadas e à falta de políticas públicas de habitação que considerem as suas necessidades específicas. Esta situação é o efeito de políticas desarticuladas que se manifestam de forma violenta, impactando diretamente o corpo das pessoas. A vida destas famílias é caracterizada pela precariedade extrema. Residem em acampamentos improvisados, muitas vezes em zonas de risco (junto a autoestradas ou a lixeiras), em tendas ou caravanas sem acesso a infraestruturas básicas. A ausência de água potável, saneamento e eletricidade é uma constante, o que tem consequências diretas na saúde e na dignidade humana.

A precariedade habitacional e a constante exposição a condições insalubres geram um efeito de «degradação corporal». A falta de acesso a serviços de saúde, higiene e nutrição adequados causa doenças crónicas, problemas de pele, infeções respiratórias e stress psicológico. O corpo, nesse contexto, torna-se a manifestação física da desigualdade e da precariedade em que vivem[5].

A relação destas famílias com as instituições é complexa e ambígua. A falta de um endereço fixo cria barreiras burocráticas que impedem o acesso a direitos básicos como a educação, a segurança social e os cuidados de saúde. A própria intermitência do nomadismo leva a uma invisibilidade intermitente perante o sistema: por um lado, as famílias são invisíveis para os registos oficiais e para as políticas de apoio; por outro, a sua presença é notada apenas quando causa incómodo, levando a pedidos de despejo ou a conflitos. Embora haja profissionais e associações (como a Pastoral Cigana e outras ONG) a tentar mediar e apoiar, a resposta institucional é lenta e fragmentada. A falta de uma política de habitação social efetiva a nível nacional condena estas famílias a uma persistência permanente na precariedade e na invisibilidade, um ciclo vicioso de exclusão. A avaliação externa da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas[6] mostra que, mesmo com a existência de estratégias de integração, a implementação falha em abordar a questão habitacional de forma eficaz: a taxa de execução neste domínio rondou os 4%.

Em suma, a realidade destas famílias ciganas em condição de nomadismo forçado demonstra que a situação é um sintoma da falha do sistema em Portugal em garantir direitos básicos a todos os cidadãos. Longe de ser uma escolha, a vida nómada é uma consequência da exclusão social, racial e habitacional que se manifesta no dia a dia e se enraíza no corpo e na saúde destas populações.

São alguns dos territórios esquecidos do Norte do país. Há esgotos a céu aberto, carcaças de automóveis, pilhas de entulho.

O fracasso persistente do Bairro das Pedreiras

Apesar de Portugal integrar a União Europeia e afirmar princípios como a inclusão e os direitos humanos, o Bairro das Pedreiras, em Beja, revela o fracasso persistente de políticas públicas dirigidas às populações mais vulneráveis. Criado em 2006 pela Câmara Municipal de Beja com o objetivo de realojar famílias ciganas em situação precária, o bairro tornou-se rapidamente um símbolo de isolamento social e de estigmatização, tanto para a população local como para os *media* e os poderes públicos.

O território abriga cerca de 500 residentes em 116 agregados familiares, dos quais 223 são crianças e jovens menores de 18 anos. A realidade diária é marcada por condições de extrema precariedade: existem 69 barracas sem acesso a água e saneamento, apenas duas torneiras para toda a comunidade, ausência de transporte urbano, insalubridade causada pela acumulação de lixo e pela falta de água potável, e relatos de pessoas mordidas por ratos. O bairro é isolado da cidade – não existe sequer uma paragem de autocarro nas imediações –, assim perpetuando a segregação e dificultando o acesso ao trabalho, à educação e à saúde. A maioria das pessoas têm trabalhos precários ou sazonais nas feiras e na apanha da fruta, o que ajuda a perpetuar ciclos de pobreza.

Além das barreiras físicas e materiais, o Bairro das Pedreiras enfrenta as barreiras do preconceito e do estigma. No entanto, importa sublinhar que, perante um contexto adverso, as pessoas e famílias ciganas demonstram uma resiliência admirável. A manutenção de práticas culturais e a afirmação da sua identidade são formas de resistência simbólica que desafiam o preconceito e reivindicam dignidade e agência, mesmo quando invisibilizadas pelos discursos dominantes.

É urgente que o poder público e a sociedade dialoguem sobre o Bairro das Pedreiras não como uma «anomalia» urbana, mas como um espelho das falhas estruturais das nossas políticas sociais. Não se trata apenas de saneamento, educação ou saúde: trata-se, sobretudo, de dignidade humana. Ignorar este fenómeno é legitimar e normalizar a exclusão; ouvir – e agir – é o único caminho para uma verdadeira inclusão.

Caminho sinuoso para o Bairro do Iraque, Carrazeda de Ansiães. Foto: Sandra Pinheiro

O desafio habitacional no Algarve: o caso da Horta da Areia.

O Algarve registava, segundo o censo de 2021 do Instituto Nacional de Estatística, uma população residente de 467.343 habitantes. Nos últimos anos, observa-se um aumento significativo de residentes estrangeiros, atraídos pela oferta cultural e pela força do setor turístico. A pressão sazonal do verão agrava a procura habitacional, enquanto muitos fogos familiares foram convertidos em alojamentos locais para aluguer. Em 2011, estes já representavam 39,4% dos alojamentos da região, contribuindo para a subida dos preços de arrendamento e compra.

Neste cenário de crescente pressão sobre o mercado habitacional no Algarve, torna-se pertinente olhar para realidades locais que revelam os efeitos sociais dessa dinâmica. Um exemplo é o Bairro da Horta da Areia, em Faro, cuja história e configuração refletem desafios da habitação social. De acordo com o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento, realizado em 2017 pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), Faro contava com 202 famílias a viverem em barracas ou estruturas precárias. Destas, 50 estavam localizadas precisamente no Bairro da Horta da Areia.

Constituída por 21 pré-fabricados, 23 casas em alvenaria pertencentes à câmara municipal e algumas construções improvisadas, o bairro acolhe atualmente cerca de 230 pessoas, organizadas em 65 agregados familiares. Em média, apenas metade dos moradores são de origem cigana e, no entanto, o bairro é conhecido pela sociedade envolvente como o «bairro cigano», como já foi apontado por outros autores em situações semelhantes.

> O fenómeno do nomadismo em famílias ciganas do Alentejo Central não é uma escolha cultural ou um estilo de vida, mas sim uma condição de nomadismo forçado, imposta por um conjunto de fatores estruturais e sociais.

Criado em 1975 como uma solução habitacional temporária para acolher pessoas retornadas das antigas colónias portuguesas em África, o bairro nunca cumpriu o objetivo inicial e consolidou-se como espaço de habitação precária. As condições de vida, no entanto, refletem a fragilidade socioeconómica do bairro: a maioria das famílias vivem de pequenos negócios de subsistência (às vezes sazonal como a apanha de mariscos), do Rendimento Social de Inserção e de contratos de trabalho precários.

A localização do bairro é um dos seus atributos mais sensíveis, mas também cobiçados. Situado junto à Ria Formosa, beneficia de uma vista privilegiada e de uma envolvente que inclui o acesso a serviços e equipamentos, como escolas, supermercados, espaços verdes e equipamentos culturais. Esta valorização urbanística aumenta a pressão da especulação imobiliária sobre a zona, tornando ainda mais urgente a definição de estratégias de realojamento e inclusão. Todavia, em termos de infraestrutura, nota-se o avançado grau de deterioração das casas, a ausência de sistema de saneamento básico, além da presença de lixo nas ruas de chão de barro.

Condições que podem ser percebidas como retrato da falta de manutenção da infraestrutura das casas, que pertencem à Câmara Municipal de Faro. Além disso, há o crescimento desordenado com a inclusão de barracas improvisadas devido ao aumento da demanda por expansão dos agregados e ausência de planos públicos para a melhoria da região. À medida que as casas se aproximam da Ria Formosa, surgem outras fragilidades que afetam diretamente a qualidade das habitações como a humidade e infestações de ratos.

Em maio deste ano viu-se mais um reflexo da precariedade: um incêndio destruiu uma casa pré-fabricada de chapa, deixando sete pessoas da mesma família (quatro adultos e três menores) desalojadas. A autarquia providenciou realojamento temporário em unidade hoteleira e, apesar dos esforços do Centro Comunitário presente no bairro, a família continuava, até ao fim do mês de agosto, sem casa. O sinistro, com suspeita de ter sido provocado por um curto-circuito, revela, mais uma vez, a precariedade das habitações municipais, que enfrentam falta de segurança, de salubridade e de manutenção. A situação, marcada por vulnerabilidade socioeconómica e abandono, reforça a urgência de intervenções estruturais adiadas há décadas.

Em 2026 assinalam-se 500 anos da primeira lei que ordenava a expulsão das pessoas ciganas de Portugal. Meio milénio depois, a marginalização persiste – agora já não com éditos régios, mas através de bairros segregados, construções degradadas ou despejos recorrentes.

A habitação é a pedra de toque que condiciona todos os outros eixos da vida. Sem casa não há chão possível para o direito à educação, emprego ou saúde. Como procurar um emprego, frequentar um curso superior ou tratar uma doença crónica quando se vive debaixo de telhados de zinco, sem uma tomada para ligar o frigorífico ou o computador?

É nesta realidade que as estatísticas ganham corpo: 96% das pessoas ciganas em Portugal vivem abaixo do limiar da pobreza; a esperança média de vida é 11 anos mais curta para as mulheres e 9 anos mais curta para os homens em comparação com o resto da população (FRA, 2022). A precariedade da habitação não é apenas um problema de paredes e teto: condiciona o presente e encurta o futuro.

Para além das carências materiais, há um obstáculo estrutural: o anticiganismo. É ele que transforma a pobreza em exclusão persistente, que torna a habitação digna um direito sistematicamente negado. Manifesta-se quando uma família tem estabilidade e recursos financeiros para arrendar uma casa no mercado privado e é rejeitada apenas por ser cigana. Quando alguém tem de esconder o sotaque, despir o luto ou prender o cabelo para não ser discriminada no acesso a um apartamento. E explode em público nos 4926 comentários – maioritariamente de ódio – no *post* do Instagram do *Jornal de Notícias* quando foi anunciado o realojamento de famílias ciganas em Paredes.

E, no entanto, nas barracas precárias por onde passámos respira-se casa. Aqui vivem pessoas que constroem laços fortes entre si e com o espaço que habitam. Certificados escolares emoldurados na parede, fotografias de família, flores nas mesas, música cigana a sair da televisão. Crianças que correm, mães que estendem roupa com bebés ao colo, um convite permanente para entrar e conversar. O que falta não é vida, é justiça social. Um país que não garante condições básicas a milhares de pessoas não pode falar em direitos humanos. O tempo da espera acabou. É necessário agir!

NOTAS

1 Mendes, M.M., Magano, O., Candeias, P. (2014). Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas. Alto Comissariado para as Migrações

2 IHRU (2015). Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

3 FRA. (2022). Roma Survey 2021: Main results. European Union Agency for Fundamental Rights

4 Mendes (2023) O continuum difícil acesso de pessoas e famílias ciganas/Roma à habitação adequada em Portugal, CIDADES, Comunidades e Territórios, Autumn Special Issue, 105-118

5 Nievas, A. (2023) Nomadic Bodies: From Their Intermittent Invisibility to Their Permanent Persistence. Soc. Sci, 12, 196. https://doi.org/10.3390/socsci12040196

6 Barbosa, I. et al. (2023). Relatório final da avaliação externa da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, encomendada pelo Alto Comissariado para as Migrações. Original não publicado.

Habitar em Comunidade

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

Habitar em Comunidade é uma obra colectiva construída sobre o princípio de «habitação como bem comum». Nascida de uma colaboração entre as cooperativas catalãs Lacol (atelier de arquitectura) e La Ciutat Invisible (livraria e consultora de economia solidária), baseia-se em grande medida na experiência de La Borda, um projeto habitacional cooperativo erigido no bairro barcelonês de La Bordeta, marcado por um passado operário em ruínas. Finalizado em 2018 e filho das reivindicações pelo património coletivo de Can Battló[1] – historicamente, uma das maiores fábricas têxteis do território espanhol, convertida num dos principais polos do cooperativismo catalão – La Borda, um edifício composto por 28 fogos e vários espaços comuns (cozinha, cantina, lavandaria, quarto de hóspedes, arrecadação, pátio, terraços e estacionamento para bicicletas), segue o modelo de cedência de direito de uso. Neste modelo as cooperativas mantêm a propriedade e a gestão do edifício, com o objetivo de salvaguardar o seu «valor de uso» – por oposição ao seu valor de troca –, ou seja, a sua «função enquanto casa», e não o seu valor comercial. Isto permite a manutenção de casas a preços acessíveis, enquanto as protege da especulação imobiliária, evitando que proprietários individuais as possam colocar no mercado. O valor mensal pago pelos membros é destinado a cobrir o investimento inicial e os custos comuns. Estas cooperativas oferecem aos seus habitantes flexibilidade e risco limitado, pois evitam o endividamento individual. Além disso, os residentes podem sair da cooperativa e recuperar o investimento inicial, ou inclusive mudar de casa dentro da cooperativa ou adaptá-la. Ao mesmo tempo, conferem-lhes segurança e estabilidade, permitindo-lhes não depender de contratos temporários e terem o direito de permanecer na cooperativa, desde que cumpram com o seu regulamento interno.

Esta edição, em língua portuguesa, resulta de uma colaboração entre a Rede CoHabitar – pioneira em promover o cooperativismo de habitação com cedência de direito de uso – e a editora Bambual Portugal. O prefácio oferece um precioso enquadramento do contexto português, marcado por uma profunda crise habitacional, mas também por uma crescente efervescência em torno deste modelo. Entusiasmo esse que embate no exponencial aumento de preços da propriedade imobiliária e na escassez de apoio público ao cooperativismo habitacional. Apesar da importância das cooperativas de habitação perante a crise habitacional ter estado patente em muitos programas eleitorais – fruto, em grande medida, dos esforços da Rede CoHabitar –, as «linhas de financiamento» prometidas pelo anterior governo e reiteradas pelo actual executivo nunca saíram do papel. Esta negligência governamental viola a Constituição Portuguesa, que declara como um dos papéis do Estado «incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e autoconstrução».

Contrastando com a actualidade, é recuperada a memória do Projeto SAAL, em que, no rescaldo do 25 de Abril de 1974, o Estado desempenhou um papel importante em garantir apoio técnico e financeiro a cerca de 150 projectos habitacionais de base, traduzidos em cooperativas de habitação e em associações de moradores, que asseguraram habitação digna a milhares de pessoas. Não obstante, sublinha-se o facto de, ao contrário do modelo proposto neste livro, a maioria dessas cooperativas de habitação se terem traduzido em fogos de propriedade individual, o que permitiu com que muitos acabassem por ser revendidos no mercado, tornando-se objecto de especulação. Actualmente, o setor financeiro e o mercado imobiliário privado são praticamente os únicos mecanismos de acesso à habitação, perante um parque público que se limita a 2% da habitação permanente, aparentemente alheio ao facto de o acesso a habitação digna se supor um direito constitucional.

O modelo de habitação cooperativa advogado neste livro – baseado no «direito de uso, propriedade colectiva e auto-promoção» – está longe de ser uma inovação catalã. No Uruguai, onde este modelo supera os 2,5% do parque habitacional, o período entre 2005 e 2014 foi marcado pela construção de 5500 fogos que se regem por estes princípios, a maioria dos quais edificados em terrenos públicos. Por sua vez, em Copenhaga, onde mudanças legislativas iniciadas na década de 70[2] motivaram a reconversão da propriedade privada em propriedade colectiva, as cooperativas de habitação com cedência de direito de uso garantem mais de 30% do total das casas habitadas.

Habitar em Comunidade
Lacol e La Ciutat Invisible
Bambual Editora
2025, 121 pp.

> A propriedade e a gestão do edifício, com o objetivo de salvaguardar o seu «valor de uso» (...) e não o seu valor comercial

Ao contrário do que acontece na maioria dos apartamentos, em que os futuros habitantes são seres desconhecidos, abstractos ou imaginários, este modelo permite o envolvimento de pessoas reais no planeamento da sua própria casa. A proximidade entre arquitectos e futuros habitantes permite também o planeamento de espaços comuns, assim como a partilha de certos serviços e equipamentos que são normalmente incorporados nos espaços privados de cada casa (como lavandaria, quartos para visitas, espaços para crianças, arrecadação, hortas, oficina, etc.). Se, por um lado, isto se traduz num imóvel de propriedade colectiva e indivisível, por outro, pressupõe uma comunidade significativamente coesa. Daí um importante foco do livro incidir sobre estratégias de consolidação da comunidade e de manutenção de relações interpessoais.

Em suma, *Habitar em Comunidade* é um parceiro incontornável para colectivos que procurem criar um projeto habitacional não especulativo, ou simplesmente para quem esteja interessado em imaginar futuros em que a habitação não é vista como objeto de especulação, mas como um bem comum, que deve ser gerido de forma colectiva.

NOTAS

1 http://bit.ly/466IdhM

2 Em 1976, na Dinamarca, foi introduzida uma lei que obrigada os proprietários dos edifícios a dar preferência de compra aos seus inquilinos, casos estes se organizassem em cooperativas. Entre 1981 e 2004 foram também concedidos subsídios para estimular a construção de novos projectos de habitação cooperativa.

Foto: João Garrinhas / Outros Ângulos

Noz Storia

O Jornal Mapa esteve à conversa com o Sinho sobre os passeios *Noz Storia* – visitas guiadas na freguesia de Benfica(Lisboa), onde Sinho mantém vivas as memórias dos bairros auto-construídos.

Jornal Mapa - Qual é a tua origem, de onde é que vens, o que é que te leva a criar este projeto?

Sinho - Boas! Chamo-me Sinho, sou neto de cabo-verdianos, filho de mãe angolana e pai cabo-verdiano. Nasci no hospital da Estefânia, ali em Arroios, em 1976. O *Noz Storia* vem de memórias minhas, memórias afetivas que quis preservar, e surgiu nesta forma que me parece muito válida, afinal a tradição oral é ancestral. Preservar a memória é importante já que não temos um arquivo nosso, principalmente sobre os bairros auto-construídos. Desde que saí das Fontaínhas, em 2001, sempre disse para mim mesmo que, por onde passasse, iria falar das Fontaínhas, das comunidades à volta e dos vários bairros autoconstruídos. E foi assim. Já me conheces há muito tempo e já me viste, em diversos contextos, a falar da situação dos bairros e de como lá fui criado. Comecei a fazer esses passeios em 2001 e assim foi andando, até chegar a 2023, quando o [António Brito] Guterres, no festival 5L, propôs apresentá-lo. E foi o primeiro contato que eu fiz com o público: estavam 26 pessoas e eu fiz um passeio guiado pela história da relação entre as Fontaínhas e a cidade, mais concretamente com a freguesia de Benfica. Daí senti que podia avançar para uma abordagem aberta ao público para falar sobre a comunidade das Fontaínhas e dos bairros em torno, Estrela de África, Vila Nova, Reboleira, Cova da Moura, porque havia essa rede de comunidades e de famílias.

JM - Estes bairros surgem antes do 25 de abril e expandem-se no pós 25 de abril para receber pessoal trabalhador, não é?

S - Exatamente. A minha história foca-se muito nessas memórias, porque aí está a resiliência do *Djunta MO* (unidos conseguimos) que foi, para mim, aquilo que sustentou estas comunidades para se organizarem aqui nesta cidade. Antes do 25 de Abril essas pessoas já estavam lá – os meus pais vieram em 73 e vieram para trabalhar. Primeiro os homens, e quando vieram as mulheres eles não tinham habitação e foram para essas comunidades. No 25 de Abril, quando houve o golpe, muitas pessoas que moravam nas Fontaínhas ocuparam outras casas, pessoas brancas que moravam lá no bairro… Mas as comunidades racializadas foram ficando lá e, como não havia políticas de habitação para essas comunidades, elas solidarizaram-se e construíram, em entreajuda, as suas próprias habitações em madeira e latão. Depois dos incêndios de 77 e das cheias de 83 começaram a fazer casas, durante a noite, em tijolo e cimento. E eu, como nasci em 76, dentro desse contexto em Portugal, estou ligado a essa história, passei por essas fases todas, desde morar em casa de madeira, sem saneamento, sem luz, sem água, a falar crioulo como primeira língua… até vir o Centro Social Bairro 6 de Maio, onde foi a nossa creche. Posteriormente, criámos a Associação Unidos de Cabo Verde, que foi a estrutura que mais nos suportou enquanto comunidade da diáspora, porque as políticas públicas não chegaram ao bairro e graças a essas estruturas em auto-organização fomos criando comunidade, uma comunidade da classe trabalhadora dita precária, com seus ascendentes e descendentes, uma comunidade forte, muito forte. Foi no processo de realojamento que «mataram» o sentido de comunidade – com pessoas a serem colocadas no Zambujal, outras na Bobadela, Casal da Mira… Acredito que a força da comunidade é um processo longo e conjunto, há vários exemplos disso nos bairros periféricos. A força era «tudo junto», mesmo que fosse precária a habitação. Quando viemos para a Boba entregaram a chave e mantiveram-nos em exclusão. Demorámos 20 anos para voltar a construir comunidade, mais ou menos, porque leva tempo. Porque os vizinhos não são os mesmos.

JM - Se no pós 25 de abril vivíamos um período de expansão industrial da cidade, o que é que hoje leva o pessoal a «voltar» à auto-construção?

S - São idades diferentes, mano. Porque naquele tempo, os bairros auto-construídos foram construídos à volta das indústrias. A maior parte dos bairros cresceram aqui, na Amadora. As grandes indústrias precisavam de mão-de-obra, o pessoal vinha, os nossos pais vinham, trabalhavam, e depois tinham que construir

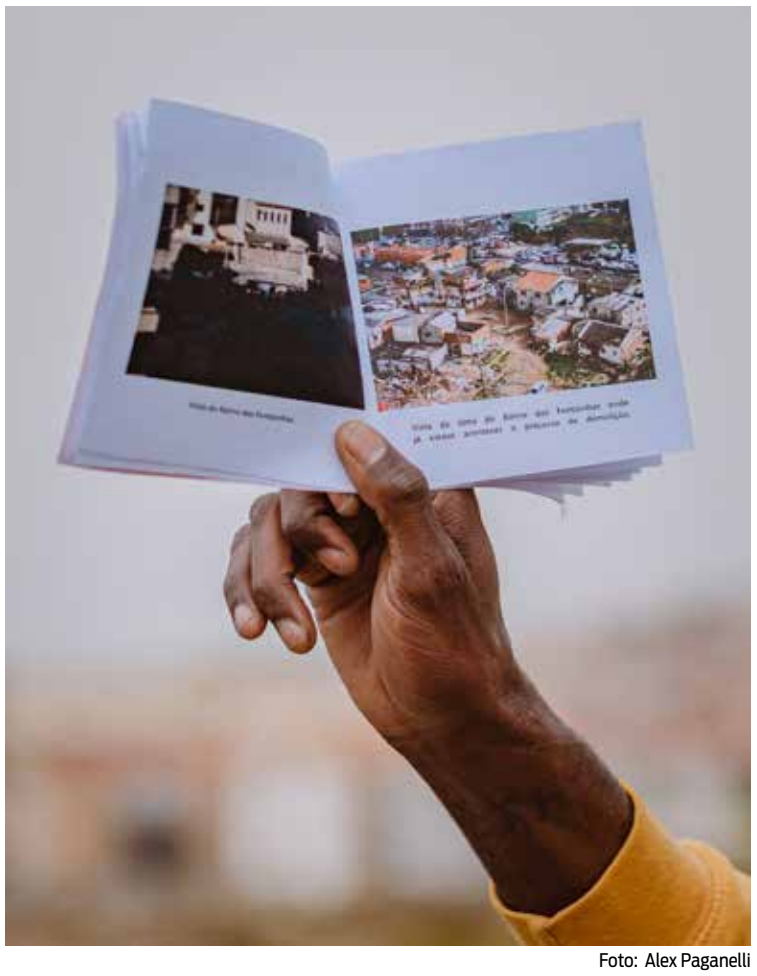


Foto: Alex Paganelli

Foto: Alex Paganelli

Foto: João Garrinhas / Outros Ângulos

à volta. Na Damaia, os bairros – Fontainhas, 6 de Maio, Buraca – são todos à volta da zona industrial da Amadora, lógico, não é? Entretanto, houve um grande espaço de tempo entre a realização do levantamento do número de casas e moradores, até ao processo de demolir o bairro, não é? Se ao início, por exemplo, uma família tem só um filho pequeno, vinte anos depois esse o filho já é pai, tem a sua mulher, tem filhos. Como não ficaram inscritos no PER (Programa Especial de Realojamento), não tiveram direito a casa…. Porque eu não estou a ver, com os ordenados que as pessoas têm, com a vida que têm, como é que as pessoas vão conseguir ter uma habitação. Perante este cenário surgem muitos movimentos de ocupação, individuais e colectivos. Desde o 25 de abril que as ocupações têm um cariz político e de necessidade. Sempre foi crime, porque o direito à propriedade privada sempre foi uma cena sagrada nesta sociedade. Mas, de repente, temos pessoal como nós, que está numa crise de habitação, que condena uma mãe solteira que ocupa uma casa porque não tem uma alternativa. O Daniel Oliveira disse uma coisa que para mim faz muito sentido: antes, em tempo de eleições, os políticos davam chave às pessoas. Hoje despejam as pessoas como estratégia para ganhar votos. A polícia é a instituição que mais teve presença na comunidade. Ou seja, o Estado aparece só em forma de polícia, não é? De repressão.

JM - Tu estás aqui com um dossier com uma série de fotos antigas, o que é que essas fotos contam?

S - As fotos são um guia para as minhas memórias, enquanto vamos caminhando desde as Portas de Benfica até à Estação da Damaia. Os prédios que estão à volta das Fontainhas ainda se mantêm. São esses azuis e brancos. Se olhares agora – tu vês esses prédios e vês a rotunda mas já não vês o bairro. E daí saem várias memórias, depende do contexto. Por exemplo, isto é lá na Estrela de África, ao pé da estação. Aqui está Santa Filomena.

JM – E esta foto, onde é?

S - 6 de Maio. As casas construídas. O sol não chega. Os becos são mais curtos. Casamento dos meus pais. Rua do Sol. Este é o meu primo. Estamos lá no 6 de Maio. Esta é na escola preparatória. A minha turma. Os convívios. Os primeiros dirigentes da Associação de Cabo Verde. São Biguano, que era coronel. Ninho Chalet, que era o senhor que ficava com a chave da lavandaria e do sítio para tomar banho. Ninho Tote, um dos primeiros presidentes. E o Cota Manito.

> As minhas primeiras experiências a fugir da polícia não foram por roubar, foi a fugir com o peixe das senhoras que a polícia vinha buscar.

JM - Isso foi quando?

S - Oitenta e tal. Isto é o curso de alfabetização. Essa foto é da senhora que ficava com o dinheiro para se alguém morrer na comunidade ter um funeral digno. E todos os homens contribuíam. Havia uma caixa. Ainda mandavam um valor para Cabo Verde para a família lá fazer a cerimónia, a do sétimo dia e a de um mês. Era um espírito solidário, de auto-organização. E não era só nas Fontainhas. Eu levava cenas da horta do meu pai, feijão, batata, para a Cova da Moura. Havia essa troca. O meu tio matava porco, mas não era para vender. Havia muita partilha dentro da comunidade. Na minha família, o que saía da horta nunca foi vendido. Íamos plantar na Horta Nova. Era um bocadinho afastado das Fontaínhas. Eu cresci nesse ambiente, às entradas de Lisboa. Era periferia, agora é centro de Lisboa. Quando a comunidade das Fontaínhas saiu daqui, as peixeiras iam vender à Praça Benfica. As minhas primeiras experiências a fugir da polícia não foi por roubar, foi a fugir com o peixe das senhoras que a polícia vinha buscar. Outras vezes, se estávamos distraídos, levavam o peixe. E dava-me uma raiva, porque as senhoras eram roubadas. Eu chegava a casa revoltado. Havia muitas jovens do nosso bairro que apanhavam o último 58 à noite para o Cais do Sodré, e vinham no primeiro de manhã. É um grande percurso e com vários insultos no transporte por causa do cheiro do peixe. Imagina, passar pelas Amoreiras, pelo Rato e quê. Eu transformo essa história de sofrimento em momentos de empoderamento. O que sou hoje é graças à minha comunidade. À resiliência de muitos homens e mulheres. E agora tendo noção do que eles passaram, do processo colonial. De onde os meus avós vieram. Como é que vieram. Onde é que trabalharam em Angola. Nas plantações de cana-de-açúcar. Em Santo Domingo. Na plantação de cacau. É preciso essa história estar nos manuais escolares. Onde for. E também que o 25 de Abril começou nas colónias.

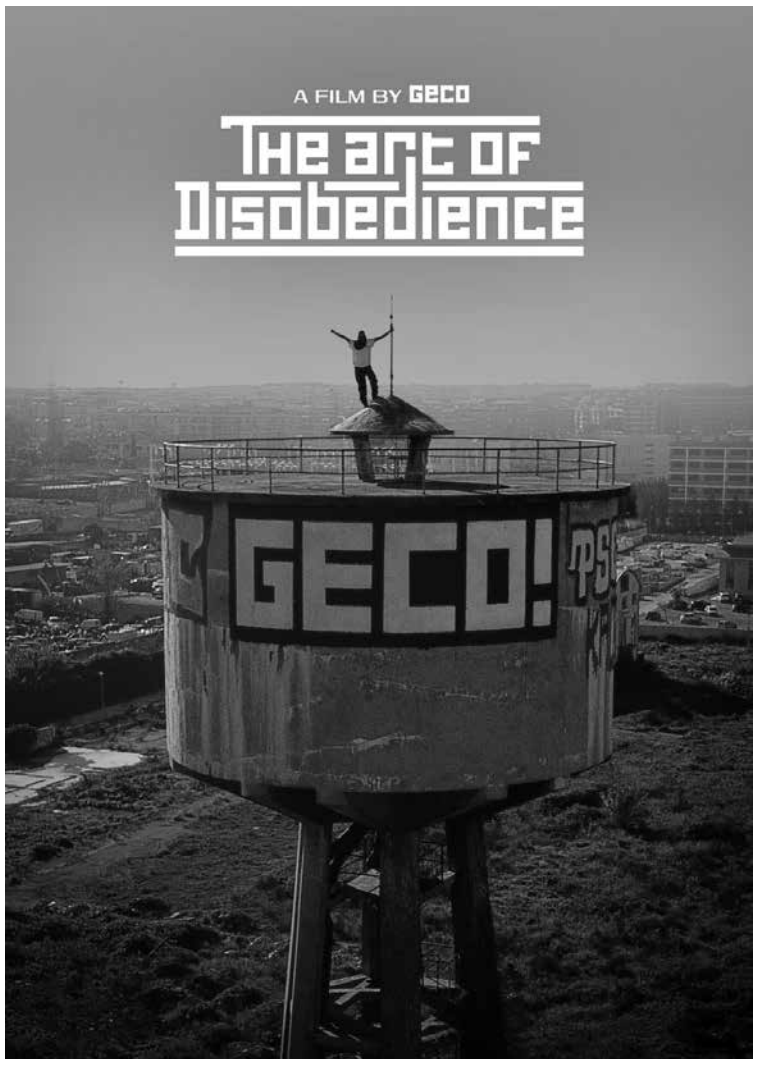
JM - É isso, meu irmão.

S - Se eu não tivesse conhecimento dessa volta toda com a minha família, eu não conseguia contar a história. Todas as semanas eu sentava com a minha avó a ouvir. Foi muito importante a minha observação e a minha curiosidade também de conhecer. Depois de unir as cenas, agora faz-me tudo sentido. Agora já não tenho aqueles complexos e traumas que eu tinha. Com o conhecimento da minha história já fiquei livre de certas coisas, vi que é um processo que não foi… não foi obra do acaso nascer ali nas Fontaínhas.

DISOBEY! Deixar a marca — práticas urbanas de criação e desobediência

ANDREA PAVONI
LAURA SORDINI

«Geco é mesmo um sujador (*imbrattatore*), não um artista como o são todos aqueles que, com os seus murais, embelezam os muros das nossas cidades com as suas obras. O que incomoda é ver uma série de *writers* a defendê-lo. Eu tenderia precisamente a separar as duas coisas: uma coisa é a arte do mural, que embeleza a cidade lançando uma mensagem, exprimindo também um trabalho profissional com o uso de cestos elevatórios e, portanto, com o apoio da administração; outra coisa é o sujador (*imbrattatore*)».



Cartaz do filme The Art of Disobedience. Foto de Flavio Turco

As palavras são de Virginia Raggi, então presidente da câmara de Roma, que após a detenção de Geco reforçava a velha fronteira entre arte e vandalismo, entre quem contribui para o decoro urbano e quem, supostamente, o ofende. Tudo em nome da lei. O artigo 639 do Código Penal, legado do regime fascista, pune quem «deteriora ou suja (*imbratta*) coisas alheias» com pena de prisão de seis a doze meses, agravada pelas recentes e controversas atualizações da lei sobre segurança pública, aprovadas pelo parlamento italiano a 9 de junho de 2025.

Imbrattare. Sujar. A palavra nasce do dialeto lígure *bratta* — lama. Enlamear: um gesto que é, ao mesmo tempo, estético e moral. Mary Douglas, em "Pureza e Perigo", recorda-nos que nada é sujo em si mesmo: sujidade é simplesmente uma «coisa fora do lugar», dependente de uma ordem vigente — uma construção social, cultural e histórica que a lei, a moral e o senso comum se encarregam de reafirmar, defender, reproduzir. Sujidade é sinal de desordem, sintoma de degradação, indício do perigo de se perder o controlo.

Quando os *grafittis* começaram a multiplicar-se nas cidades americanas entre os anos 70 e 80 foram rapidamente estigmatizados como um ataque à aparência de normalidade do espaço urbano. James Wilson e George Kelling, no célebre ensaio "*Broken Windows*", associaram-nos a outros sinais de degradação — janelas partidas, lixo acumulado, pessoas sem-abrigo —, todos elementos que sugeriam ao «cidadão normal» a natureza incontrolada do bairro. Ed Koch, então prefeito de Nova Iorque, declarou guerra aos *writers*, apelando a que as pessoas «façam a diferença na sociedade, não sobre a sociedade». Mas, como respondia o *writer* Iz the Wiz, se a entrada na sociedade te é vedada, deixar uma marca sobre a sociedade é tudo o que te resta. E não é pouco.

Mesmo quando denegridos, combatidos e perseguidos, os *grafittis* nunca deixaram de exercer uma estranha fascinação. Há algo de irresistível na sua capacidade de corroer a ordem, de transformar o espaço e a própria sociedade em palco de perigo, degradação, dissolução — mas também de desafio, resistência, desobediência.

Essa energia está explícita em "*The Art of Disobedience*", documentário escrito, dirigido e interpretado por Geco, *writer* romano ativo entre Roma, Atenas e Lisboa. O filme mergulha-nos na dimensão arriscada e performativa do *bombing*, a prática que Geco escolhe. A sua *tag* — sempre igual, mas em dimensões e lugares diferentes — repete-se obsessivamente em *spray*, tinta ou autocolante, espalhada por muros, placas e persianas. Uma proliferação imparável, quase viral, que penetra a estética urbana como um vírus, evocando «algo de inexplicável, de mágico», como diz Valerio Mattioli. Geco, filmado sempre de costas, observa, salta, escala, pinta, deixando por toda a parte o traço inconfundível do seu ato, ao ritmo acelerado de uma disciplina composta e adrenalínica. A sua dedicação — a fixação pela repetição — transforma-se num estilo peculiar, que transborda da própria *tag* até se tornar escolha e forma de vida.

Os *grafittis* podem ser vistos como a convergência de três elementos: o gesto, com o seu estilo; a ação, com os seus perigos; e o produto, com os seus efeitos. "*The Art of Disobedience*" revela essa complexa e arriscada convergência, mostrando os riscos físicos e penais, mas também as múltiplas variações performativas que se escondem por trás da aparente monotonia de uma, cem, mil *tags*. Cada uma parece vazia, sem sentido, mas existe como forma cristalizada de atos que interrogam o espaço urbano e as possibilidades de expressão e repressão que ele oferece.

Então, trata-se de arte ou crime? Esta pergunta persegue o debate sobre *grafittis* há décadas, especialmente desde que a *street art* emergiu dentro desse universo. A *street art* é menos obscura, mais representacional e, por isso, mais facilmente aceite. Ela lança mensagens, embeleza a cidade — muitas vezes com o apoio das administrações locais. Aos poucos, inverteu a relação antagónica que os *grafittis* tinham com a ordem estética, moral e legal da cidade. Na *street art*, o produto final ganha centralidade, com o seu conteúdo estético e moral, em detrimento da dimensão efémera, arriscada, ilegal e aparentemente redundante do ato. Hoje, nomes como Banksy, Kobra, JR ou Blu são motivo de orgulho para as cidades, inevitavelmente integrados nos processos de valorização, musealização e *city branding* do capitalismo estético contemporâneo.

Mesmo quem aprecia *grafittis* tem dificuldade em aceitar o *bombing* de Geco. Claudia Catalli, na revista *Wired*, distingue a obra de Banksy, que «comunica e denuncia», da de Geco, que «não comunica nada e só desperta perplexidade»[1]. Despertar perplexidade — talvez seja isso que torna Geco ao mesmo tempo enigmático e irritante, incómodo e atraente. A repetição obsessiva, a ausência de conteúdo, a recusa em entrar no discurso moral, estético ou político, a insistência em não exprimir nada além do próprio ato de exprimir-se: Geco não pretende fazer nada certo ou errado, belo ou bom — apenas faz.

Será que essa prática é também uma expressão de autorreferencialidade, individualismo, até puro exibicionismo, como sugere Catalli? Talvez. O próprio Geco admitiu, numa entrevista ao jornal Corvo: «No meu caso, chega a ser uma verdadeira megalomania. Quero atrair a atenção de todos, provocar amor ou ódio. Só não quero passar despercebido»[2]. Mas a psicologia individual, tal como a moral comum, é insuficiente para compreender o seu gesto. Os *grafittis* só ganham sentido se os entendermos na sua relação coessencial com o tecido urbano — com as suas formas, lógicas e normas. É dessa relação que emerge o seu verdadeiro significado.

Além do bem e do belo, essas *tags* colocam a questão de quem decide o que é bom, o que é sujidade, o que é publicidade. Essa questão torna-se cada vez mais central num espaço urbano remodelado por lógicas de *branding*, requalificação e embelezamento, que desencadeiam processos como gentrificação, turistificação, financeirização. Nesse contexto, os *grafittis* ocupam uma posição ambígua: são, ao mesmo tempo, emblemas de resistência, contestação e desobediência, e, paradoxalmente, especialmente no caso da *street art*, acabam por alimentar esses mesmos processos. É nessa ambiguidade que podemos ler essas *tags*, diante das fronteiras físicas (o muro), legais (a propriedade privada) e morais (o decoro) da cidade contemporânea. O sentido do seu «não-sentido» não está no conteúdo — uma *tag* contém apenas a si própria — mas na sua capacidade repetitiva de produzir diferença, rasgando as tramas estéticas, morais e políticas do tecido urbano, criticando o senso comum sem dizer nada, apenas mostrando a sua crise. Como Lucio Fontana questionava a tela ao rasgá-la, assim essas *tags* questionam o espaço público. O verdadeiro ponto em jogo não é a definição de arte ou crime, diz Andrea Mubi Brighenti, mas os limites do espaço público que elas desafiam a cada momento[3].

> Essas *tags* colocam a questão de quem decide o que é bom, o que é sujidade, o que é publicidade.

A chave para compreender o *bombing* de Geco está então na sua produção de valor «perversa»: não comercial, não comerciável, corrosiva, insensata, impossível de capturar pelas lógicas de mercado ou reduzir a mera denúncia social. Como na antiga parresía, é uma forma franca de expressão que põe em risco a própria vida. Para além da irritação causada pela sua imprudência, a proliferação dos gecos — desde os lugares mais mundanos até aos mais improváveis e inacessíveis — provoca também um sentimento de emancipação, de libertação face aos cercos jurídicos, económicos e morais que delimitam rigidamente o espaço urbano. Devolve «a quem vive a cidade», como diz Valerio Bindi no documentário, «o sentido da sua própria libertação, do espaço que pode reconquistar, da distância que

pode ver, da capacidade de olhar para além dos cartazes publicitários. (…) Levantando um pouco o olhar, encontras alguém que te diz "*hey*, podias olhar para cima, podíamos andar pelo ar"». Um espaço reconquistado, um espaço tornado de novo comum.

Mesmo quem aprecia *grafittis* tem dificuldade em aceitar o *bombing* de Geco. Claudia Catalli, na revista Wired, distingue a obra de Banksy, que «comunica e denuncia», da de Geco, que «não comunica nada e só desperta perplexidade»

"*The Art of Disobedience*" estreou na Sirigaita, em Lisboa, a 10 de abril de 2025. Não por acaso: a Sirigaita é um desses espaços onde a cidade ainda respira diferença e conflito, onde a experimentação social resiste aos processos de homogeneização. Como tantos outros, vive sob ameaça constante de despejo, pressionada por lógicas de mercado e leis de propriedade. Defendê-la não é apenas celebrar uma exceção, mas reconhecer a fragilidade e a importância desses interstícios urbanos — lugares onde o dissenso, a crítica e a desobediência ainda encontram espaço para existir, mesmo que precariamente. Talvez seja precisamente nesta precariedade, nesta tensão entre o risco e a possibilidade, que reside o verdadeiro valor de uma cidade viva. As *tags* de Geco e a persistência de espaços como a Sirigaita não oferecem respostas fáceis nem soluções definitivas. São antes sinais de que o urbano permanece um campo de disputa, onde a liberdade e o conflito, a criação e a repressão, se entrelaçam a cada dia. Defender esses espaços — e as práticas que neles germinam — não é celebrar uma vitória, mas reconhecer a necessidade de manter abertas as brechas por onde a cidade pode, ainda, reinventar-se.

NOTAS

1 https://www.wired.it/play/cultura/2020/11/11/geco-arresto-raggi-writer/

2 https://arquivo.pt/wayback/20211011212139/https://ocorvo.pt/sou-um-bomber-quero-espalhar-o-meu-nome-diz-geco-o-homem-que-reveste-lisboa-de-tags-e-graffitis/

3 AM Brighenti. Graffiti, street art and the divergent synthesis of place valorisation incontemporary urbanism. In: Ross, J.I. (Ed.) Routledge Handbook of Graffiti and Street Art, Abingdon: Routledge. 2015

A percepção descontrolada

Depois de ter sido o assunto que enformou toda a campanha eleitoral, o ataque à imigração de gente pobre foi o cartão de apresentação do «novo» governo.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

José Smith Vargas

A «imigração descontrolada», que levou a rusgas, discursos inflamados, violência nazi, alterações legislativas, é afinal apenas a consequência do movimento normal em capitalismo de fluxo de mão de obra semi-escravizada que se desloca para onde há oportunidades duma exploração ligeiramente inferior à que sofre no momento. O «turismo de saúde», coisa que ia destruir o SNS e que, de novo, deu origem a discursos inflamados e (quase) alterações legislativas, afinal não tinha números em que se basear. Era, numa palavra, mentira. A ideia da criminalidade associada à imigração, que nunca foi completa e cabalmente desmentida e que está a levar adiante a ideia de traçar perfis de pessoas com base (basicamente) na cor da sua pele, sempre teve números que a desmentiu. E a procura da aquisição da nacionalidade, ou seja, do direito a não ser expulso de Portugal, que foi apresentado como antecâmara para que esses «novos portugueses», manhosos, pudessem transformar-se em criminosos sem serem devolvidos aos locais de onde fugiram, na verdade, foi feita sobretudo (um «sobretudo» massivo) por descendentes de judeus sefarditas e não pelos imigrantes que se tenta diabolizar.

Parece quase irreal que um tema que não existe tenha sido o mais falado na campanha eleitoral e tenha marcado o arranque enérgico das funções do novo governo. Dificultar a vida de quem já cá está, a de quem quer vir, o reagrupamento familiar, o acesso à nacionalidade, eis a primeira das velocidades que Montenegro meteu, dando boleia a ideias emprestadas do seu lado direito. «Imigrantes, apenas aqueles que Portugal precisar e durante o tempo que Portugal precisar. As outras pessoas e estas noutros tempos… que morram à vontade». Assim se pode resumir , com palavras logicamente minhas, o utilitário e católico sentir da maioria PSD-Chega. Ver as pessoas enquanto peças descartáveis da grande máquina de fazer dinheiro e criar poder é uma das características básicas do capitalismo, já se sabe. Normalmente, esta ideia não é assumida de uma forma tão fria e cruelmente honesta. Essa é a novidade.

A sociedade assiste, enamorada. Afinal, como diz Montenegro, foi ela que, ao eleger o parlamento que elegeu, escolheu este tema como fundamental. À primeira vista, e depois da campanha a que assistimos e dos resultados a que se chegou, parece uma verdade intocável. No entanto, a grande ironia por trás das justificações de Montenegro é que quem transformou esse não-tema em tema foram exactamente as forças políticas que agora dizem que foi essa a questão que os portugueses escolheram para ser resolvida, precisasse ou não de resolução. Os inventores duma vontade popular sem lógica real escondem-se agora atrás dela para fazerem o que nunca foi sequer necessário fazer. E não será apenas «a bem da nação», como se dizia noutros tempos. O contorcionismo demagógico atinge, então proporções descabidas quando se ouve que a ideia é a de «acolher condignamente», acabar com isto de serem sobre-explorados, blá blá blá, alojamentos sobrelotados, blá blá blá, redes de tráfico, blá blá blá, para a sua protecção, blá blá blá.

Asco é palavra pouca para descrever o que se sente quando se ouvem coisas destas. Como é que expulsar quem já cá está a trabalhar, dificultar-lhe o reagrupamento familiar ou a aquisição da nacionalidade é para a sua protecção? Como é que impedir a entrada ou a estadia a quem já se arriscou tanto para passar por entre os micro-buracos da rede da Europa Fortaleza é para o seu bem? Quem assim pensa e age, é cristão, claro. Quer o bem do próximo, lógico. Mas só do próximo. Com o distante, a coisa fia mais fino. Mesmo isso da família, essa «célula básica da sociedade» de que tanto gostam, também parece ser apenas para cristãos, ou, pelo menos, pessoas nascidas legalmente em solo cristão. Há quem arrisque a vida para tentar a possibilidade de sobreviver, há quem, por cá bem-nascido, sobre explore, alugue alojamentos que sabe irem ficar sobrelotados, gira e lucre com as redes de tráfico, e os maus são os primeiros? Eles é que são o tema que é necessário resolver? As vítimas passam a ser «o problema»? E é para bem delas?

O que se passa é um jogo. Político, eleitoral, de conquista de poder. Um jogo perigoso e macabro, mas eficaz. Perigoso porque legitima um discurso que abre portas intolerantes, racistas, violentas. Macabro porque utiliza pessoas em situação de fragilidade como peças duma competição sobre a qual nada têm a dizer. Eficaz porque coloca pobres contra pobres, os de baixo contra os que estão ainda mais abaixo, numa luta fraticida pelo direito às migalhas. Dito assim, soa a paraíso dos poderosos. Mas é tão só a consequência lógica da chamada «democracia liberal», o tal pior sistema à excepção de todos os outros para amansar a animosidade social do capitalismo.

Não se resolve em instâncias. Tribunais, parlamentos, partidos, tudo isso é inútil, tudo faz parte do mesmo mundo que põe as coisas nestes termos, que joga o mesmo jogo. Também não se resolve com pedagogia, não apenas porque se vive no reino das percepções mas também porque os «nossos» meios são infinitamente menos eficazes do que os «deles». Talvez não se resolva de todo enquanto ideias como «nacionalidade» ou «lucro» ou «dominação» forem coisas levadas a sério.

A denúncia das falácias não deve parar. Mas não é, nem de perto, suficiente. Nunca foi e hoje é-o ainda menos. Cabe-nos a solidariedade, o apoio mútuo e a construção de pontes com as pessoas vítimas de toda esta merda fascista que cada vez mais nos atola, a tentativa de criar comunidade numa relação de igual para igual entre seres humanos. As armas à nossa disposição são estas, as de sempre, as que fomos impondo à história e que, com maior ou menor sucesso, temos vindo a alterar em função das mudanças na realidade. Falamos da solidariedade em cada local, perante cada caso concreto, naquilo em que consiste o apoio mútuo inadiável neste momento. Falamos das pontes que se querem construir e para quê. São estas as questões que devem ser colocadas por quem olha para «o problema» e quer realmente transformá-lo, mas em conjunto com o ponto de vista das suas vítimas. Digo eu.

Anarquismo social organizado na Galiza

A Xesta, nome da giesta, o arbusto que nasce entre as pedras, é uma organização anarquista galega nascida em 2025 e com quem falamos na Feira do Livro Anarquista da Corunha.

Plataforma Por Unha Ulloa Viva

Como foi o processo que levou ao nascimento da Xesta?

Estávamos há vários anos a trabalhar num coletivo de memória anarquista, a trabalhar em vários formatos, mas, sobretudo com as *Mapoulas Libertárias*, memórias muito anarquistas aqui dum bairro da Corunha [as *Mapoulas* designam as mulheres que entre 1936 e 1937 organizaram uma rede de casas-refúgio]. Começámos a fazer a feira do Livro Anarquista da Corunha, esta é a quarta edição e há pouco mais de um ano, demos um passo maior, mais teórico, que foi o Seminário de Estudos Libertários Galegos, que era um pouco para refletir em termos estratégicos, em termos teóricos, sobre a questão anarquista nos dias de hoje. E a partir da Galiza, pensando na Galiza. Dedicámos o primeiro ano a debater, a formar-nos a nós próprios e a refletir sobre anarquismo e organização.

Pode dizer-se que surgiu desse processo de procura da memória, do território? Porque é tão importante essa memória, especialmente a galega?

É impossível entender a história recente da cidade sem entender o papel que tiveram os anarquistas. Ao trabalhar a questão anarquista não a partir duma coisa mais fechada, de um ideário concreto, mas como uma questão cultural, de memória, de história relacionada com o bairro, e com formatos muito abertos, chegou-se a muita gente que não parte de uma identidade anarquista, mas que se aproximou por essas causas e que acaba, muitas vezes, por fazer parte dos nossos momentos, de estruturas como sindicatos de bairro ou laborais e até ativamente na organização que acabámos de fundar.

É muito importante pôr o foco no que é mais próximo, é muito mais fácil que as pessoas se aproximem do anarquismo, a partir dessa parte mais emocional, desse lado mais prático, sobretudo se esse referente não forem grandes teóricos, grandes senhores barbudos do século XIX, mas antes mulheres, que eram realmente militantes de base, que sustentaram movimentos sociais mesmo nas maiores crises, no momento de golpe de Estado, que deram refúgio a companheiros, que tinham toda uma rede, que foram imensamente importantes. E pôr também no centro o papel das mulheres nesta luta e nesta repressão.

Qual é a vossa perspetiva sobre as possibilidades e ligações num projeto libertário com as tradições comunais, como os baldios, aqui chamados de Mancomunidade?

Há muitíssimas possibilidades. Nem sequer podemos dizer outra coisa. Bebemos da tradição, não apenas a do socialismo libertário em geral, mas aqui na Galiza, do movimento independentista, que, nas últimas décadas foi o movimento mais forte, que lutou e manteve a importância dessas tradições, das Mancomunidades, dessas formas comunais de sustentação.

A nossa luta, podemos vê-la como duas lutas. Uma é muito importante, somos um coletivo anticapitalista, cada ação que se faça tem de estar focada num futuro socialista libertário, ou seja, uma luta contra o sistema de exploração capitalista. É uma luta importante, talvez a principal, mas é uma luta de resistência, constróis-te sempre contra um inimigo, é uma luta, digamos, negativa. Mas, também queremos valorizar o positivo. Elaborar, tecer um tipo de sociabilidade e de institucionalidade socialista libertária. Prefigurar o futuro que queremos não é uma luta de tudo ou nada, no presente podemos ir dando passos e semeando cooperativas e espaços, clínicas autogeridas, toda uma série de instituições que contenham em si, ou em potência, os sistemas socialistas libertários. E, dentro disso, podemos aprender muito a partir da tradição galega. Temos a sorte de haver locais onde se mantêm muitas dessas instituições. Os *Montes em Mão Comum*, não são apenas um modelo interessante que podemos investigar e recuperar, eles existem juridicamente, são uma instituição enorme, mas mesmo enorme, do território galego.

Por outro lado, quando têm discussões sobre as tradições, não se deparam com visões mais conservadoras que a extrema-direita tenta capitalizar?

É verdade que a extrema-direita utiliza todo esse conservadorismo para captar muita gente, precisamente pela parte mais emocional de que antes tudo era melhor. Não transportamos essa perspetiva. Usamos a perspetiva do que havia antes, por ser anterior ao capitalismo. Talvez o que tenha mudado aqui tenha sido o capitalismo, talvez seja nessa crítica que temos de investir. Com muita pedagogia sobre o que te desagrada agora e o que te agradava nas tradições de antes. Talvez de que o que agrade seja que havia outros ritmos de vida, ritmos mais calmos que o capitalismo acelerou. Ou seja, a resposta é a pedagogia. Não há outra.

Em Portugal, não se pode falar do ressurgimento do anarquismo, mas é notória uma maior participação de libertários sobretudo nos movimentos ecologista e feminista. Aqui também há luta contra as minas, por exemplo…

Não na questão das minas, mas nas lutas ecologistas e de defesa do território. Ou seja, eólicas e celuloses. Sim, neste momento a luta principal é contra a Altri, uma empresa de pasta de papel portuguesa, que não pôde construir a sua fábrica de celulose em Portugal por ser ecologicamente inviável e que, aqui, com o governo regional do Partido Popular, está a tentar entrar.

Mas, sobre a questão em concreto… sobre o ressurgimento do anarquismo, por assim dizer, sim, estamos a ver todo um surgimento de organizações anarquistas que têm nascido nos últimos anos. Um pouco dentro dessa corrente que se está a chamar anarquismo social e organizado, uma vez que nascemos um pouco da crítica ao anarquismo dos últimos anos, de tendências mais autorreferenciais, mais autonomistas, mais quase evasivas da luta, mesmo, as insurrecionalistas. Fazendo autocrítica enquanto anarquistas, percebendo como não estamos a ter o impacto na sociedade que esperávamos ter.

Não sei como é em Portugal, mas aqui também foi isso que nos levou a organizarmo-nos. Estávamos todas em muitos movimentos, em muitos movimentos sociais de massas, na questão da habitação, na questão ecologista, na feminista, na dos centros sociais ou do independentismo. Muitos temas, muito variados, que agrupam um monte de coletivos e muita gente. Estávamos a participar de forma individual enquanto anarquistas. Foi um bocado isso que nos levou a pensar que seria estratégico, eficiente, transparente, participar nesses espaços e sentir uma organização por trás que nos apoie, sentir essa inteligência coletiva, poder partilhar opiniões, estratégias, poder debatê-las, criá-las entre todas, que a pluralidade de opiniões e de mentes crie estratégias muito mais fortes.

Muitas anarquistas têm participado em muitas lutas e temos encontrado muita gente. Por exemplo do BNG, o partido independentista galego mais importante, digamos assim. Essa gente estava nas lutas da Altri, nas lutas pela defesa do território, contra as eólicas, de forma organizada. E, no final, isso acaba por ter muita força e dá-lhes a capacidade de, por vezes, fazerem as lutas autónomas derivarem para o institucional. Esta gente atuava de forma coletiva organizada. E nós, por outro lado, como anarquistas, estávamos a atuar como indivíduos. E isso entra em contradição com o próprio anarquismo. Vem daí, então, a necessidade de criarmos uma organização anarquista onde possamos atuar coletivamente sobre todas estas lutas e não apenas como indivíduos.

Fazer uma leitura partilhada, neste caso do país, da Galiza. Um diagnóstico de quais são os seus principais problemas. Um programa para agir sobre isso e estratégias para atuar nas diferentes frentes de luta. Não quer dizer que queiramos praticar, como muitos partidos, o dirigismo. Não queremos que essas lutas se convertam em lutas anarquistas. Não é esse o objetivo. O objetivo é que, quando interviermos, que o façamos de acordo com uma perspetiva anarquista coletiva. E também dotarmos as lutas de ferramentas que temos enquanto anarquistas, como a horizontalidade, ou a transparência. De forma, a que seja mais difícil aos partidos dominarem, seja pela via autoritária, seja pela via da institucionalização da luta.

Da Internet à rua: desagregar-nos da grande aceleração digital

Foto: lab.cccb.org

ISAURA SIMAS PEREIRA
VIRGINIA SOLER @BIRCH__[1]

O paradigma digital e os modos de relacionamento que este promove têm impactos profundos na organização política. Há que construir uma cultura digital ao serviço das necessidades populares, baseada na desaceleração e no cuidado.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo entrou num período que conhecemos como a Grande Aceleração: aceleração do tráfego humano, mercantil e monetário; aceleração da propulsão de partículas de dióxido de carbono para a atmosfera e perda de biodiversidade. A acumulação de capital e o seu poder corrosivo não só se intensificaram como experimentaram uma condensação temporária radical.

A irrupção das tecnologias digitais acentuou claramente esta aceleração e a sua dimensão sensível. Vimo-lo, em especial, durante o momento de pandemia, em que nos prescreveram a digitalização da vida como solução económica e anti-séptica. Agora, encontramo-nos numa nova vaga de aceleração, reforçada pelo falso binómio verde e digital e que, ainda que explore a retórica da desmaterialização da economia, se sustenta sobre consumos materiais, hídricos e energéticos crescentes. É no espaço virtual, amorfo, que se cria a ilusão de que a expansão do capital não tem limites físicos nem temporais.

Esta fronteira inesgotável de lucro tornou-se o novo Velho Oeste do investimento, da imaginação e do engenho humano. Não é por acaso que entre as maiores empresas do planeta figura o oligopólio tecnológico, que controla as redes sociais e a maior parte do tráfego na *internet* (*Microsoft, Apple, Amazon, Google, Meta* e, na China, *ByteDance, Tencent* e *Alibaba*). Estimular e agilizar a produção e o intercâmbio de informação são os dois métodos privilegiados de acumulação de capital dos dias que correm.

Digitalização e organização política

O mundo digital construiu-se espelhando o mundo analógico - e herdando, portanto, as suas imperfeições, longe de ser o espaço livre de opressões que concebiam os ciberutópicos dos anos 90. Hoje, porém, são a virtualidade e os seus modos de funcionamento que ganham cada vez mais influência sobre o que se passa fora dos ecrãs, desembrulhando a barreira entre o *online* e o *offline*. O ciberespaço tornou-se muito mais do que um apêndice do mundo analógico: vivemos num contínuo híbrido de espaços de socialização, trabalho, formação e também de organização política.

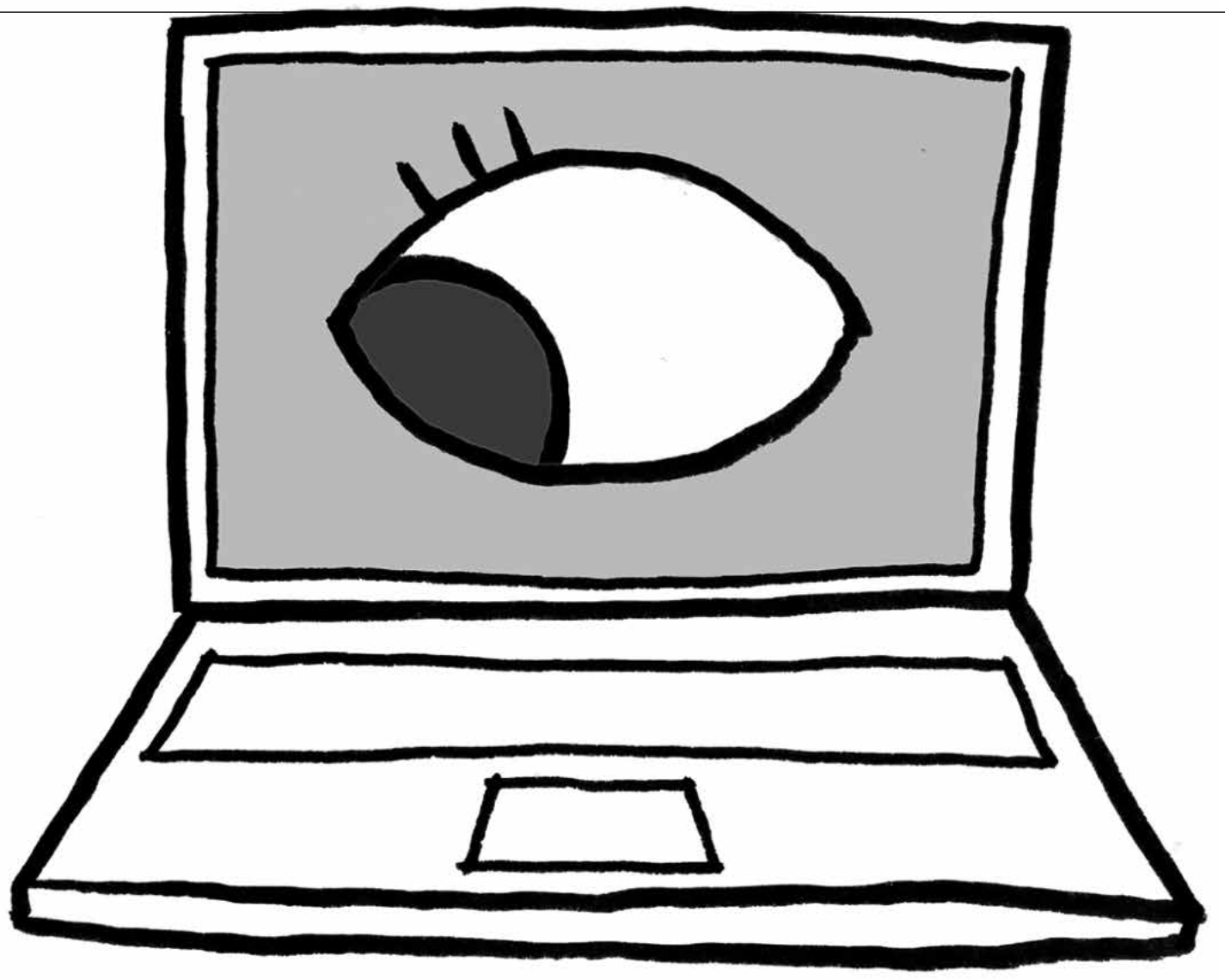
> Adaptar-nos ao ritmo frenético das redes e, em última análise, trabalhar involuntariamente para o inimigo

Este contínuo analógico-digital afecta profundamente a ecologia dos movimentos sociais. Nas últimas décadas, o mundo virtual tornou-se um espaço seguro para muitas dissidências, uma ferramenta quase irrenunciável para amplificar vozes minoritárias e para a coordenação de lutas a nível local e internacional. Porém, também tem os seus senãos que merecem atenção.

Hoje em dia, a maioria da interacção entre movimentos e colectivos ocorre no ciberespaço, sendo que uma parte importante se concentra nas redes sociais. Os *likes* e os *posts* colaborativos dão-nos um sentimento de conexão, de massa e de capacidade de mobilização. Mas essas interacções virtuais muitas vezes não se materializam em melhorias significativas nas nossas vidas, ou em movimentos necessariamente mais sólidos, com uma base ampla disposta à acção. Um exemplo tão claro como trágico é o genocídio em Gaza, isto porque, apesar do enorme volume de interacções digitais sobre o tema, o movimento de libertação da Palestina viu, comparativamente, até agora, um número insatisfatório de vitórias tangíveis para quem faz a luta diariamente. As redes forneceram-nos momentos de eficiência organizacional no passado, mas, actualmente, é um erro medir o nosso êxito enquanto movimento a partir do número de apoiantes da nossa marca no *Instagram*.

A consolidação deste sistema de marcas identitárias está ligada ao paradigma neoliberal da liberdade, entendida como um incitamento constante à manifestação e capitalização da «*autenticidade*». Para além das particularidades de diferentes correntes emancipatórias - algumas mais interessadas na organização descentralizada e outras na construção de contra-hegemonias -, o quadro cultural neoliberal incitou a proliferação de nichos discursivos e de identidades em linha: as nossas marcas pessoais e colectivas.

Protegidas detrás de uma conta de X, detrás do ecrã e dentro das paredes da nossa casa, somos encorajadas a enunciar as nossas ideias com uma distância higiénica do impacto que terão em cibernautas que pensam de maneira diferente. A nossa



Ferran Esteve / lab.cccb.org

identidade virtual incita-nos a reivindicar a nossa singularidade e protege-nos de negociar, de nos pormos de acordo não só com sujeitos distantes do espectro político mas também com camaradas próximas ideologicamente. O ciberespaço, muitas vezes, perde o seu potencial de actuar como fórum de debate e torna-se um monstro de simultaneidade, em que se sobrepõem e se cruzam, como fantasmas, realidades à deriva, sombras de corpos e mentes, incapazes de responder à urgência de traçar alianças duradouras entre movimentos e de elaborar estratégias conjuntas.

Enquanto isso, e servindo-se das mesmas ferramentas, a extrema-direita cresce em todo o planeta. A desregulamentação do ecossistema virtual e a sua dependência de personalidades abertamente fascistas levam-nos, num retoque perverso do consenso neoliberal, convertido em «*liberdade para oprimir*», a navegar contextos cada vez mais recheados de discursos de ódio e, portanto, mais repressivos e hostis para com vozes e identidades dissidentes.

No meio de tanta adversidade, temos dificuldade em decifrar quais são as melhores tácticas a seguir. Intuímos que inclinar a balança do nosso lado implica disputar a atenção, mas fazê-lo absorve grandes esforços comunicativos e estratégicos dos nossos movimentos: conhecer o algoritmo, encurtar as mensagens, adaptar-nos ao ritmo frenético das redes e, em última análise, trabalhar involuntariamente para o inimigo. Estes esforços, se nos descuidamos, correm o risco de transformar a nossa militância em *marketing* e de desenraizá-la de realidades que exigem resposta.

o apagão ensinou-nos que é preciso descentralizar

Notas para uma *internet* de rua

Parece-nos fundamental complexificar e aprofundar o nosso entendimento colectivo sobre o mundo digital e sobre as estruturas que o sustentam. Não é fácil navegar entre, por um lado, o tecnopessimismo e o pânico moral e, por outro, o ciberutopismo e o fanatismo digital. Para nos afastarmos de ambos os extremos, é urgente criar mais espaços colectivos de pensamento, reflexão e acção sobre o tema - como os que já estão a começar no Proyecto UNA. Temos de estar conscientes não só do domínio das *Big Tech* sobre as redes, mas também do papel destas no capitalismo neoliberal e na sua actual reviravolta neofascista.

Neste sentido, pensamos que há que entender que a progressiva despossessão de espaços colectivos digitais - pela deterioração de plataformas, pela proliferação de *bad bots*, etc. - e a despossessão material das nossas vidas vão de mãos dadas. A dominação da *Google* na *internet* responde à mesma lógica monopolista que o despejo de pequenos negócios ou a expulsão de vizinhos do bairro. As mudanças a que assistimos não são apenas políticas, são também culturais: estão a ser criadas novas formas de relação com o mundo, cada vez mais frenéticas e desenraizadas. Embora seja essencial apostar numa *internet* mais justa e comunitária, por exemplo, apoiando plataformas como *NextCloud* ou *Mastodon*, não será suficiente defender a nossa trincheira virtual enquanto perdermos a nossa praça pública. Não podemos deixar de reivindicar os espaços de encontro para além dos ecrãs. Reclamar ontologias relacionais enraizadas, desaceleradas e baseadas nos cuidados, que transformam também a nossa relação com o mundo digital.

Faz falta pensar colectivamente sobre como nos podemos desprender da lógica neoliberal, tanto no ciberespaço como na nossa materialidade. Defendemos uma acção política que vá mais além do mediatismo das redes sociais e da ditadura do algoritmo. Ainda que reconheçamos o papel da performatividade como instrumento de empoderamento e visibilização, vemos como fundamental criar espaços de organização íntimos, cozinhados a fogo lento, que não tenham como objectivo a acção mediática. Consideramos importante aprender a habitar os ambientes digitais através de práticas que se alienem da aceleração que estes nos impõem, de práticas que cultivem a atenção, a razão e a memória - qualidades essenciais do ser humano que o capitalismo de plataforma põe em crise.

Embora por pouco tempo, o apagão ensinou-nos que é preciso descentralizar - desde a produção energética até ao servidor que permite que naveguemos na *internet*. Mas também nos ensinou que, ainda que às vezes nos esqueçamos, a vida pode ser vivida com menos ecrãs pelo meio. Que os jantares populares podem acontecer sem um cartaz de *Instagram* e que nos podemos organizar sem ferramentas digitais de convocatória. Sonhar com passados perdidos e utopias primitivistas livres de digitalização é um exercício nostálgico que vai de encontro à propensão contemporânea para a anulação do futuro. Porém, isso não nos livra de ter que repensar o espaço que o mundo virtual ocupa nas nossas vidas. Pelo contrário, é urgente lutar por tecnologias ao serviço das nossas necessidades e por uma vida que deixe de ocupar tanto espaço nos centros de dados e ocupe mais nas nossas ruas.

1 Originalmente publicado em La Directa ed. 591 (julho 2025)

A conta do Jornal Mapa apagada

De um dia para o outro, sem aviso e com indevida justificação, a conta de Instagram (IG) do Jornal MAPA foi apagada. A Meta decidiu que as mais de cinco mil pessoas que seguiam a conta do Mapa não iriam continuar a receber informação sobre a Palestina, as Covas do Barroso, o Curdistão ou a Cova da Moura, nem sobre a forma como, aqui e por todo o lado, as pessoas se organizam para tomar a vida nas próprias mãos. Sabemos que a moderação de conteúdos do IG tem uma agenda política e esta é uma boa oportunidade para documentar esse fenómeno. A nossa conta foi apagada na sequência de um post feito em colaboração com a Plataforma de Apoio ao Curdistão, cuja página teve o mesmo destino (sigam a nova página da plataforma em @plataformacurdistao.2). A agenda política da Meta tem igualmente sido demonstrado pela Human Rights Watch, que refere que desde 2021 que o IG e o Facebook tem vindo a censurar sistematicamente informações e comentários a favor da Palestina. Desde que Israel começou a bombardear Gaza, cada vez mais jornalistas, pessoas e grupos viram as suas contas apagadas por alegado «desrespeito dos padrões da comunidade». Milhões de publicações foram invisibilizadas. Os algoritmos foram ajustados para que histórias da Palestina chegassem a cada vez menos seguidores. E contas pró-genocídio – entre elas, a conta oficial do estado de Israel – foram promovidas.

Da nossa parte seguimos empenhadas na produção de um jornal pensado para uma leitura (lenta) em papel, onde continuaremos a nutrir espaço selvagem para conteúdos que não se deixam moderar.

Uma nova conta no Instagram está agora em @j_mapa_critico. Podem também seguir-nos no Mastodon, uma rede social descentralizada sem moderação de conteúdos, ou no Telegram em t.me/jornal_Mapa.

De Vinnytsia a Berlim: contra os «anarco»-militaristas e sua propaganda de guerra

Konvulsismo é um coletivo que organiza festas em apoio a grupos antiguerra. Ao apoiarem o coletivo Assembly, que na Ucrânia tem apoiado deserções, viram-se envolvidos numa acusação de colaboracionismo pró-russo. Esta é a sua resposta.

No dia 2 de agosto de 2025, aconteceu em Berlim o Konvulsismo #2, uma festa solidária em apoio ao coletivo Assembly, de Kharkiv, na Ucrânia. Como grupo político e órgão de comunicação, este coletivo tem denunciado o recrutamento militar forçado e também reporta as lutas sociais que ocorrem no contexto da invasão e ocupação russa e do crescente autoritarismo do Estado ucraniano em nome da «unidade nacional».

Assembly.org

Konvulsismo é um coletivo que, perante a crescente remilitarização na Europa, se dedica a organizar *shows* de música eletrónica e experimental em apoio a grupos antiguerra de todo o mundo. O seu primeiro evento, Konvulsimo #1, foi um concerto que arrecadou fundos para a New Profile, uma rede de apoio a objetores militares em Israel, a quem recentemente o Estado alemão cortou o financiamento.

Meses depois, o Konvulsismo #2 foi alvo de uma campanha de desinformação pelo grupo Good Night Imperial Pride (ligado aos chamados Solidarity Collectives). De acordo com um texto que circulou nas redes sociais alguns dias antes da festa, o Assembly seria um coletivo anarquista e antiguerra apenas em aparência, escondendo uma agenda política de colaboração com as forças de ocupação russas. Isso resultou numa série de cancelamentos, forçando o Konvulsismo #2 a mudar de local e grande parte da sua programação numa questão de dias. Felizmente, a festa aconteceu sem problemas, com o apoio de camaradas e músicos amigos solidários com o Assembly, em harmonia com uma postura política decididamente antimilitarista e internacionalista.

Eis a nossa resposta à campanha de ameaças, intimidações e difamações contra nós:

1. As guerras assolam o mundo. Aquela que oficialmente colocou os Estados russo e ucraniano em confronto nos últimos três anos (e em Donbass desde 2014) agora serve para acelerar o rearmamento europeu. Desde a mobilização geral de 1914, a «sagrada aliança» sempre foi a arma do poder e das classes dominantes para sufocar a revolta popular e reunir as classes subalternas sob a sua bandeira contra uma nação rival. Nós, Konvulsismo, como internacionalistas e antimilitaristas que somos, recusamo-nos a apoiar esse macabro jogo de tolos. Da mesma forma que no passado apoiámos objetores israelitas, desta vez angariámos fundos para o coletivo Assembly, sediado em Kharkiv, Ucrânia, que é um importante recurso para práticas de deserção e para aqueles que organizam a solidariedade quotidiana contra o recrutamento forçado. No matadouro que é a guerra, estamos sempre ao lado dos desertores.

2. Uma campanha ridícula de desinformação, cheia de suposições confusas, foi conduzida contra o Assembly, acusando o grupo de ser pró-Rússia. Qualquer pessoa que tenha acompanhado a sua atividade política e as suas publicações sabe a verdade: eles têm criticado de forma constante e consistente a invasão russa. Além disso, quando a guerra começou, lançaram uma iniciativa para apoiar civis que sofriam com os bombardeamentos russos na região de Kharkiv. O que eles se recusam a fazer, porém, em consonância com sua postura internacionalista, é juntar-se ao exército ucraniano, defender o Estado e sua classe dominante ou apoiar a política assassina da máquina militar contra a sua própria população. Ao fazer isso, também promoveram e defenderam deserções, motins e revoltas contra o esforço de guerra na Rússia, na Bielorrússia e nos territórios ocupados do leste da Ucrânia e da Crimeia.

> Tanto na Rússia como na Ucrânia, torna-se cada vez mais difícil encontrar voluntários para o massacre. A deserção tornou-se agora um fenómeno de massas.

3. Quanto à afirmação de que o verdadeiro antimilitarismo se pratica com armas em punho e na linha da frente (uma pura inversão orwelliana), fornecendo ao Estado um abastecimento constante de carne para canhão: se no início do conflito já era difícil sustentar o apoio incondicional a brigadas que se autodenominam anarquistas, apesar de há muito estarem subordinadas ao exército regular ucraniano, esse apoio agora parece definitivamente ser uma posição em contradição com a situação concreta. Contrariamente às opiniões que parecem ser consensuais entre uma parte da esquerda e dos anarquistas na Alemanha, nós também queremos enfatizar que os anarquistas e, de forma mais ampla, os antiautoritários e revolucionários na Ucrânia não formam um grupo homogéneo. Recorrendo à imagem das chamadas brigadas antiautoritárias, Good Night Imperial Pride, Solidarity Collectives e outros grupos tentam invisibilizar as iniciativas contra a guerra. Ao fazê-lo, acabam por servir os interesses do Estado ucraniano e retratam tais iniciativas como pró-Rússia, mesmo que o Assembly e outros internacionalistas apoiem desertores em ambos os lados da linha da frente.

4. Enquanto esses grupos advoguem um «anarquismo» patriótico, o Estado pelo qual matam e morrem trava uma guerra contra a sua própria população. Desde o início do conflito, a suposta unidade nacional é forjada com base em campanhas de recrutamento forçado. Tanto na Rússia como na Ucrânia, torna-se cada vez mais difícil encontrar voluntários para o massacre. A deserção tornou-se agora um fenómeno de massas: as classes trabalhadoras ucraniana e russa sabem muito bem que não têm nada a ganhar com essa guerra. Na noite anterior ao Konvulsismo #2, apesar do toque de recolher, centenas de manifestantes reuniram-se na cidade de Vinnytsia para exigir a libertação dos homens detidos pelos serviços de recrutamento militar. Os manifestantes invadiram o estádio onde eram mantidos os detidos que recusaram o serviço militar e foram recebidos com gás lacrimogéneo e detenções. O Assembly é um dos poucos media anarquistas que tem noticiado levantamentos, motins, revoltas e greves que vêm ocorrendo contra o recrutamento forçado, enquanto o Estado ucraniano luta para convencer a sua população a aderir ao esforço de guerra.

5. Esse cenário macabro é tanto o produto quanto o motor da militarização que se acelera, particularmente na Europa. Tendo como pano de fundo uma profunda crise do capitalismo e a intensificação dos conflitos entre potências rivais, a indústria da morte da guerra é o único horizonte que este mundo tem para oferecer. Na Alemanha, isso reflete-se não apenas na discussão sobre a reintrodução do serviço militar obrigatório, mas, sobretudo, no aumento das despesas militares (em contraste com os cortes orçamentais nos serviços sociais e na educação – uma forma de austeridade militarizada e generalizada). Por toda a Europa, essa escalada de violência também se expressa no reforço das fronteiras nacionais e na hostilidade contra imigrantes, além da perseguição racista de minorias, especialmente árabes e muçulmanos.

6. Nesse contexto, nem o apoio ao Ocidente, sob o argumento de que é «democrático», nem o apoio à Rússia, ou a qualquer outro regime, com o argumento de eles que se opõem ao imperialismo dos Estados Unidos, podem ser uma solução para a nossa emancipação. Por entre a guerra em curso na Europa, a nossa posição é a de que precisamos intensificar a solidariedade – por exemplo, com internacionalistas da Ucrânia, tais como o coletivo Assembly – e as lutas onde estamos, especialmente quando os Estados onde residimos estão direta ou indiretamente envolvidos no conflito militar. Não se trata de escolher um lado – essa é a postura dos nacionalistas de todos os tipos, sejam eles anarquistas, de esquerda ou de direita. Trata-se de combater a indústria da morte, aqueles que lucram com ela e o mundo que a produz, aqui e agora.

Solidariedade com os desertores de ambos os lados da linha de frente! Liberdade para todos os objetores presos! Contra a guerra, sua indústria da morte e seus beneficiários! Por uma vida que valha a pena ser vivida!

Konvulsismo & amigos,
agosto de 2025, Berlim.

GUIA PRÁTICO PARA REGENERAR A VIDA SELVAGEM

A Floresta Contra-Ataca

Aprende o básico para uma reflorestação autónoma através de um dos seus géneros-chave – o carvalho (quercus) – desde a recolha de bolotas até à plantação por sementeira (há muito maior probabilidade de prosperarem assim do que plantados por mudas já crescidas).

OS CARVALHOS ABUNDARAM NA NOSSA MATA MEDITERRÂNICA, MAS DECLINARAM A PARTIR DO SEC. XV COM A CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES PARA DELÍRIOS EXPANSIONISTAS..
UAMOS PROCURAR BOLOTAS!

SE NÃO TENS TEMPO ESQUECE ESTE GUIA: PEGA NAS BOLOTAS QUE ENCONTRARES E ATIRA-AS PARA SÍTIOS QUE PRECISEM DE ÁRVORES.

1 MAPEIA

Mapeia algumas árvores adultas e saudáveis, de povoamentos distintos, num raio de até 50 km (zona com condições ecológicas semelhantes) – darão bolotas mais adaptadas e resilientes. Visita-as entre setembro e dezembro, acompanhando a produção de bolotas que, de poucos em poucos anos, pode ser muito abundante. O ideal é achar as árvores quando recheiam o solo de bolotas.

2 RECOLHE

Recolhe muitas bolotas castanhas escuras, grandes e sem danos visíveis. É uma sorte se já estiverem a germinar, mas cuidado para não danificares a raiz. Evita as que estão furadas, descoloridas, ocas, esverdeadas ou demasiado pequenas. Junta bolotas de vários povoamentos arbóreos para maior resiliência e biodiversidade florestal.

A BOLOTA FOI UM ALIMENTO FUNDAMENTAL NO PASSADO E PODE VOLTAR A SER NO FUTURO.

3 ESCOLHE

Mergulha as bolotas em água e descarta as que flutuarem, pois não podem germinar. Seca as restantes com um pano e guarda-as em local fresco, seco e arejado. Neste processo, as cúpulas das bolotas devem cair – não vão ser necessárias. Planta o mais cedo possível, idealmente até um mês após a recolha.

4 PLANTA

Planta as bolotas quando começar a chover mais regularmente. Enterra três bolotas por cova, com cerca de 3 cm de profundidade – uma delas dará a muda mais vigorosa. Coloca-as na horizontal (enraizam-se melhor assim) e cobre com terra solta, sem compactar – o solo deve proteger, mas facilitar que a planta emerja. Cobre com ervas secas (mulching) para manter a humidade e lhes dar abrigo. Mantém uma distância de, pelo menos, 5 metros entre as covas, para reduzir a competição entre árvores.

Planta em excesso – talvez muitas bolotas não brotem, por isso mais é melhor!

5 CUIDA

EM ZONAS DE FAUNA BRAVA, COMO JAVALIS E ROEDORES, PROTEGE COM UM TUBO DE REDE PRESO AO SOLO, DEIXANDO ESPAÇO PARA A PLANTA CRESCER.

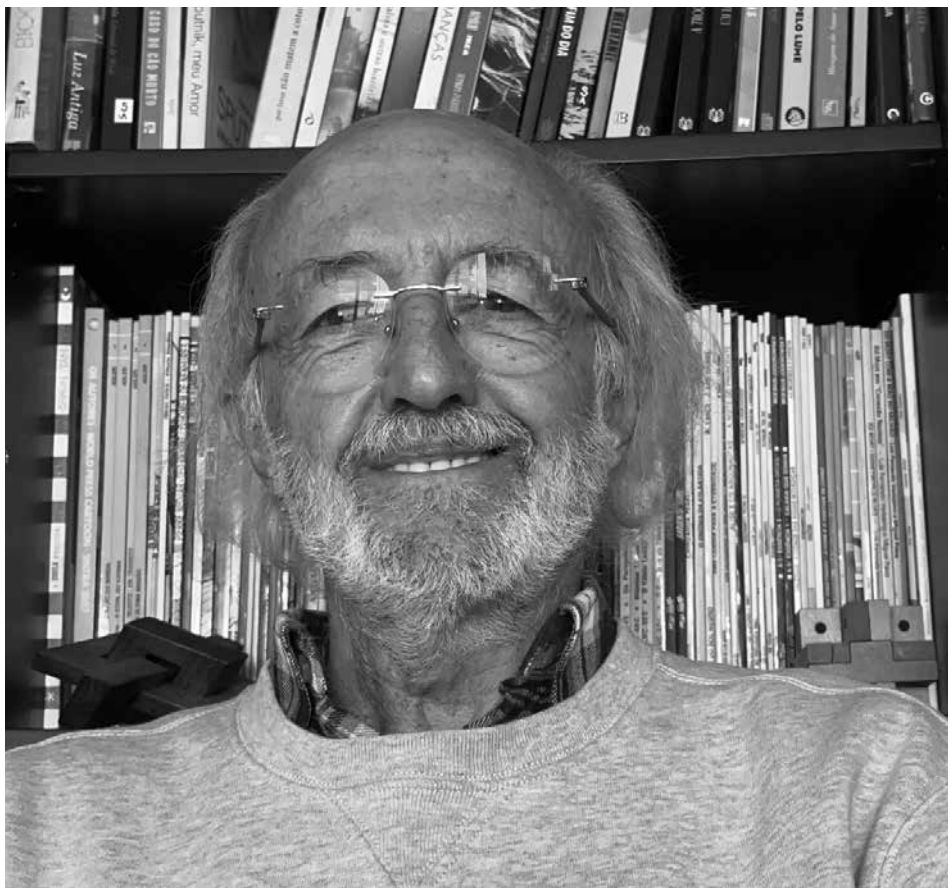
Marca os sítios de plantação com pedras, estacas de madeira ou ferro e/ou fitas coloridas – será mais fácil encontrá-los entre a futura vegetação. Tenta regar algumas vezes espaçadas durante a época seca, sobretudo no verão, nos primeiros 2-3 anos.

USA A APP "PLANTNET" SE PRECISARES DE AJUDA A IDENTIFICAR.
AZINHEIRA (QUERCUS ILEX)
SOBREIRO (QUERCOS SUBER)
CARVALHO CERQUINHO (QUERCUS FAGINEA)
CARVALHO NEGRAL (QUERCUS PYRENAICA)
CARVALHO ALVARINHO (QUERCUS ROBUR)

As Brigadas Revolucionárias na Luta Contra a Ditadura

Entrevista a José Paulo Viana, membro das BR

FERNANDO SILVA
PEDRO MOTA
PEDRO CARTAXO



Desde os primeiros dias a seguir ao golpe militar de 25 de Abril de 1974 até tempos recentes, qualquer referência às Brigadas Revolucionárias (BR) remetia imediatamente para as figuras de Carlos Antunes (falecido em 2022) e Isabel do Carmo, os únicos integrantes desta organização armada que se deram a conhecer publicamente como tal. Sabia-se também o nome de Carlos Curto «Luís», um dos dois operacionais mortos e o pseudónimo do outro, «Ernesto», a sua identidade só viria a ser revelada muitos anos depois. Morreram quando colocavam cargas explosivas no decorrer de acções de sabotagem contra objectivos militares da ditadura.

No seio do PRP-BR (Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionarias), o partido «herdeiro» do prestígio alcançado pelas acções das BR, os militantes incorporados depois do derrube da ditadura podiam imaginar, com acerto, a mais que provável participação de Tomás da Fonseca, Vitor Ramos, Pedro Goulart, Laurinda Queiroz, José Francisco, Fernando Cipriano e mais uns poucos militantes do partido nas actividades das BR, mas estas figuras não faziam ostentação dessas práticas anteriores e mantinham em segredo esse vínculo no dia a dia partidário. A generalidade dos militantes que aderiram ao PRP-BR, durante o processo revolucionário e nos anos seguintes até à sua extinção em 1980, desconhecia também que no decorrer da primeira parte do 2º congresso[1] do partido, realizado na escola do Centro Republicano do Lumiar, em Agosto de 1974, se tinha verificado uma ruptura que levou à saída da maioria dos membros das BR e de outros congressistas.

Com a publicação do livro *Mulheres em Armas*[2], de Isabel Lindim, em 2012, passam a conhecer-se os nomes de três das seis mulheres com intervenção directa em acções das BR, as outras três são idenficadas pelos pseudónimos usados na organização. Nesta obra centrada na participação feminina nas BR são ainda reveladas as identidades de oito mulheres ligadas à logística e outros sectores da organização e aparecem pela primeira vez ao longo da narrativa os nomes de três outros membros das BR não assumidos até então: Orlando Lindim Ramos, pai da autora do livro, José Francisco, companheiro de uma das entrevistadas e José Paulo Viana, que recrutou a maioria das mulheres que tiveram intervenção directa nas acções, daí a referência.

Teve de passar quase meio século para se conhecer publicamente a generalidade dos homens e mulheres participantes de alguma forma nas actividades da única organização que prosseguia a luta armada em Portugal à data do derrube da ditadura. A poucos dias da estreia pública[3] do documentário *As Brigadas Revolucionárias na Luta Contra a Ditadura,* [**DOCLISBOA, 26 de Outubro às 15:30 horas no Cinema São Jorge**], filme[4] onde são revelados os implicados até agora desconhecidos e uma parte importante da história desta organização armada, entrevistamos para a rubrica «Outros 50 Anos» José Paulo Viana, membro das BR, com intervenção destacada em muitas das acções realizadas e que manteve, também, em segredo o vínculo à organização, como, diga-se de passagem, todos os outros que, como ele, abandonaram o congresso do PRP em Agosto de 1974.

José Paulo Viana, conhecido durante as últimas quatro décadas como distinto professor e exímio divulgador da Matemática, através de publicações, conferências e sessões onde mostra os aspectos lúdicos, divertidos ou insólitos desta ciência, conta-nos a seguir essa parte desconhecida da sua história: como chegou a fazer parte das BR e a sua participação nas acções, numa conversa focada no seu empenho naquele projecto, mas onde fala também da sua vivência do 25 de Abril, do processo iniciado com a «Revolução dos Cravos» e, brevemente, dos «tempos duros» que vivemos e da esperança na juventude.

FS – Como entraste nas Brigadas Revolucionárias?
José Paulo Viana (JPV) - Eu nasci em Angola. Em certo momento, achei que devia contribuir para a libertação de Angola, mas não tinha maneira de chegar ao contacto com o MPLA. Por coincidência, conheci uma pessoa que passava de vez em quando na casa onde eu vivia, com quem conversava bastante e, um dia, falei-lhe que gostaria de colaborar com o MPLA. Ele respondeu-me: «se quiseres eu ponho-te em contacto com eles». Eu fiquei entusiasmadíssimo. A seguir disse-me: «olha, tens de ir a Paris...». Lá fui a Paris, não tinha dinheiro, foi ele, a organização, que pagou a viagem, eu ainda não sabia que ele era das Brigadas. Era o Carlos Antunes.

PM – Que idade tinhas?
JPV – Vinte e seis. Em Paris o contacto disse-me que tinha de ir a Argel.
PM – Em que ano?
JPV – No início de 1972. Em Argel falei com o representante do MPLA, mas a proposta de trabalho que ele me fez não ia servir rigorosamente para nada e fiquei um bocado desmoralizado. O Manuel Alegre explicou-me que o representante que lá estava era um guerrilheiro importante, mas diplomaticamente estava a começar... Resumindo, vim para Portugal sabendo que não ia conseguir fazer nada quanto a isto.

PM – E o Manuel Alegre também estava nas BR?
JPV – Sim, era representante em Argel da organização, ele e o Piteira Santos. Quando cheguei a Lisboa voltei a falar com o Carlos Antunes e ele disse-me: «olha, se quiseres ajudar a libertar Angola, uma hipótese é entrares para as Brigadas Revolucionárias». Fiquei de boca aberta, novamente, e entrei...

FS – Mas o que é que te motivava a entrar na luta armada?
JPV – Não tinha grande experiência política, evidentemente. O que via era as pessoas a falar muito, mas a não fazer nada. E achava que, para fazer cair a ditadura, era preciso usar métodos mais ativos do que simplesmente manifestar-se de vez em quando e fazer-se abaixo-assinados.

PM – Tu estudavas na altura.
JPV – Andava a estudar, sim. Tinha vivido no Porto e tínhamos uns grupos de discussão, mas era tudo teórico e nada concreto. Não se fazia rigorosamente nada, a mim custava-me imenso aquilo.

E comecei a reunir com as Brigadas, a fazer parte das Brigadas.

FS – Como correu a primeira acção em que participaste?
JPV – A primeira foi a sabotagem dos camiões Berliet. A acção exigiu bastantes preparativos prévios, porque era preciso fabricar as cargas explosivas e as incendiárias e, depois, ir lá colocá-las.

Feito isso, depois foi esperar até às duas da manhã. Fomos para a Graça ouvir as explosões. Quando a seis quilómetros de distância ouvi aquilo... aí disse: «Agora estou metido a sério». Depois fizemos as reivindicações para as agências de notícias.

FS - Após a sabotagem dos camiões, levam a cabo uma ação de características diferentes. Soltam em zonas centrais de Lisboa, no Rossio e em Alcântara, dois porquinhos fardados de almirante. Explica-nos a razão de ser desta ação e como decorreu.
JPV – Foi muito poucos dias depois. Nós estávamos a preparar essa [acção] também. O Américo Tomás ia ser eleito, eleito é uma força de expressão, porque já não havia eleições directas.

PM – Como é que era eleito, então?
JPV – «Eleito» por uma comissão eleitoral formada só por elementos do regime. Simultaneamente, o Américo Tomás era um personagem bastante ridículo, toda a população achava que ele era insignificante, e resolvemos fazer uma ação que salientasse esse ridículo e simultaneamente entusiasmasse as pessoas, mostrando que havia quem estivesse a fazer coisas.

PM – Conta melhor esta acção dos porquinhos, vocês largaram-nos lá e ficaram a ver a reação?...
JPV – Tínhamos pensado largar os porquinhos, no Rossio, e que eles iam começar a correr, assustados com a agitação da cidade. Ora, aquilo acabou por correr de maneira completamente diferente e mal. Os porquinhos iam com falta de ar porque os levámos dentro de um saco de serapilheira. Largámos o porquinho e ele ficou parado no sítio, não se mexeu. Dois elementos das Brigadas estavam lá para assistir ao que ia acontecer. O que viram foi três ou quatro pessoas que se juntaram à volta do porco, a olhar. Apareceram logo uns homens da PSP ou da PIDE que chamaram um varredor da rua e mandaram-no guardar o porco. Aquilo durou um minuto, um minuto e meio… Praticamente ninguém viu. O casal, a seguir, deixou um petardo que ao rebentar distribuía panfletos a dizer: «estas eleições são uma porcaria, nada melhor que o porco para simbolizar quem vai ser eleito». O petardo rebentou, fez barulho, os papéis voaram, aí as pessoas viram. Algumas apanharam um panfleto, mas apareceram logo cinco ou seis

homens a recolher todos os papéis. Tinha sido um fiasco completo.

PM – Mas o de Alcântara correu melhor?
JPV – Não, igualzinho. Marcámos uma reunião para aí a dois dias para discutir o que é que tinha falhado. Meti-me num táxi para ir para a reunião. O taxista arranca, vira-se para trás e diz: «Sabe o que é que aconteceu?... Largaram um porco fardado de almirante. Um porco enorme. Que desatou a correr por ali fora, ninguém o conseguia apanhar, toda a gente a rir...». E ele insistia que estava fardado, «até botas tinha». Não tinha, evidentemente. De repente, toda a gente no país começa a falar do porco e, claro, nada tinha saído nos jornais nem na televisão…

Quinze dias depois fui a Trás-os-Montes passar a fronteira com uns contrabandistas que colaboravam connosco, numa aldeia lá no fim do mundo. O contrabandista vira-se para mim e diz-me: «Sabes, aqui na aldeia contam a história de um porco fardado de almirante»... Foi de longe a ação que teve mais impacto na população. As pessoas estavam fartas da ditadura, da repressão. Ao ridicularizarmos o regime, a ação transformou-se em algo muito maior. Porque o porquinho não fez nada. Na versão final já o porco tinha sido morto duas ou três horas depois, a tiro, pela polícia que não o conseguia apanhar.

FS – Em setembro de 1972 as Brigadas provocaram um corte nas comunicações entre Portugal, as ex-colónias e a África do Sul com a destruição dos centros de transmissões em Palmela e Sesimbra, lembras-te dos pormenores desta ação?
JPV – Participei quer na organização quer na execução. Íamos fazer [os cortes] em três centros de comunicação, um em Palmela e dois em Sesimbra. Colocámos as cargas no de Palmela e num de Sesimbra mas quando íamos para o terceiro tivemos um acidente e já não arriscámos fazê-lo. A acção resultou em pleno, embora fosse uma pena não termos conseguido o terceiro.

PM – Como obtinham as informações para as acções?
JPV – Havia quem nos desse informações, claro. Depois fazíamos vigilâncias e observávamos o local, como é que aquilo funcionava, etc.

PM – Basicamente, vocês todos já estavam a tempo inteiro nas Brigadas?
JPV – Não, a maioria trabalhava. Eu, nessa altura, já estava completamente ligado às Brigadas. Não fazia mais nada, mas havia outros que faziam vida normal.

PM – Tinham alguma preparação prévia?
JPV – [Preparação] militar?… Nada. Depois, mais tarde, haveríamos de ter, mas nessa altura, ninguém tinha. Alguns tinham feito a tropa, mas, fora isso, nada.

PM – Tu não tinhas feito nada?
JPV – Nada. Nunca iria fazer a tropa, isso estava fora de questão.

FS – Para financiar as atividades recorreram a assaltos a bancos. Como foi o primeiro assalto?
JPV – Foi preparado com muito cuidado. Fizemos muitas reuniões preparatórias. Fomos com dois carros. Éramos quatro, só quatro, mas com dois carros para garantir que se houvesse algum problema com um, conseguíamos sair com o outro. E correu mesmo impecavelmente.

PM – Foi onde?...
JPV – Foi em Alhos Vedros e, passados uns tempos, voltámos a esse banco... Para chamar mais a atenção das pessoas. Esse primeiro assalto foi notícia de primeira página de todos os jornais durante quatro ou cinco dias, sempre a dizer que os assaltantes estavam quase a ser presos. E nós ríamo-nos. Dez dias depois, dois jornais ainda traziam uma pequena nota sobre o assalto. Porque era uma novidade, não havia assaltos a bancos.

FS – Esta é a primeira operação em que empunham armas, que tipo de armas usavam as Brigadas? Tinham experiência de tiro? E o medo? Como se convive com ele?
JPV - Ora bem, não tínhamos praticamente armas nenhumas. Tínhamos uma pistola com duas ou três balas, que nunca experimentámos porque não tínhamos mais balas. Havia ainda uma pistolinha, pequenina, e uma coisa que parecia uma arma, mas era um artefacto para lançar aqueles foguetes de emergência. Nós fazíamos luta armada sem armas, praticamente sem armas (risos)... E experiência, então, nenhuma, nunca experimentámos nenhuma arma antes...

Transmissor do centro de comunicações telegráficas com as ex-colónias e a África do Sul, em Sesimbra, destruído, em setembro de 1972, numa das acções das Brigadas Revolucionárias.

PM – Ou seja, tu nunca te viste numa situação de ter de disparar...
JPV – Mais à frente, sim. O medo, era engraçado... Antes [da acção] sentia-se um certo receio, mas depois, quando começava, não sentia rigorosamente medo nenhum, pelo contrário, sabia que era eu o dono da situação e não o outro lado. Isso dava-me até uma sensação de liberdade que não tinha no dia a dia. No dia a dia a gente estava sempre com receio da polícia, mas naquelas alturas da ação, não. Éramos nós que decidíamos o que fazíamos.

No segundo assalto ao banco de Alhos Vedros participou uma rapariga que ia de minissaia. Um assalto a banco... com uma minissaia, as testemunhas e os jornais só falavam da minissaia. Era uma boa cobertura para todos, incluindo para ela, que aliás nunca usava minissaia. O objetivo não era assustar as pessoas, claro que queríamos que não reagissem, mas tratávamos sempre bem as pessoas.

FS – A vertente anticolonial é a característica distintiva da maioria das ações das BR. Daquelas em que participaste qual consideras a que mais impacto teve no fim da guerra? Conta como foi.
JPV – A que teve mais impacto, sem dúvida nenhuma foi a ação dos mapas militares.

Quando eu estive em Argel e falei com o representante do MPLA, uma das coisas que me disse ser fundamental para eles era ter mapas militares.

Porque eles faziam a guerrilha sem mapas, não tinham mapas. Quando voltei para Portugal e entrei para as Brigadas, disse: «nós temos de arranjar os mapas». Propus-me ser eu a coordenar isso, e demorámos muitos meses a conseguir a recuperação dos mapas. Porque...

> O que via era as pessoas a falar muito, mas a não fazer nada. E achava que, para fazer cair a ditadura, era preciso usar métodos mais ativos do que simplesmente manifestar-se de vez em quando e fazer-se abaixo-assinados.

nem sabíamos sequer onde estavam. Para mim era um ponto de honra conseguir os mapas. Também porque achei que para eles era fundamental, e já que trazíamos os de Angola, trazíamos também os da Guiné e de Moçambique. Os mapas militares são numa escala muito boa, com tudo o que existe no terreno. Portanto, para quem organiza a guerrilha é fundamental ter um bom mapa

Felizmente havia uma camarada nossa que tinha entrado para as Brigadas, minha conhecida, era uma mulher incrível. Uma mulher incrível. Quando lhe propus entrar, ela disse logo que sim. Conseguia informações sobre tudo. Foi ela que conseguiu o contacto com um rapaz, que estava a fazer o serviço militar nos serviços cartográficos.

PM – Onde é que eram os serviços cartográficos?
JPV – Eram ali na rua da Escola Politécnica. Comecei a reunir com esse rapaz, que se prontificou a dar todas as informações. Durante mais de dois meses encontrava-me com ele duas vezes por semana para fazermos um *brainstorming*. Traçámos primeiro um plano, depois desistimos porque não era seguro. Depois traçámos outro, desistimos porque não era garantido. Era seguro para nós, mas não era garantido conseguirmos trazer os mapas. Até que, em dezembro de 72, organizámos essa operação. Envolvia duas Brigadas…

PM – Mas entraram à força?...
JPV – Não. Eles tinham um portão por onde passavam os jipes para um pátio interior.

Os soldados que trabalhavam lá usavam esse portão para vir cá fora tomar um café, fazer uma escapadela. O serviço fechava às sete. O que ele fez foi garantir que ao fim da tarde, às seis e meia, deixava o portão encostado e eu entrava por ali. Ele tinha-me feito o plano do pátio e de tudo o que havia no rés-do-chão. Mostrou-me, no plano que fez, uma sala onde não ia ninguém e a porta estaria aberta, encostada, para eu ficar lá escondido. E assim foi. Eu entrei, com o ar de quem era da casa. Fui para a tal salinha. Os serviços fechavam às sete, mas havia uma secção que ficava a fazer horas extraordinárias até à meia-noite. Havia ainda um guarda que vivia no sótão. Era preciso esperar que ele adormecesse. Portanto, a operação só iria começar efetivamente às duas da manhã. Tínhamos um sistema de comunicações com o exterior com umas tiras de cartolina por baixo do portão. Às duas da manhã vim abrir o portão, entraram mais dois, os restantes ficaram lá fora, estacionaram o carro muito perto do portão, para depois carregar os mapas quando saíssemos. Fomos para a arrecadação dos mapas, que era no pátio. Forçámos a porta, felizmente chovia, a chuva abafava os barulhos. Começámos a retirar os mapas. Aquilo eram estantes enormes do chão até ao tecto, da largura dos mapas.

PM – Vocês não fizeram nenhuma selecção...
JPV – Não porque estavam separados… Cada prateleira tinha um grupo de mapas todos iguais, da mesma região. Não me lembro agora quantos, sei que trouxemos mais de duzentos mapas. E pronto, trouxemos um exemplar de cada mapa para fora. A operação correu bem.

Depois era preciso levá-los para a Argélia. Organizámos uma operação para os levar para Paris, também cheia de aventuras, tivemos de o fazer clandestinamente. A seguir, para Argel, foi mais fácil. E depois fui a Argel fazer a entrega dos mapas às três organizações. O governo argelino fez mesmo uma sessão oficial, com o ministro dos negócios estrangeiros, e entregámos os mapas aos movimentos [de libertação]. Tínhamos conseguido o objectivo principal, entregar os mapas militares ao MPLA, à FRELIMO e ao PAIGC.

Agora vem o que mais me marcou! Em Setembro de 1973, a Guiné-Bissau declarou a independência. No início de 1974 tive de ir a Argel levar uma informação ao PAIGC e à chegada o camarada nosso que lá estava disse-me que no dia seguinte chegava um elemento do novo governo guineense e que eu poderia falar directamente com ele. E assim foi.

Aconteceu uma coisa incrível nessa reunião. Estávamos numa mesinha redonda, eu, o nosso camarada em Argel e, à minha esquerda, o ministro. O meu camarada dirigiu-se ao ministro: «Este é o camarada que conseguiu os mapas». Tive de corrigir, que não fui eu, foi um trabalho de grupo, de muita gente, eu sozinho não teria nunca conseguido.

O ministro olhou para mim e pôs-me a mão no braço: «sabe, esses mapas foram fundamentais para nós conseguirmos a independência. Graças a eles conseguimos conquistar o quartel de Guiledje, libertar uma enorme porção de território e formar um governo». Depois, continuando inclinado sobre o meu braço, disse: «mas mais importante do que isso é que

muitos camaradas meus estão vivos graças a esses mapas» e caiu-lhe uma lágrima em cima do meu braço. Foi o momento mais importante da minha vida, foi aí que percebi que aquilo tinha mesmo valido a pena, todas aquelas dificuldades por que passámos… (emociona-se).

FS – No final do ano de 1972 as Brigadas intervêm na vigília contra a guerra colonial realizada na Capela do Rato com a colocação de petardos em vários locais de Lisboa e da Margem Sul. Estavam coordenadas com os católicos progressistas?
JPV - Havia um grupo de católicos muito activo, sobretudo contra a guerra colonial, os contactos vinham já detrás, começaram antes de eu entrar para as Brigadas. Houve sempre um apoio muito grande da parte deles. Não ao nível da execução das ações, mas ao nível de arranjar casas, guardar documentos, guardar material e passar informações. Havia muita troca de informações entre nós. Houve sempre um trabalho muito grande de colaboração entre nós e eles. Quando soubemos que a acção da Capela do Rato ia acontecer…

PM – A acção constou de quê?
JPV – Era uma iniciativa de oração e de reflexão sobre a guerra colonial, iniciada por um grupo de pessoas que entraram em greve de fome. No fundo uma forma de chamar a atenção, quer às pessoas que lá apareceram, mas essas já não precisavam ser convencidas, mas também de alertar o resto da igreja. A estrutura e a hierarquia da igreja estavam ligadas ao regime. Era uma forma de passar a mensagem de que dentro da igreja também havia quem não concordasse com o que se passava cá em Portugal.

PM – E como é que entram os petardos?
JPV – Foi, no fundo, a propaganda, com uma distribuição de panfletos assinados por «Trabalhadores Revolucionários» a divulgar a iniciativa. Foram deixados em locais onde houvesse muita gente. Eu não me lembro já quantos petardos foram, mas foram mesmo muitos. Portanto, foram precisas muitas pessoas a fazer isso. Houve quem não fizesse parte das Brigadas, mas estivesse disposto a colaborar e, a seguir, a integrar-se nas BR. Incluindo a minha irmã e o meu cunhado.

PM – Ah, tu também meteste a família!
JPV – Vieram cá porque eu sabia que aquela minha irmã andava desejosa de fazer coisas e este era um bom momento para a integrar. Telefonei-lhe a dizer que ia haver um baile de passagem de ano, se ela não queria vir cá. Claro, ela percebeu logo que era um código, eu não era de bailes de passagem de ano. Vieram e depois tiveram um papel importante nas Brigadas.

FS – As acções seguintes são de sabotagem contra instalações do aparelho militar. Em março de 73, em Lisboa, as Brigadas têm as suas primeiras baixas. Como encararam este revés?
JPV – Nós tínhamos três programadas para rebentarem durante a noite. Três, não, perdão, quatro. Três em Lisboa e uma em Caxias. As cargas explosivas eram colocadas durante o dia no DRM e no Quartel-Mestre-General. Os camaradas entraram nos sítios e, ao colocar as bombas, nunca soubemos porquê, rebentaram.

Eu estava na terceira, no Quartel da Graça, nos Serviços Mecanográficos do Exército. A minha correu bem, acabou como previsto por só rebentar durante a noite, sem fazer vítimas. Um dos nossos pontos importantes era não ferir ninguém. Tínhamos sempre algum cuidado, não queríamos de modo nenhum que houvesse pessoas feridas ou mortas, embora houvesse sempre riscos. Nestas duas acções morreram os dois operacionais, o Arlindo Garrett e o Carlos Curto, e houve alguns feridos sem gravidade.

PM – Então, foi alguma coisa que correu mal na forma como estavam feitas [as bombas]?
JPV – Na forma como as cargas estavam acondicionadas. Houve ali um problema qualquer e já nem fizemos a de Caxias. Eu tenho uma possível explicação, o deficiente isolamento dos circuitos eléctricos duplos que usávamos, mas não há garantias nenhumas que tenha sido assim.

FS – A participação directa de mulheres nas ações armadas é um aspecto distintivo das Brigadas. A maioria delas, segundo as próprias, foram recrutadas por ti, eram pessoas das tuas relações?
JPV – As Brigadas eram uma organização onde as mulheres tinham um papel igual ao dos homens. Para mim isso era normal. Porque é igual, ser um homem ou uma mulher é igual… Eu dava-me com muita gente e ia percebendo o que é que as pessoas sentiam. Quando lhes propunha aderir, era já com uma certa garantia de que a resposta ia ser positiva. Todas estas ações de que estive a falar tiveram mulheres a participar directamente. Neste aspecto acho que as Brigadas funcionavam de uma forma exemplar, não tenho qualquer dúvida. Além disso, quem entrava decidia o nível de participação até onde podia ir. É verdade, realmente houve uma série de mulheres que convidei para as Brigadas.

FS – Nas vésperas do 1º de Maio de 1973 as Brigadas colocaram petardos em 200 locais diferentes de Norte a Sul do país. Ao deflagrar espalhavam folhetos com o apelo de participação nas greves e manifestações. Na madrugada do dia do trabalhador rebentou também uma bomba provocando graves danos nas instalações do Ministério das Corporações. Fala-nos destas acções
JPV - Na colocação dos petardos, acho que entrou toda a organização e mais uns que ajudaram.

Foi uma coisa incrível. E exigiu uma coordenação grande, porque era preciso preparar os petardos. Depois foi preciso distribuir os petardos por vários grupos. Lembro-me que fui levar os petardos ao Porto, para os colocarem pelo Norte. No regresso a Lisboa, vinha com uma série deles, e ia parando em várias terras… a deixar. Ainda dei boleia a um soldado e lembro-me bem de chegar a Leiria e dizer-lhe: «olhe, desculpe, agora tenho de ir ali tratar de um assunto, venho já». Saí com o saquinho (risos) e lá fui pôr o petardo no centro de Leiria. Nunca mais esqueci essa.

PM – Isso foi no mesmo dia?
JPV – Os petardos rebentaram no dia 29 de Abril.

No dia seguinte, uma Brigada de duas pessoas fez a outra ação. Uma companheira, que ficou no carro, e eu, que entrei no Ministério das Corporações. Tínhamos todas as informações do sítio onde iria colocar a bomba. As indicações eram extremamente precisas, foi muito simples e correu muito bem. Explodiu durante a madrugada no quarto andar do edifício.
PM – Todas essas acções já eram bastante noticiadas?
JPV – Sim, quando havia explosões, a notícia saía sempre nos jornais e na TV. E esta bomba no equivalente ao Ministério do Trabalho, ainda mais, não é?

PM – Nesta altura, tu contarias quantas pessoas, assim, activas, a sério, nas Brigadas?
JPV – Pouca gente, 30, 40 pessoas. Eu nunca fiz as contas, mas no filme, o Luís Gobern, o realizador, andou à procura e aparece um número parecido com esse. Ele encontrou quase toda a gente, fez um trabalho incrível!

> Todas estas ações de que estive a falar tinham mulheres a participar directamente, nesse aspecto eu acho que as Brigadas funcionavam de uma forma exemplar

FS – A Argélia acolheu várias levas de exilados portugueses e das ex-colónias. Ali se instalou a sede da FPLN (Frente Popular de Libertação Nacional) que agregava até 1970 praticamente todas as organizações que lutavam contra o regime ditatorial português. As BR nascem de uma ruptura que resultou na expulsão do PCP desta frente. Pode concluir-se que as BR estavam ligadas organicamente à FPLN?… Explica-nos como funcionava essa ligação?
JPV – Sim, estavam ligadas. No fundo, a FPLN mantinha o nome, mas já não era verdadeiramente uma frente. Já só tinha as Brigadas. Eventualmente, teria contactos com outras organizações, mas funcionava só para as Brigadas e tinha um papel importante, porque era, no fundo, o elo de ligação diplomático com o exterior. Por outro lado, com as emissões da rádio para Portugal, garantia a propaganda e uma certa informação cá para dentro.

FS – A realização do congresso de fundação do P.R.P na Argélia, em Agosto de 1973, desencadeia um processo que leva à expulsão de dois dos fundadores das Brigadas, Piteira Santos e Manuel Alegre. Qual é a explicação para estas expulsões?
JPV - Eu participei no congresso e foi vergonhosa a forma como o Manuel Alegre e o Piteira Santos foram expulsos! Sinto-me culpado. Tive culpa por não conseguir perceber o que estava a acontecer. E o que estava a acontecer não era uma questão política, nem ideológica, era de poder, entre aquelas duas personalidades, que tinham uma grande projecção internacional, e o Carlos Antunes, que os queria pôr fora. Essa é a explicação. Porque o motivo que foi invocado, o envolvimento num possível golpe de estado contra o presidente argelino, não fazia qualquer sentido. No meio daquela pressão acabei por não ter o discernimento de tomar uma posição, mas mal saí do congresso percebi… Percebi que tinha sido uma luta que não tinha nada a ver com questões ideológicas. Eram questões de poder político, era o Carlos Antunes que queria tomar conta daquilo.

PM – Estás a dizer que saíste do congresso e percebeste logo isso?
JPV – Apercebi-me logo a seguir. Lembro-me de vir com a minha irmã na viagem de regresso e lhe dizer: «os próximos a serem expulsos vamos ser nós». A questão é que já tínhamos alguns atritos com a direcção por causa das Brigadas. Nós [os operacionais] estávamos a ser tratados como os homens de mão para executar coisas e não para ter um papel directo nas questões políticas e ideológicas. Portanto aquilo já estava a ficar um pouco…

PM – … mas isto foi o congresso de fundação do PRP? Quantos participaram neste congresso?
JPV – Uns vinte e tal, tinha ido gente do interior. Teve aspectos caricatos, como por exemplo, decidiu-se fundar o partido porque era preciso criar uma organização política que aparecesse. Ficou decidido chamar-se Partido Revolucionário dos Trabalhadores, mas quando chegámos a Portugal já era Partido Revolucionário do Proletariado. Na viagem tinha mudado de nome (risos)… As Brigadas eram clandestinas, os grupos não se conheciam uns aos outros, não havia reuniões alargadas, porque era perigoso… não tínhamos as informações todas. Só a seguir ao 25 de abril é que a gente se começa a aperceber… Foi por isso que, logo depois, saímos.

PM – Eu pensei que tu estavas mais próximo da Isabel do Carmo e do Carlos Antunes…
JPV – Oficialmente eu fazia parte do Comité Central, mas depois não havia reuniões, era muito difícil organizar essas coisas, portanto as decisões eram sempre tomadas parcelarmente. Realmente eu era da direcção, mas era uma direcção que não funcionava…

FS - Depois deste congresso, já em outubro, as Brigadas atingem, pela segunda vez em meio ano, o Quartel-General do Porto e interrompem as ações armadas até fevereiro de 1974, quando regressam com a sabotagem do Quartel-General da Guiné. Esta paragem foi motivada pelas prisões em novembro de vários católicos progressistas com quem tinham ligações?
JPV – Ora bem. Houve a segunda operação do Porto que foi gira porque foi exatamente no sítio onde tinha sido a primeira. Foram os do Porto que fizeram, evidentemente. Logo a seguir eu entro num de dois assaltos simultâneos a bancos. Houve um problema com um dos carros e ficámos com receio de que a PIDE conseguisse chegar a mim. Como havia uma série de assuntos a tratar no estrangeiro, vou para a França, estive lá até ao início de fevereiro de 1974.

Antes de sair, já se estava a falar na hipótese de fazer a ação da Guiné. Tínhamos uma pessoa a fazer o serviço militar na Guiné. Não era das Brigadas, mas que estava disposta a colaborar. A ação foi preparada e foi discutida, mas só participei no início da discussão.

Enquanto estive fora não houve realmente ações aqui, mas não sei os motivos. Sei que foram presos uma série de católicos progressistas que tinham contactos connosco. Não sei se isso teve influência ou não no facto de não ter havido acções nesse lapso de tempo.

FS - Os dirigentes das BR afirmam reiteradamente que pautaram a sua ação seguindo o princípio de não afectar vidas humanas. Concretamente, na ação de sabotagem do Quartel-General da Guiné(5), pela hora da explosão, foi abandonado o princípio de evitar vítimas?
JPV - Pois é, havia esse perigo e embora o Carlos Antunes e a Isabel do Carmo, nos últimos anos, tenham dito que nunca se pôs essa questão, isso é falso. Neste caso, nós não sabíamos se haveria perigo de morte ou não, e havia. A questão pôs-se noutras ações, que foram pensadas, mesmo como possibilidade de matar, uma contra a PIDE do Porto e outra contra a polícia de choque, em Oeiras.

A ação da Guiné implicava alguns riscos do ponto de vista da integridade física dos militares. Nós achávamos que não iriam morrer, mas que poderiam ficar feridos, isso foi discutido e decidiu-se avançar. Eu não assisti à parte final das decisões, porque estava em Paris, mas a ação foi feita. Só foi reivindicada [pelas BR] muito mais tarde, aliás, o PAIGC chegou a reivindicar essa ação logo a seguir.

PM – Mas houve mortes?
JPV – Não, não houve mortes, houve feridos.

FS - Bomba no Quartel-General da Guiné e sabotagem do navio de transporte de tropa, Niassa, em 9 de Abril de 1974, no Porto de Lisboa, quando se procedia ao embarque de um contingente de soldados com destino às colónias, revelam capacidades de acção difíceis de conceber. Pode falar-se de uma escalada das acções das Brigadas contra a guerra?
JPV - Não, eu não diria escalada, mas um dos nossos objetivos sempre foi combater a guerra colonial. Uma boa parte das ações que fizemos era especificamente contra a guerra colonial. Acho que não corresponde a uma escalada, corresponde à linha que vínhamos seguindo desde o início.

PM - O navio foi mesmo sabotado?
JPV - Foi sabotado e não partiu. A carga explosiva foi colocada num sítio onde não haveria soldados. Eles estavam todos no *deck* a olhar para o cais, a dizer adeus às famílias. O barco não chegou a sair, ficou retido dois dias, em reparações.

FS - A poucos dias do 25 de Abril as Brigadas realizam um proveitoso assalto a banco no Bombarral.
JPV - O do Bombarral foi feito 6 dias antes do 25 de Abril. Esse foi o maior de todos e correu muito bem. Ficámos com um imenso dinheiro, para aquela altura, foi mesmo muito bom.

FS – E dá-se o 25 de Abril, as B. R. sabiam do golpe em preparação ou foram apanhadas de surpresa?
JPV - Uma das versões que corre, posta a circular pelo Carlos Antunes, é que ele estava a par do 25 de Abril. Isso é absolutamente falso. Porque se ele soubesse, eu também teria sabido. E mais, a instrução, a ordem, que chegou do Carlos Antunes foi manter tudo na clandestinidade e ninguém aparecer publicamente. Não participámos no 1º de Maio, «porque não era seguro!!!». Evidentemente, não estávamos a par do golpe militar. Aliás, o Carlos só põe isso a correr nos últimos anos. Uma das coisas que me desgostava nele é que falava sempre como se não houvesse mais ninguém nas Brigadas. Evidentemente ele teve um papel importantíssimo, mas as Brigadas funcionavam porque havia muito mais gente a fazer as coisas. Não eram só aquelas duas pessoas.

PM – Mas todos seguiram essas ordens de não participar no 1º de Maio?
JPV – Menos um. Houve um camarada nosso, o Gabriel Correia, que foi lá e disse que se estava marimbando para as instruções. Nós não sabíamos. Nas Brigadas ninguém sabia realmente o que era o 25 de Abril.

FS – Que razões te levaram a abandonar o PRP em Agosto de 74?
JPV – Já havia um certo descontentamento dentro das Brigadas de tal forma que nós, antes do 25 de Abril, já tínhamos feito duas reuniões, duplamente clandestinas, ou seja, sem conhecimento da direção, para debater a forma como estávamos a ser utilizados.

PM – Mas a seguir ao congresso da fundação do PRP...
JPV – Sim, estive fora e quando voltei de Paris, em Fevereiro, começámos novamente a falar e pudemos fazer uma reunião um pouco mais alargada das Brigadas, não de toda a gente, evidentemente, mas dos representantes, para discutir o que estava a acontecer dentro do PRP e connosco. E tivemos algumas conversas a seguir com a direcção do PRP, porque não queríamos continuar a ser os homens de mão da cúpula política. A seguir ao 25 de Abril há uma reunião muito tensa entre nós, Brigadas, e a direcção política do PRP. As coisas não ficaram completamente sanadas e depois, em Agosto, quando se realiza o congresso, resolvemos pôr em cima da mesa as nossas dúvidas, aquilo com que não estávamos de acordo. A discussão foi bastante grande e, a certa altura, percebemos que não tínhamos qualquer hipótese de fazer valer as nossas posições, e fomos embora.

PM – Quantas pessoas saem?
JPV – A reunião teria umas 40 pessoas e nós, os que saímos, tenho ideia de um número, 17, falado na altura. Mas das Brigadas saíram praticamente todos.

PM - As vossas discussões passavam sobretudo pelo quê?... Deixar de ser "mão de obra"?
JPV – Por um lado... e por outro porque eles queriam continuar a luta armada. Nós achávamos que o objetivo principal era a democracia e a seguir são as pessoas todas que têm de se organizar e de decidir o futuro do país. Não é um grupinho que vai dizer que é por aqui ou por ali e, portanto, estávamos em desacordo nisso. Felizmente saímos porque, como se viu depois, aquilo foi um desastre completo. Eu e a maioria dos que saíram já tínhamos percebido que era preciso ir embora ou mudar a linha política do partido. Mas para isso não tínhamos força, porque a nossa influência era muito menor do que a das «duas personalidades».

Mapa militar do sector de Bedanda, a que pertence Guiledje, o primeiro quartel do exército português tomado pelos guerrilheiros do PAIGC em Maio de 1973. Mapas como este de todo o território de Angola, Moçambique e Guiné, foram entregues pelas BR aos respectivos movimentos de libertação.

PM – Que justificação para continuar a luta armada era dada naquela altura?... A revolução estava na rua, a ocupar casas e a ocupar terras...
JPV – Isso é que era importante, exactamente, era aí que era preciso estar.

FS – Os membros das BR que saem no Congresso mantiveram-se juntos... constituíram uma organização?...
JPV – Não, mantivemos aquilo a que chamámos de «grupos autónomos», continuámos a trabalhar juntos. Estava em Lisboa, mas havia gente no Porto, também na Margem Sul. E continuámos a fazer coisas, mas não eram armadas, isso acabou. Tentámos ter alguma influência política, mas depois este país entrou em convulsão, felizmente, e foi lindíssimo.

PM – De que modo participaste, então, nesse processo revolucionário?
JPV – Nós tentávamos ter contactos sobretudo com comissões de moradores nas zonas em que vivíamos. Ocupação de casas, criação de creches, mas o nosso papel era apoiar aquilo que as pessoas queriam, tinham de ser elas a organizar-se. Com as fábricas, apoiámos uma série delas quando entraram em luta e a gestão passou a ser dos trabalhadores. Muitos clientes deixavam de lhes comprar e nós organizávamos estruturas de escoamento dos produtos.

FS – Como encaraste a derrota deste movimento social revolucionário a partir do 25 de Novembro de 1975?...
JPV – Foi um choque para todos nós, foi um choque.

PM – Pensaste em voltar à luta armada?
JPV – Não. Ou teria havido alguma resistência e organização no dia 25 de novembro ou a seguir já não se justificava outra vez. Não é que não apetecesse, mas não se justificava...

PM – Estavas a estudar engenharia mecânica...
JPV – Eu não queria ser engenheiro. Não tinha nada a ver com a minha maneira de ser. Só depois é que descobri que gostava de ensinar e tornei-me professor. Comecei a dar aulas perfeitamente por acaso e percebi que era o que eu gostava de fazer na vida. Eu não conseguiria ter um trabalho se não gostasse dele. Só aos 30 anos é que comecei a ensinar, aí percebi que era o que eu gostava e foi o que fiz o resto da minha vida.

FS – Depois deste percurso de vida que reflexões nos deixas sobre os tempos que vivemos e as perspetivas futuras?
JPV – Está um bocado duro, agora é que nós vamos ter de nos organizar mais e melhor para evitar que isto descambe completamente, não sei... Mas a luta armada não se justifica. Eu acho que as pessoas se vão conseguir organizar de uma forma minimamente eficaz. Tenho esperança, senão estamos perdidos (risos)... Se os novos não pegam nisto…

FS – Só agora com este documentário se fica a conhecer a importância do teu papel nas Brigadas, como explicas que tenha passado quase meio século para se conhecer a generalidade dos homens e mulheres que participaram nelas.
JPV - Quando saí das Brigadas não me apetecia estar a contar os «feitos» de antes do 25 de Abril. A seguir ao 25 de abril toda gente dizia que tinha feito coisas, e várias vezes me vieram contar que tinham feito aquilo onde eu tinha estado e isso irritava-me tanto... E pensava: não consigo ser como esta gente, e pronto, encerrei aquele meu capítulo.

O que mais me custou foi começar a aparecer a visão de que afinal a ditadura tinha sido uma coisa meio suave... Isso irritou-me e foi aí que comecei a falar. Depois, também me entristeceu o facto de o Carlos Antunes e Isabel do Carmo falarem como se os outros não existissem, só eles é que existiam.

PM – Existia, por exemplo, toda a família do Arlindo, os Baptista do Barreiro...
JPV - Os Batistas saíram, tinham saído todos antes do 25 de Abril já incompatibilizados com o Carlos Antunes. E começou-me a irritar que não se falasse em mais nada. Claro que eu não ia falar, mas depois com o aparecimento de Luís Gobern a querer fazer um filme, aí percebi que era mesmo o momento de começar, felizmente.

NOTAS

1 A 2ª parte deste congresso realizou-se uma semana depois numa vivenda na zona de Sesimbra, já sem os militantes que abandonaram o PRP. O 1º congresso decorrera em Agosto de 1973, na clandestinidade, na Argélia.

2 *Mulheres em Armas* de Isabel Lindim, com introdução de Isabel do Carmo, mãe da autora. Editorial Objectiva – Carnaxide, 2012.

3 O Jornal Mapa foi convidado para a primeira projecção privada e publicou, no nº 36, uma breve recensão do filme.

4 Documentário de Luís Gobern Lopes, Fernando Silva Cadenas e Francisca Serrão.

5 A explosão da bomba ocorreu no dia 22 de Fevereiro de 1974, no Q-G da Guiné, junto às dependências do primeiro e do segundo comandantes, respectivamente, Brigadeiros Banazol e Figueiredo, e do chefe de Estado Maior, Coronel Gonçalves Vaz. Os dois últimosficaram feridos.

A revolta da Sérvia

protesti.pics

BORBOLETA AZUL

É como o Maio de 68, mas melhor: os protestos estudantis eclodiram a 1 de novembro de 2024 e continuam ininterruptamente até hoje. A faísca foi a morte de 16 pessoas no desabamento de um telhado na estação ferroviária de Novi Sad. A tragédia não foi entendida pela população como um acidente, mas como o resultado de algo que ultrapassa a negligência: um total desrespeito pela perícia necessária para reparar o telhado e pelas vidas humanas. Esta situação foi agravada pelo governo de Aleksandar Vučić quando negou que a renovação tivesse sido feita quatro meses antes, à vista de toda a gente. Não conseguiu responsabilizar ninguém nem fazer justiça, expondo a face mais cruel de um autoritarismo que vê todos os valores como transacionáveis entre o Leste e o Oeste[1]. Com uma sociedade submetida ao regime do Partido Progressista Sérvio (SNS) e dos 10 empresários que controlam a economia[2], os estudantes são o único grupo capaz de se mobilizar socialmente: montam barricadas, ocupam as ruas e constroem um movimento legítimo para contestar a corrupção generalizada das instituições públicas. Fazem alianças com agricultores, professores e advogados, enfrentam a repressão e organizam-se com base na democracia direta e na entreajuda.

A sua luta já deveria ter feito história no Ocidente, não fosse o choque entre o genocídio de Gaza e a administração Trump, que ofusca a mobilização de dezenas de milhares de pessoas que ocorre a apenas 3047 quilómetros de Lisboa. Entrevisto para o MAPA Adriana Zaharijević, filósofa, e Tijana Matijevic, académica de estudos literários e culturais, ambas investigadoras do Instituto de Filosofia e Teoria Social da Universidade de Belgrado.

Começo por perguntar: que repressão enfrentam os manifestantes na Sérvia?

Adriana Zaharijević - É um caso de violência económica sem precedentes sobre todo o sistema educativo de um país – uma vez que todas as universidades sérvias, cinco, foram tratadas de igual forma. Também tenho orgulho em dizer que a maior e mais antiga delas, a Universidade de Belgrado, onde eu e a Tijana trabalhamos, está no topo 1,9% das universidades mundiais [3]. Os professores, devo acrescentar, foram sempre castigados, uma vez que, a partir de meados de março, não lhes foram pagos os salários. O mesmo aconteceu com os professores do ensino secundário que protestaram. Os professores universitários receberam parte dos seus salários de fevereiro há apenas uma semana [4].

Não só os estudantes, mas também os alunos do ensino secundário, estiveram no bloqueio durante a maioria do ano letivo e só voltaram às salas de aula em maio, após quatro meses de protestos. Tudo estava incerto – e foi adiado: os exames do final do ensino secundário, bem como a inscrição na faculdade. O Ministério da Educação, atualmente designado Ministério da Vingança (jogo de palavras: *(pr) osveta*, uma vez que *prosveta* é educação e *osveta* é vingança), continua a fazer tudo o que pode para castigar as universidades e as escolas e, através delas, os professores e as crianças, os alunos e os estudantes.

O regime sérvio ofereceu, desde o início dos protestos, negociatas e benefícios aos estudantes e, ao mesmo tempo, difamou-os e amaldiçoou-os. Não houve repressão aberta e contínua, talvez porque o regime quisesse dar para o mundo exterior uma imagem de tolerância democrática face aos protestos. Mas internamente, a um ritmo diário, as conspirações e a caça às bruxas eram continuamente difundidas pelos meios de comunicação social controlados pelo governo, ou seja, pela maioria dos meios de comunicação social da Sérvia. Desde o início dos protestos, as narrativas mudaram e foram sendo ajustadas, embora nenhum desses ajustamentos tenha dado frutos: os estudantes foram retratados como mercenários estrangeiros, espiões dos países vizinhos, bolcheviques, nazis, fascistas, terroristas. São acusados, recorrentemente, de terem desencadeado a "revolução colorida", financiada pelo Ocidente misteriosamente codificado. Nos primeiros dois meses, os estudantes e os cidadãos que se juntaram a eles para as vigílias comemorativas diárias foram espancados ou atacados por condutores impacientes, alguns dos quais a mando do regime. Alguns dos que foram efetivamente presos foram recentemente amnistiados pelo Presidente e estão em liberdade como heróis.

Para além da violência económica mencionada, sem precedentes, tanto quanto sei, na Europa, onde todo o pessoal universitário ficou sem salários durante meses, as pessoas que trabalham em instituições estatais foram ameaçadas de despedimento, tendo as suas contas nas redes sociais sido monitorizadas. Muitos perderam os seus empregos. Os cinco ativistas de Novi Sad foram detidos como presos políticos. Cumprem atualmente a pena de prisão domiciliária. Alguns foram recentemente libertados e aguardam a defesa em liberdade.

No entanto, as formas mais flagrantes de repressão podem ser relacionadas com o dia 15 de março, uma das maiores concentrações da história de Belgrado, quando foi utilizada uma arma sónica. Este incidente já foi esquecido fora da Sérvia, bem como na Sérvia, devido à enorme quantidade de acontecimentos que se sucederam, mas quero salientá-lo como um ato de terrorismo do Estado contra os seus cidadãos, em que, por pura sorte (ou uma espécie de calma aprendida durante as intermináveis vigílias comemorativas – a arma foi acionada no meio do silêncio pelos mortos), as pessoas não se puseram em perigo. Vejam o vídeo[5].

A repressão foi particularmente persistente nos primeiros dez dias de julho. No final de junho, cerca de 140.000 pessoas concentraram-se em Belgrado. Depois disso, o regime começou a prender os estudantes, colocando-os em carros aleatórios e levando-os para direções desconhecidas. A resposta dos cidadãos foi a realização de manifestações pacíficas. A 29 de junho, 31 locais em Belgrado e 108 em toda a Sérvia foram bloqueados, o que se prolongou por vários dias. Após a sua dispersão, os bloqueios surgiram noutro local: as pessoas atravessavam incessantemente as passadeiras, cantavam nas ruas ou passavam da rua para a zona pedonal vezes sem conta. Tudo isto na presença da polícia, que ora "vigiava" os protestos, ora espancava ou dispersava[6]. A repressão muito aberta está no auge por estes dias. Ontem [13 de agosto], 29 cidades e vilas estavam em protesto. Pela

primeira vez, o exército manifestou a sua presença.

Tijana Matijevic - repressão em curso é bastante versátil, variando entre a violência física direta e uma ameaça quase palpável de violência que paira no ar. Isto produz um efeito duradouro de angústia e influencia o nosso comportamento, quer queiramos, quer não. Trata-se de um mecanismo de repressão bastante poderoso. Recentemente, passei algum tempo no estrangeiro e pude aperceber-me claramente das circunstâncias bastante brutais em que vivemos diariamente, que foram levantadas pelo simples facto de residirmos noutro local físico. No que

O regime sérvio ofereceu, desde o início dos protestos, negociatas e benefícios aos estudantes e, ao mesmo tempo, difamou-os e amaldiçoou-os.

respeita à violência física, não são só espancamentos pela polícia, na melhor das hipóteses, ou por bandidos ilegalmente fardados, esta começou a escalar para a quebra literal de ossos. Há violações incomparavelmente mais graves dos direitos humanos e das vidas humanas em todo o mundo – mais graves, naturalmente, em Gaza –, pelo que a situação sérvia parece quase serena. Trata-se, no entanto, de uma forma de fascismo. Acredito firmemente que temos de começar finalmente a designar o fenómeno da violência política pelo seu verdadeiro nome, e que este inclui a violência contra a natureza, o património cultural das nossas cidades, a vida urbana e a cultura, até a ameaça à nossa própria vida. É claro que a lógика económica permeia toda esta dinâmica. Os protestos e a reação repressiva do regime marcam o culminar de um processo prolongado de desregulamentação e destruição na Sérvia. A situação agravou-se.

Poderão ser mais bem protegidos se houver atenção internacional?

AZ - A resposta é, naturalmente, sim. Nenhuma das quatro reivindicações iniciais dos estudantes foi satisfeita e a exigência de eleições, agora abrangente, também é ignorada. Os estudantes correram e pedalaram até Estrasburgo e Bruxelas, mas parece que o máximo que conseguiram fazer com estes fortes gestos simbólicos foi despertar a diáspora sérvia que os saudou ao longo do caminho e que desde o início apoiou os protestos, por exemplo, em Lisboa[7].

protesti.pics

Apesar das muitas e variadas tentativas organizadas para chamar a atenção de vários sectores da União Europeia, parece que falhámos. As reações são brandas ou inexistentes. Um grupo de peritos das Nações Unidas em matéria de direitos humanos apelou ao Governo sérvio para que pusesse termo a todas as formas de retaliação e intimidação contra os manifestantes, e isso foi o mais longe que chegámos[8].

TM - Sem dúvida. Por vezes, sentimo-nos muito sós na nossa luta, apesar de esta se basear em princípios universais de liberdade, igualdade e paz. Várias iniciativas, especialmente as organizadas nas universidades da Sérvia, conseguiram chamar a atenção para a nossa causa. As redes académicas são inestimáveis a este respeito; de facto, também esta entrevista é o resultado desse apoio colegial e amigável de Portugal à Sérvia.

Creio que parte da dificuldade em garantir um apoio mais amplo reside na natureza autónoma e quase não alinhada das nossas reivindicações. Estamos a defender direitos humanos e políticos básicos, mas a nossa causa não está ligada a nenhum bloco político ou interesse maior. E, infelizmente, é muitas vezes difícil ganhar apoio quando os outros não conseguem ver os seus próprios interesses refletidos numa determinada luta.

Nenhuma das quatro reivindicações iniciais dos estudantes foi satisfeita

O que é que os manifestantes conseguiram até agora e o que é que estão a tentar alcançar?

AZ - O que estamos a tentar alcançar agora é a realização de eleições. Ainda não parece estar ao virar da esquina e é aí que o apoio externo a este regime deveria culminar. A principal conquista é, sem dúvida, um forte sentido de agência. Após 13 anos no poder, o regime está a desmoronar-se lentamente. Infelizmente, não estamos nem perto do seu último suspiro e é difícil imaginar como é que isso vai acabar por acontecer. É quase inacreditável que, durante estes meses, ninguém tenha recorrido à contraviolência. No início, os estudantes afirmavam que lutavam contra o sistema, não contra o regime em si. Entretanto, isso mudou à medida que se tornou claro que, sem a mudança de regime, o sistema permaneceria incólume. Mas a ideia da mudança de sistema só agora se torna verdadeiramente significativa: o "sistema" – o sistema de valores e como as instituições funcionam – foi revelado e foi preciso muito tempo, muita energia e reuniões pacíficas em todas as cidades e mesmo em muitas aldeias para expor o estado da repressão de décadas e a oposição que se lhe seguiu.

TM - O movimento estudantil que lidera os protestos na Sérvia demonstrou o verdadeiro poder das instituições democráticas, que não está reservado apenas ao aparelho de Estado e à autoridade institucionalizada. Mostraram – de forma bastante graciosa, diria eu – o poder da rua como instituição, o poder da reunião e, em última análise, o potencial de novas (e velhas) formas de vida comunitária e de sociabilidade.

Qual é o papel do lítio nesta luta?

AZ - Trata-se de recuperar o relevo que a agricultura teve no território português até meio do século passado e pensar, a partir deste objetivo, numa nova ruralidade que atue sobre a gestão dos combustíveis e do fogo, mas também, de forma consequente,

protesti.pics

Após 13 anos no poder, o regime está a desmoronar-se lentamente. Infelizmente, não estamos nem perto do seu último suspiro e é difícil imaginar como é que isso vai acabar por acontecer.

sobre a possibilidade de viver e trabalhar no interior

Possivelmente, um papel muito importante. Por muito que a UE, e sobretudo a Alemanha, se interesse pelo lítio, a questão torna-se cada vez mais forte na Sérvia e não é negociável. A hipocrisia da Comissão Europeia e dos principais atores que têm apoiado o regime, apesar do facto de o Parlamento Europeu ter, por vezes, expressado que os estudantes lutam pelos valores europeus, fez com que muitos verdadeiros europeístas na Sérvia se opusessem a estes acordos nada sinceros.

TM - Esta resposta está relacionada com uma das perguntas anteriores sobre o olhar do mundo. O lítio é a questão da desigualdade, pois revela que as transições ecológica e digital são futuros projetados apenas para os privilegiados. Os cidadãos da Sérvia não parecem dispostos a sacrificar o seu próprio bem-estar – ou o bem-estar da natureza – por essa causa. Quem é que não percebe isso? Em Portugal, vocês também têm a vossa própria resistência local à corrida ao lítio. A transição verde tem de ser justa, isso é muito claro.

Que alianças internacionais podem ser forjadas?

AZ - Algumas. Entre os académicos, com certeza, porque nestes atuais tempos precários para o mundo académico, o caso sérvio pode ser um sinal do que poderá ser o futuro. Uma academia livre, pela qual todos lutamos, pode ser séria e facilmente comprometida pela violência económica. No entanto, para além do mundo académico, parece-me que qualquer pessoa descontente com o rumo que o mundo está a tomar, e a Europa tem a sua quota-parte nisso, pode encontrar inspiração em nove longos meses de luta persistente contra a usurpação do Estado – e das mentes e almas do seu povo – por um grupo de indivíduos mal-intencionados e poderosos. Embora a Sérvia tenha um contexto e uma história particulares, esta situação acaba por soar familiar a muitas pessoas em todo o mundo.

TM - E se as organizações de ativistas ecologistas e os progressistas de todo o mundo se juntassem, então – com plena consciência do carácter potencialmente utópico da ideia – poderia ser forjada uma espécie de nova internacional de esquerda. Afinal de contas, as utopias não denotam apenas o impossível, mas também o que ainda está para vir.

NOTAS

1 Adriana Zaharijević "Dissoluções autoritárias da humanidade", Blogue In the Midst, 27-05-2025, https://ctjournal.org/2025/05/27/authoritarian-dissolutions-of-humanity/.

2 Vladimir Simović "O movimento estudantil da Sérvia ainda está forte", Fundação Rosa Luxemburgo,

3 https://cwur.org/2025.php

4 Primeira semana de agosto de 2025.

5 Kornjača vrać "O canhão de som quebrou 15 minutos de silêncio", 15-03-2025, https://www.youtube.com/watch?v=Ddu0rl4fYdE

6 Ver https://www.facebook.com/reel/1944685753034616 e

7 https://www.facebook.com/ana.mirkovic.79274/videos/1036038478642037/

8 Ver https://www.danas.rs/svet/skup-dijaspore-u-portugalu-podrska-studentima-i-gradjanima-srbije-uz-vas-smo/

9 Ver https://balkaninsight.com/2025/08/04/un-experts-press-serbia-to-end-crackdown-on-protesters/

Antimilitarismo em Israel

J.H.

No passado dia 15 de Julho, em Telavive, um grupo de jovens, rapazes e raparigas, entre as quais Yona Roseman, de 19 anos, queimou numa manifestação pública as ordens de recrutamento militar que tinham recebido. Uma tal recusa, declarada em público, é em Israel particularmente destemida: para os infractores, isso significa serem presos e ostracizados pela sociedade israelita, inclusive por amigos e família, tornando-os alvos de agressões e párias no seu próprio país.[1]

Declaração de Yona Roseman

Daqui por duas semanas, serei presa por recusar alistar-me no exército israelita. Eis a minha declaração de recusa:

O Estado de Israel está a cometer um genocídio. A cada dia que passa, a lista de idosos esmagados sob os escombros, de homens e mulheres baleados quando esperavam por comida, de prisioneiros a apodrecer em campos de tortura e de crianças a morrer de fome, ou a perecer de frio e calor extremos, estende-se até ao infinito. Não há palavras para descrever a escala das atrocidades cometidas em Gaza.

Com o passar dos meses, à medida que os corpos de civis assassinados continuavam a acumular-se em fotos e vídeos, e a tarefa de lembrar os seus nomes se tornava cada vez mais impossível, vi-me a perder todas as palavras para expressar o meu horror com o que estava a acontecer ao meu redor.

Nenhuma acção, protesto ou artigo alivia a dor causada pelo genocídio em Gaza. Nenhuma corda que eu possa lançar é suficientemente extensa para sair do abismo de sofrimento experimentado pelos moradores de Gaza que, por enquanto, ainda estão vivos. Sem abrigos, sem saber quando poderão voltar a comer, ou quando, a qualquer momento, podem ser sequestrados sem o conhecimento das suas famílias, ou morrer atingidos por tiros ou bombardeamentos.

O exército do Estado onde eu nasci (chamado IDF, Forças de Defesa de Israel), através de todos os seus militares, do soldado raso ao general, é o principal perpetrador destas atrocidades. Cada soldado, do piloto ao soldado de infantaria, do técnico ao instrutor, do polícia e do propagandista ao burocrata, é responsável por este crime. É difícil suportar esta conclusão, acusação absoluta contra familiares, amigos de infância, colegas e a maioria das pessoas que passam por mim na rua; mas a decisão que dela decorre é muito simples.

Reconhecendo esta realidade mórbida, cheguei à conclusão de que a única escolha certa que tenho diante de mim é recusar. Não basta «retirarmo-nos da equação» – como cidadãos de um país que está a cometer um genocídio, não temos essa capacidade, por mais que a desejemos. Como soldados, servidores públicos, contribuintes e cidadãos cumpridores da lei, todos somos participantes, voluntários ou forçados, da desolação que ocorre a poucas horas de distância das nossas casas. Devemos agir activamente para desmantelar, de todas as formas possíveis, a máquina de extermínio.

Não devemos cooperar com os seus sistemas, reforçando assim a sua execução em cada momento. Em 77 anos de ocupação, expulsão e regime militar, e em particular nos últimos dois anos, as IDF tornaram-se, não só um exército de que é indigno fazer parte, mas também um inimigo ao qual devemos resistir.

O principal projecto do Estado de Israel é limpar esta terra dos seus habitantes palestinianos. Todos os órgãos do Estado, desde o dia da sua fundação, foram instrumentalizados para esse objectivo. Logo após a expulsão de 750.000 palestinianos, na Nakba de 1948, o Estado trabalhou para desapropriar da sua terra os moradores expulsos e os remanescentes, com leis e ordens administrativas que são aplicadas até hoje para minimizar a presença de palestinianos na sua terra natal.

As forças de segurança do Estado, pela sua natureza, vêem em cada palestiniano uma ameaça: nos postos de controlo, nas suas cidades e aldeias, nas estações de comboios e nas escolas. Nos serviços de assistência social, saúde e educação há uma discriminação sistémica que visa estabelecer, em todas as facetas da vida, a supremacia dos judeus sobre os palestinianos. Este projecto de desapropriação é realizado em todas as áreas sob soberania do Estado, dentro da Linha Verde, em Jerusalém Oriental, na Cisjordânia, em Gaza e contra os refugiados deslocados do seu país.

Um Estado com estas bases é ilegítimo. Os seus fundamentos constitucionais são ocos, o seu sistema legal não tem validade e ele não tem autoridade para o aplicar. Não tem o direito de ditar o que é crime e quem é terrorista, ao mesmo tempo que comete o crime de todos os crimes.

A resistência ao assassinato e ao apartheid é inevitavelmente proibida. Se quisermos lutar contra eles, não podemos deixar de infringir a lei. Devido à minha recusa, provavelmente serei enviada para uma prisão militar durante meses. A prisão política é apenas um pequeno preço a pagar por resistir ao terrível crime do nosso tempo. Especialmente perante prisioneiros palestinianos que também continuam presos porque, aos olhos do Estado, ameaçavam o sistema opressor.

Os prisioneiros palestinianos são mantidos em campos de tortura superlotados, famintos e doentes, sofrendo ataques diários e violência sexual. Metade destes presos tem o devido processo legal negado, e a outra metade enfrenta um sistema judicial fraudulento. Dezenas de pessoas já foram assassinadas nas prisões israelitas desde o início da guerra, e o número total é desconhecido. Os 10.000 prisioneiros ditos de «segurança» são todos presos políticos, e o Estado não tem autoridade para os prender. A designação de «segurança», assim como a de «terrorismo», foi formulada para incriminar toda a população que se encontra sob ocupação e qualquer pessoa que ameace o carácter do regime, o que permite o uso de instrumentos draconianos contra elas.

O reconhecimento real da dimensão da destruição que o nosso Estado semeia, do sofrimento total que inculca aos seus súbditos, exige acções apropriadas. Quem quer que compreenda a escala das atrocidades e se considere uma pessoa moral, não pode continuar a viver como sempre, apesar do custo que isso tenha, social ou legal.

O Estado de Israel está a cometer um genocídio. A sua autoridade moral é anulada por cada criança que enterra; após dezenas de milhares enterradas, essa autoridade desaparece como se nunca tivesse existido. As suas instituições não devem receber nem um centavo, o que devem é ser manchadas com os rios de sangue que derramam. Todos os seus actos merecem condenação, nenhum dos seus agentes merece respeito, nenhuma ordem sua merece obediência e todas as suas leis merecem ser violadas. O Estado de Israel está a cometer um genocídio, e devemos resistir.

NOTA

1 O movimento antimilitarista iniciado por estes jovens, apesar de ainda não ser amplo, é extremamente importante e apela a toda a solidariedade possível, designadamente cartas de apoio que podemos escrever-lhes através da MESARVOT, rede de objectores de consciência de Israel. Outro contacto: War Resisters' International (Israel). Ver em www.youtube.com/watch?v=jz3s2EA4iSI (30-7-2025) o clarificador debate de Yoan Roseman com a jovem Sasha Yaropolskaya, antimilitarista russa exilada em França e activista do movimento Révolution Permanent.

Luís Mendão, fundador do GAT (Grupo de Ativistas em Tratamento)

Num fim de tarde de verão encontrámos Luís Mendão, activista lutador contra o proibicionismo das drogas há mais de quarenta anos e um dos mais antigos sobrevivente do VIH/SIDA em Portugal, o que o levou a juntar-se também à luta pelos direitos dos doentes com SIDA e por uma saúde comunitária centrada nos corpos mais marginalizados e discriminados.

Jornal MAPA - Começamos pelo início, antes do GAT. Onde começa a tua militância e interesse pela saúde comunitária?

Luís Mendão - Eu tenho quase 70 anos. Antes do 25 de Abril, no meu liceu em Setúbal, era antifascista. Fui... mais ou menos fugazmente, um trotskista, numa coisa que se chamava Liga Comunista Internacionalista. No 25 de Abril estava no 6º ano antigo. Participei muito ativamente no Processo Revolucionário Em Curso. Em 1975/76, já estava numa coisa que se chamava Serviço Cívico, porque não tinha entrada para a Universidade por causa dos números clausos. Os dois primeiros anos a seguir ao 25 de Abril foram coisas inacreditáveis. Eu tinha 16 anos, 17, 18, depois fiquei um pouco desapontado com a política em Portugal, e não me revia muito na esquerda organizada que existia.

JM - Nem na desorganizada?

LM - Na desorganizada, um pouco mais, mas... Sobretudo, eu acho que havia uma moral muito conservadora na esquerda. E, na extrema-esquerda quase que ainda mais. Isso também me atraiu um pouco nos trotskistas, havia ali uma coisa que à primeira vista era um bocadinho mais libertária... Claro que tinha muita atração pelos anarquistas mas os anarquistas que conheci eram todos muito velhos, eu tinha 17 anos!

Chega o 25 de novembro, fim do período revolucionário, sinto que não sei o que é que estou a fazer aqui e fui estudar para Paris. Em Paris estudei, trabalhei, experimentei drogas, era muito experimentalista na altura. Naquele período a heroína ainda não estava nos bairros da periferia mas sim numa certa intelectualidade e também em alguns setores de moda, aliás, chamava-se *heroin chic* até ao princípio dos anos 80. Fiz essa experiência. Eu era bissexual naquela altura, que era uma coisa muito complicada de viver. Quando acabei a licenciatura em bioquímica, eu não queria continuar a viver em França. Vivi em Itália em 1981/82 porque me tinha apaixonado por uma menina. Lá conheci um movimento que era o Partido Radical [1], e foi uma revelação para mim porque tinha todas as coisas dos direitos civis e individuais. Eram não violentos numa altura em que a violência da extrema-direita era muito pesada na Itália mas a da chamada extrema-esquerda também, foi quando mataram o Aldo Moro.

JM - Estavam ligados também às lutas ecologistas?

LM - Também, e ao direito à objeção de consciência, mas o partido foi feito para o divórcio porque havia uma concordata, como havia aqui, que impedia que qualquer casal se divorciasse, e portanto era o partido dos fora da lei do matrimónio. E tinham uma posição antiproibicionista

sobre as drogas, e esse momento levou-me a ver o mundo de um outro ponto de vista completamente diferente. De facto, as substâncias psicotrópicas mais aditivas ou menos aditivas para muitas pessoas constituem um problema, mas o facto de elas serem proibídas aumenta o problema em vez de o diminuir. As substâncias psicoativas fazem parte da história da humanidade desde que há textos e a ideia que íamos ter uma humanidade livre de drogas criou uma desgraça em termos do VIH e depois soube-se da Hepatite C. Encheram-se as prisões, criaram-se mercados paralelos e clandestinos, e em torno de tudo isto corrompia-se a magistratura, as forças da lei, etc. «Eu sou antiproibicionista!» - isso foi uma descoberta para mim. Eu tinha decidido que não tocava mais na heroína porque tive mesmo dificuldade, meti-me num barco de pescadores onde não havia droga (porque em Sesimbra havia os barcos que tinham droga e os barcos que não tinham droga) durante três semanas e só me senti mais ou menos vivo ao décimo sexto dia. Quando eu volto para Portugal em 1985/86, o país estava confrontado com uma epidemia de 100 mil pessoas a desgraçarem-se e a serem desgraçadas, e eu achava que trazer essa perspectiva era uma coisa que fazia falta. Parecia-me que não havia quase ninguém em Portugal que abordasse as questões das políticas de drogas do mesmo modo que eu as via serem abordadas no Partido Radical, e em movimentos semelhantes em Itália. Fundei uma associação que era a Associação Radical e depois fundei a Associação Radical Antiproibicionista, que era mesmo para juntar os antiproibicionistas. Em 1992 nós decidimos com esse grupo criar um movimento feito de pessoas acima de qualquer suspeita que priorizassem a questão da proibição das drogas, que era de facto o assunto mais pesado que havia em Portugal naqueles anos. E então qual foi o perfil? Deputados, figuras históricas ligadas ao Partido Socialista ou à direita, eu até fiz campanha para eleger o primeiro deputado que o CDS teve pelo Distrito de Setúbal!

JM - E mais à esquerda, juntaram alguém?

LM - O Partido Comunista era muitíssimo conservador naquela altura. Em Setúbal não havia nenhuma esquerda fora do PC e do PS. O PS era liderado por um homem que já morreu, que saiu da política por causa da ponte que caiu e passou imediatamente para a Mota Engil. Um grande oportunista do meu ponto de vista, o Jorge Coelho. Nesse momento, em 1992, eu disse «OK, o meu tempo livre de energia é para criar um movimento de pressão com gente que não possa ser considerada um drogado como eu, mas "gente de bem" que pense à esquerda, à direita, ao centro, na economia, na justiça, no direito, em qualquer das áreas, que digam: este modelo que temos para responder ao problema das drogas, que é a proibição da produção, do comércio, do consumo, de tudo, é uma desgraça!» Na verdade, talvez o nosso maior aliado tenha sido o Jorge Sampaio. No lado da direita também, o Paulo Mendo, um gajo que foi ministro da saúde do Cavaco, mesmo no fim do cavaquismo. E conseguimos seduzir duas ou três pessoas do PCP, o problema é que depois saíram do PCP!

JM - A associação [2] foi legalizada em que ano?

LM - A gente começou a trabalhar em 1992, a associação foi legalizada em 1994. Em 1995, o número de antiproibicionistas ou reformistas que começou a aparecer era muito considerável, mas o assunto ainda não estava no domínio público, digamos assim, não era uma coisa que o cidadão estivesse a discutir. E portanto, começa o período que dá origem à política de saúde e à reforma portuguesa mais conhecida no mundo, que culminou na descriminalização de todas as drogas.

JM - A descriminalização chega em que ano?

LM - O processo começa em 1995. O Jorge Sampaio, eleito Presidente da República, convoca uma espécie de Estados-Gerais da Droga. E tínhamos uma série de aliados. O Almeida Santos, era também completamente antiproibicionista. Como vês, tinhamos de tudo. Os nossos maiores aliados à esquerda foram o Miguel Portas, mais à esquerda, e o meu amigo Francisco Louçã, também. Nós tínhamos uma estratégia

bastante bem montada, do meu ponto de vista. Tinhamos um homem que era juiz do Constitucional, outro que tinha sido diretor da Polícia Judiciária, os economistas mais relevantes, a gente de Direito e a gente da área da saúde. O Eurico Figueiredo, que era o putativo candidato a ministro da saúde para o PS. Era um gajo muito engraçado, psiquiatra, que tinha feito o curso na Suíça, no início dos anos 70, como exilado. Também o Paulo Mendo, que foi Ministro da Saúde – aliás, não pôde aparecer na apresentação pública da Associação porque o Cavaco Silva o nomeou como Ministro e nós dissemos-lhe «olha é melhor não vires, a gente percebe e esperemos que se consiga fazer alguma coisa.»

JM - Vocês procuravam também acesso a medicação e tratamentos?
LM - Nós exigíamos também o acesso aos tratamentos, porque aqui os psiquiatras só queriam abstinência, qual a metadona, qual a carapuça, nada disso! A regra era que as pessoas iam fazer aquelas desintoxicações rápidas nas clínicas de um aldrabão, o Manuel Pinto Coelho, que depois era o médico do Santana Lopes, onde pagavam mil contos e na melhor das hipóteses dizia-se que não recaíam depois de terem pago o tratamento.

Naquele período a heroína ainda não estava nos bairros da periferia mas sim numa certa intelectualidade e também em alguns setores de moda, aliás, chamava-se *heroin chic*

JM - Que opções haviam na altura para quem procurava desintoxicar-se?
LM - Para desintoxicações tínhamos o *Patriarche*[3], que era uma coisa que metia as pessoas não sei onde, nos campos; tínhamos essas escolas de meter as pessoas em centros de cooperação; e depois tínhamos estas clínicas de desintoxicação. Porque tu desintoxicas-te fisicamente da heroína em 7 ou 8 dias, mas o problema é depois! Então, o que é que eu tinha? O pilar da redução de danos, que era uma coisa que na escola do Porto estava mais avançada. A gente trabalhou muito com gente da escola do Porto.

JM - A escola do Porto?
LM - A Universidade de Psicologia do Porto tinha um grupo de redução de danos, de teóricos da redução de danos, que aqui em Lisboa era muito pouco relevante. Na verdade, uma das associações que depois se tornou bastante conhecida, a APDES (Agência Piaget para o Desenvolvimento), nasce dentro desse grupo, e nascem quase todos no Porto. Sem falsas modéstias, eu acho que o GAT contribuiu muito para que Lisboa acabasse por ultrapassar, nos últimos anos, as experiências do Porto, que a partir de uma determinada altura estagnaram num determinado modelo.

JM - Mas voltando à redução de danos...
LM - Nem toda a gente pode entrar em abstinência. E do nosso lado, nós éramos a favor da descriminalização, mas também éramos a favor da despenalização e também éramos a favor da legalização.

Luís em visita ao GAt InMouraria. O Gat InMouraria abriu formalmente as portas a 1 de abril de 2013, é um centro de base comunitária cujo objetivo principal é a redução de riscos e minimização de danos associados ao uso de drogas.

Na altura eu era muito radical e dizia «não, o grande problema é as pessoas não terem acesso à heroína e à cocaína produzidas legalmente e estarem nas mãos dos traficantes. Este é que é o grande problema em Portugal». Então nós fizemos um congresso de onde saiu o nosso apoio às quatro propostas que havia na Assembleia da República. A do Partido Comunista, que era de despenalização, porque a gente dizia «um dos problemas é que agora tiram a criminalização, isto é, a pessoa não vai presa porque usa drogas, mas depois dás-lhe uma multa de 500 euros ou 1000 euros». Apoiámos o projeto do Miguel Portas e do Bloco, que era o da legalização da canábis. E apoiámos uma proposta que foi escrita pelo Paulo Mendo, que era apoiada pela Juventude Social Democrata, que se centrava na prescrição medicalizada de heroína para pessoas em fim de vida, que tinham tido aquelas vidas complicadíssimas e não sei o quê, essa era uma que eu gostava muito, porque achava que fazia sentido. Foram todas apresentadas na mesma altura. Foram todas chumbadas, exceto a do Partido Socialista.

JM - É nesses anos que te confrontas também com o diagnóstico da SIDA?
LM - Pois, no final de 1996 eu não me aguentava em pé e pensei «bom, não sei como é que eu vou viver agora aos 30 e tal anos e parece que me sinto com 90, quando entro no carro tenho que puxar a perna com o braço. Será que já vivi demais? Usei demasiadas drogas? Demasiado sexo? Demasiado álcool? E agora? Vou-me embora.» A minha vida começou a andar para trás e em 1996 sou diagnosticado com Sida. Depois, soube que também tinha Hepatite C, que foi a herança das minhas andanças lá em Paris e em Londres. E então pensei, agora não quero saber de política, quero despedir-me das pessoas, organizar os papéis, ainda fazer duas ou três coisas que eu gostava de fazer, e depois entregar o que gostei da minha vida. Eu sempre tinha pensado que gostava de ver o ano dois mil. Mudar de milénio... Ah, pronto, esquece. Digo assim: eu nem à Expo chego, quanto mais ao novo milénio. E assim foi durante os primeiros meses.

JM - Ainda cá estás...
LM - Aconteceu uma revolução biomédica, os tratamentos efetivos e capazes para o VIH chegaram em 1996 e eu sou do primeiríssimo grupo que é tratado com três medicamentos em simultâneo. Também deixou as suas marcas. A gordura desaparecia dos sítios, dos braços, das pernas, das nalgas, da cara, etc. Concentrava-se aqui [aponta para o abdómen], ou nos braços, ou mamas, ou também, que era menos frequente, na nuca [onde se formava uma geba]. Chama-se lipodistrofia. Até há uma coisa que eu me lembro, das bolas de bichat: são duas bolinhas de gordura que os seres humanos têm aqui na face e que se dizia que é o último núcleo de gordura que desaparece nas pessoas que estão a morrer à fome. Então, chegou para aí a dezembro de 1997 e disse assim, pronto, se morresse agora pelo menos a coisa já está minimamente organizada para quem ficar. Agora, uma primavera que ainda pudesse ir ver uns amigos e fazer duas ou três coisas não era mal, porque eu não me sentia pior. E então, passou-se a primavera de 1997.

JM - Mas tinhas acesso aos tratamentos, nessa altura? Como é que era?
LM - Porque eu fui para o Egas Moniz, que foi o primeiro hospital em Portugal que teve acesso ao tratamento mais avançado e dizia-se até que tinha sido a Abraço que tinha convencido a Maria de Belém a assinar. Dizia-se, não sei se é verdade ou não, que tinha assinado o despacho para se comprarem os medicamentos no avião, quando vinha da Conferência Mundial. É verdade que houve muitos países na Europa onde os medicamentos chegaram muito depois. E eu acho que foi pelo trabalho que fez o Pedro Silvério Marques e a Maria José Campos, com quem depois a gente se zangou muito mais tarde, por outras razões. Mas eu lembro-me de ter dito, ninguém me vai falar nem em ensaios clínicos, nem em drogas maravilha, nem não sei o quê! Eu sei que não há solução para as pessoas que chegam ao estado de doença que eu tenho, e portanto, eu sou adulto, eu gostei muito da minha vida, acho que vivi com muito mais liberdade do que a maioria das pessoas, mesmo da minha geração.

JM - Foste diagnosticado já tarde?
LM - Sim, a morrer... Quando comecei a sentir-me muito doente, e mais doente, e coisas esquisitas, nunca me passou pela cabeça que fosse infecção pelo VIH.

JM - Mas já conhecias pessoas infetadas?
LM - Claro! Mas eu pensava «isto é muito difícil de transmitir, os meus comportamentos inseguros foram poucos». Depois, quando a gente começa a pensar, assim, em pormenores – Ah! Pois! Essa vez, aquela também... Mas, enfim, a minha convicção era que não tinha uma vida de grande risco para isso. E também, saber que tinhas VIH não era uma prioridade porque não havia tratamento e portanto, olha, quando adoecer, adoece e anda para a frente. Então faço essa viagem na primavera, vou despedir-me de pessoas a Itália, aos Estados Unidos, à França, amigos que tinha. Depois no verão veio uma série de gente visitar-me, eu tinha escrito para toda a gente, reparem, eu não vou viver para lá de 1997. No estado em que eu estava ninguém vivia mais de um ano, porque era Sida C3, já bastante avançada. E é quando chega esse tratamento, vou ao médico e digo «doutor, está mal, eu planeei a minha vida para viver um ano, o inverno tinha mesmo que ser, a primavera era já muito bom, o verão era ouro sobre azul e o verão acabou. E eu não estou preparado para viver mais e estou aqui ainda, diga-me lá o que é que vai acontecer». A resposta do médico foi «Não sabemos, Luís. Vocês são os primeiros doentes que estão a fazer este tipo de tratamento».

Aconteceu uma revolução biomédica, os tratamentos efetivos e capazes para o VIH chegaram em 1996

JM - E qual era o tratamento?
LM - Juntava três classes de medicamentos. Não era cura, nem é, nem há, mas era extremamente eficaz, muito tóxico. E ele (o médico) continuou «olhe, prepare-se para fechar este capítulo e dizer agora o futuro a deus pertence e ninguém lhe pode dizer se vai durar um ano, se vai durar cinco...». Então nessa altura, eu estava falido, tinha pago as dívidas, essas coisas todas mas estava falido, não tinha trabalho, tinha-me reformado, tinha cerca de duzentos euros de reforma para os cafés. E foi aí que fui à Abraço, eu tinha-os conhecido porque a Abraço se tinha associado, através da Maria José Campos e do Pedro Silveira Marques, à Associação Antiproibicionista. E disses-lhe, «pá, preciso que vocês me arranjem qualquer coisa para eu fazer». E então a Abraço ofereceu-me coordenar um projeto europeu. Eu sentia que estava vivo e que tinha voltado a ter um futuro incerto porque alguém tinha trabalhado para que a gente tivesse tido acesso aos medicamentos. E eles estavam sempre a dizer «Luís, mas tu tiveste uma formação

em ciências, pá, a gente tem uma grande dificuldade em entender ensaios clínicos, estatística a sério, a gente precisa de uma mão». E foi aí que a gente formou dentro da Abraço o grupo que depois dá origem ao GAT, em 2001.

JM - O GAT é fundado à imagem de outros grupos a nível internacional?

LM - O GAT é feito à imagem do TAG (*Treatment Action Group*)[4], nos Estados Unidos, que era a organização que nós gostávamos mais, com boas cabeças. Depois havia os mais políticos de ação nas ruas, que era o ACT UP (*AIDS Coalition to Unleash Power*), mas eram como duas faces da mesma moeda. O TAG trabalhava, sabia, estudava, propunha, etc., e os outros faziam o ruído, mas um ruído que foi muito importante! Nós éramos muito inspirados por eles. Mas, de início, éramos só de advocacia, não tínhamos nenhum serviço – orçamento zero, é o que quero dizer. Em 2004 há uma cisão na Abraço e o grupo onde eu trabalhava sai da Abraço porque achávamos que a Margarida Martins, para além de outras coisas, tinha decidido fazer uma coisa muito social, era mais aparência que trabalho. Então finalmente, dentro do GAT, a gente diz «não, ninguém quer puxar a carroça de fazer uma nova organização, a gente vai abrir aqui a porta do GAT para fazermos coisas que habitualmente não fazíamos», e uma delas foi começar a produzir o jornal "Ação e Tratamento", que começa com aquela equipa. E aí houve muito investimento do nosso lado. A grande epidemia portuguesa era em injetores de drogas. Chegou a ser quase 70% do total. Tínhamos boas conexões internacionais. Muitos de nós tinhamos já todo um percurso.

Em 2005 começámos a ter um pequeno orçamento, duas pessoas a trabalhar o tempo inteiro. Havia, no entanto, uma grande divisão dentro do GAT porque nós estávamos sempre a propor coisas que as autoridades portuguesas deviam fazer e ninguém fazia. Depois houve um momento crítico na Assembleia Geral em que eu fui um dos que propus «a gente vai fazer uma coisa, vamos, durante um ano, arranjar dinheiro e abrir um serviço com aquilo que a gente acha que é o que devem ser boas práticas. E depois quando eles já estiverem com os pezinhos a andar nós saímos». E isso leva aos primeiros serviços do GAT – talvez o mais emblemático, já em 2010, era o Checkpoint.

> Nós exigíamos também o acesso aos tratamentos, porque aqui os psiquiatras só queriam abstinência, qual a metadona, qual a carapuça, nada disso!

JM - O Checkpoint fazia o quê?

LM - Fizemos uma colaboração com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical para estudar duas populações que nos pareciam que estavam a ficar demasiado escondidas. Nós tínhamos percebido que os gays - que durante os anos 90 tinham parado praticamente a transmissão do VIH entre eles - começavam a ver outra vez os números da epidemiologia a subir. A outra coisa era a epidemia subsaariana. Havia muitas mulheres que faziam trabalho sexual da África subsaariana e muita gente que usava drogas, homens e mulheres, numa determinada fase em que ainda eram atraentes para os potenciais clientes. E depois, também, sobretudo as mulheres trans (naquela altura ainda quase não se falava dos homens trans): 99% faziam trabalho sexual, era gente que tinha estado no meio gay e tinham uma taxa de infecção de VIH absurda. O número absoluto de mulheres trans não era muito alto, nem ainda é muito alto, mas eram muito atingidas por isso. Então a gente queria estudar a população envolvida no trabalho sexual, homens, mulheres e trans, e a população dos homens que têm sexo com homens. Mesmo em pessoas que não eram gays identitários, mas casos a que se chama «comportamento adaptativo» - por exemplo na prisão, forçado, não forçado, comprado, vendido, etc. Os colégios já eram outra história, mas mesmo nas forças armadas, na marinha e tal, alguns homossexuais eram atraídos pela corporação masculina, outros eram mais adaptativos.

Foram dois grandes estudos em paralelo que duraram quatro anos, financiados pelo Henrique Barros, que na altura era coordenador do VIH-SIDA e um dos tipos mais inteligentes que nós encontrámos, e que acabou por dar condições para que o GAT tivesse crescido. Era dos tais que diziam «vocês são os que percebem mais disto, vocês deviam abrir serviços, abrir projetos e fazer coisas porque eu, como cientista e especialista em saúde pública e em epidemiologia, como a maioria das *prima donas,* homens e mulheres, das organizações do VIH em Portugal, fico desesperado ao fim de um quarto de hora, aquilo é só manter o sorriso». E aí começa o Checkpoint.

É o mais conhecido porque é o primeiro serviço a abrir, e de facto a situação já estava a escalar tremendamente. Eu acho que o GAT tem sido diferente de algumas outras organizações que ficaram pelo mundo dos homens que têm sexo com homens, e nós, por um lado, pela minha experiência com as drogas, por outro, por uma determinada formação e capacidade de olhar para os números, abrimo-nos a outras populações.

Por exemplo, nós temos uma epidemia na população ligada à África subsaariana e à África lusófona, incluindo de homens brancos que vão trabalhar para África e voltam infectados. Isso era a tal coisa que estava mascarada – por exemplo, quando se diz que os heterossexuais são mais atingidos que os homossexuais, o tanas! As pessoas subsaarianas, sejam heterossexuais ou não, são muito mais atingidas.

Voltando ao Checkpoint, nós fomos muito atacados, mesmo por gente muito bem pensante por termos feito um centro especializado na saúde sexual dos homens que têm sexo com homens, era o que faltava! Agora aparecerem ligados outra vez a doenças de desgraça! Logo a seguir abrimos o IN Mouraria que era especializado em pessoas sem abrigo e pessoas que usam drogas, e a seguir abrimos o Intendente para as pessoas trans e para as pessoas que faziam trabalho sexual. Na margem sul, que era um sítio completamente desprotegido, de onde eu vinha, utilizámos uma estratégia de unidades móveis com equipas formadas para não serem discriminatórias nem em relação aos utilizadores de drogas, nem a pessoas trans, nem aos gays, e ainda menos a pessoa afro-descendentes, porque o número de pessoas migrantes oriundas da África é enorme. Começámos assim a construir um modelo de funcionamento, por um lado com paixão, e envolvendo pessoas que vêm da comunidade, dando oportunidade a pessoas que não eram profissionais de saúde a serem treinadas para fazerem trabalho de saúde. Um era marinheiro, o outro era professor de francês, eu era bioquímico, tínhamos alguém que era culturista e que tinha um ginásio, o Pedro Silvério Marques era economista. As mulheres idem - neste momento eu acho que há mais mulheres a trabalhar no GAT que homens. Metemo-nos menos com artistas, os artistas cá em Portugal são uma coisa difícil. Em todo o mundo os artistas serviram de bandeiras para a causa da Sida, cá em Portugal ninguém! Lá apareceu o Reininho a dizer que tinha hepatite C, foi o melhor pá! O [Mário] Viegas morreu quando eu fui diagnosticado, e ele escolheu, mas eu percebi

A PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) é um medicamento antirretroviral que pessoas sem o HIV tomam para prevenir o vírus antes de uma exposição de risco. O acesso à PrEP implica consulta médica, análises e seguimento clínico regular, serviços que o GAT Checkpoint LX e o GAT Intendente já disponibilizam.

[...] a maioria dos heterossexuais novos agora têm muita sorte, como não há VIH em circulação nos grupos e nas redes sexuais deles, podem foder à vontade [...]

naquela altura, dizer que era homossexual mas nunca disse que tinha a infecção, e o Variações também não foi que assumisse.

JM - Ainda hoje é algo difícil de assumir, a infecção do VIH?
LM - Sim, por exemplo, tendo em conta o número alto de mulheres afro-descendentes infectadas, o GAT só há um ano e meio conseguiu ter a primeira mulher afro-descendente a dizer: eu tenho VIH. E eu lembro-me basicamente que havia o Amílcar, da Positivo, e o pai do Luís Osório, José Manuel Osório, que tinha sido do fado e dos espetáculos, que eram os dois seropositivos de serviço. Nós fizemos um trabalho que foi validado em vários centros: um gajo que só tem sexo com homens, e um gajo que só tem sexo com mulheres, mesmo quando usam a mesma quantidade de vezes o preservativo, o gay tem 40 vezes mais probabilidades de se infetar. Porque a coisa era a da promiscuidade, a maioria dos heterossexuais novos agora têm muita sorte, como não há VIH em circulação nos grupos e nas redes sexuais deles, podem foder à vontade, porque não havendo um infetado não se transmite a ninguém. No entanto a prevalência dentro da comunidade afro-descendente, dentro da comunidade gay, dentro da comunidade das pessoas que usam drogas, era de tal maneira alta, que para o mesmo risco a probabilidade era muito maior. Esta probabilidade não era reconhecida porque a coisa de alguns dos líderes LGBT aqui em Portugal era que a SIDA chega a quem tem comportamentos de risco e vícios e injeta drogas... Eu costumava dizer-lhes «Eh pá, eu cresci nos anos 60 e 70 e vocês agora parece que querem um dia ser casados e que venha o Benedito abençoar o casamento!»

JM - Na experiência do GAT sente-se essa separação entre uma comunidade gay que procurou a legitimação e a respeitabilidade de forma conservadora, e outra que vive na marginalidade?
LM - Sim, verdade seja dita. O *chemsex* não é de pessoas que usam drogas, é uma coisa mais fina, é uma coisa para se divertirem, os outros são uns agarrados! Acho que nós também contribuimos para esbater algumas divisões entre estes grupos e fomos construindo uma prática, e uma teoria, e uma intervenção, que é verdadeiramente de promoção dos direitos humanos e das pessoas com as suas diferentes realidades e que isto não há aqui fronteiras completas. O IN Mouraria era dirigido a pessoas sem abrigo e a pessoas que usam drogas, e depois tinha a categoria da população geral. E em determinado momento começámos a ver que as infecções por VIH já estavam a decair muito na população que consumia drogas, mas a população que tinha mais VIH no IN Mouraria era a população geral. Eram gays pobres e população africana, porque a base da população afro-descendente pobre é muito diferente, há pessoas extremamente religiosas e sentem-se excluídas se a gente lhes impuser uma determinada linguagem.

JM - Mas ainda se encontra essa resistência?
LM - Sim, mas o trabalho do GAT e dos seus aliados tem começado a diminuir essa perceção. Quando eu digo «olhem lá, em 100 mulheres heterossexuais, 95% são brancas e afro-descendentes são 5%. As mulheres afro-escendentes têm 90% da carga de diagnósticos de VIH, digam-me lá se eu não tenho de dar prioridade a aumentar a capacidade de prevenção, o diagnóstico mais precoce, adesão ao tratamento e a capacitação destas mulheres para tomarem a sua vida nas mãos».

NOTAS

1 O Partido Radical foi fundado em 1955 por membros da ala esquerda do **Partido Liberal Italiano.** Teve os seus melhores resultados na década de 1970, muito graças às suas campanhas de apoio ao **divórcio** e **aborto**, aos movimentos **feministas**, **ecologistas** e **homossexuais.** Dissolveu-se em 1988. Fonte: Wikipedia.

2 A associação SOMA — Associação Portuguesa Antiproibicionista foi fundada em 1994 com o objetivo de defender a legalização e descriminalização das drogas em Portugal, propondo uma abordagem alternativa às políticas proibicionistas tradicionais.

3 *Le Patriarche* foi uma associação francesa de reabilitação para toxicodependentes num ambiente de vida comunitária.

4 O Treatment Action Group (TAG), fundado em 1991, é uma organização sediada nos EUA que se destaca no movimento de ativismo em relação ao VIH/Sida.

GAT
GRUPO DE ATIVISTAS EM TRATAMENTOS
MEMBRO DA COALITION PLUS

O GAT – Grupo de Ativistas em Tratamentos é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundada em 2001, dedicada a promover a saúde comunitária, os direitos e a participação de pessoas afetadas por VIH, infeções sexualmente transmissíveis (IST), hepatites virais e tuberculose. Oferece serviços gratuitos e confidenciais em espaços seguros e entre pares (ou seja, onde as pessoas são atendidas por técnicos que pertencem à mesma comunidade e têm ou tiveram as mesmas vivências) de: rastreios de VIH e outras Infeções Sexualmente Transmissíveis (IST); Consultas médicas de IST, hepatites virais e tuberculose; disponibilização de materiais de redução de riscos nas práticas sexuais, como preservativos e lubrificante; troca e distribuição de materiais de redução de danos no consumo de drogas injetáveis e fumáveis; consulta de PrEP descentralizada (no GAT Almada), encaminhamento para o Serviço Nacional de Saúde; acompanhamento por pares, ajudando a entrar ou a «navegar» pelos serviços de saúde e sociais do Estado, incluindo apoio à integração de migrantes; postos certificados do Plano Nacional de Vacinação (GAT Intendente e GAT Checkpoint LX); e apoio social a muitas pessoas de populações-chave.

SERVIÇOS DE RASTREIO, SAÚDE SEXUAL E REDUÇÃO DE DANOS:

GAT AFRIK
Serviço à população migrante de origem africana e a quem se encontre em situação irregular e vulnerável, com dificuldades no acesso à saúde. Contacto: +351 915 290 990 / 75

GAT ALMADA
Centro comunitário para prevenção, tratamento e rastreio rápido, anónimo, confidencial e gratuito do VIH e outras IST, consulta PrEP, apoio psicossocial, entre outros. Contacto: +351 910 250 553

GAT CHECKPOINT LX
Centro comunitário, dirigido a homens que têm sexo com homens (HSH), para prevenção, rastreio e tratamento de IST, aconselhamento e referenciação para o SNS. Contacto: +351 910 693 158

GAT IN MOURARIA
Centro comunitário de respostas integradas dirigido a pessoas que usam drogas (PUD). Redução de riscos e danos, rastreio de IST e apoio social entre pares. Contacto: +351 211 953 273.

GAT INTENDENTE
Serviço de rastreio confidencial e gratuito de VIH e outras IST dirigido a trabalhadores/as do sexo (TS), pessoas trans, migrantes e pessoas em situação de sem abrigo. Contacto: +351 919 613 092

GAT MOVE-SE
Unidades móveis de saúde comunitária, para o rastreio rápido, anónimo, confidencial e gratuito do VIH e outras IST, aconselhamento sexual e referenciação ao SNS, na Península de Setúbal. Unidade Móvel 1: +351 910 382 786 - Unidade Móvel 2: +351 910 656 468

GAT SETÚBAL
Centro comunitário para prevenção, tratamento e rastreio rápido, anónimo e gratuito do VIH e outras IST, apoio psicossocial, entre outros. Contacto: +351 910 990 777

Os cigarros de Mário Castelhano

BORBOLETA AZUL
IMAGENS: ARQUIVO HISTÓRICO-SOCIAL

«Foi quando iamos enrolar os cigarros, um 1.º sarg. de Infantaria n.º1, armado em forte e mau (...) diz: ninguém fuma!... Pobre diabo, como se fôsse ele que mandasse na nossa vontade, ou o tabaco fôsse dele! (...) Mário Castelhano que não fumava, saca de um maço de cigarros três 20 20 20, e diz: rapazeada!... Agora toda a gente fuma, mas é dos feitos que eu ofereço, dezendo isto, pôs o maço a correr e toda a nossa gente acedeu o cigarro!... O nosso 1.º sarg., cujo nome ignoramos e, não nos interessa, pois gente parva há tanta por esse mundo fora!... Mas como o homem ferido na sua dignidade de 1.º sarg. e, na presença dos seus soldados, nos ameaçasse, todos começámos a cantar a Internacional Trabalhadora!»[1]

Quem escreve estas palavras é o sindicalista António Gato Pinto, em 1934, na Casa de Reclusão da Trafaria. A sua neta, Antónia Gato Pinto, encontrou os escritos após a sua morte. Através deles, ficamos a conhecer alguns dos acontecimentos vividos pelos presos na sequência da greve revolucionária de 18 de janeiro do mesmo ano, entre os quais a marca de cigarros que Mário Castelhano não fumava.

É impossível saber hoje a que sabiam os três vintes: 20 cigarros, 20 gramas, 20 tostões, tabaco do mais barato e do mais forte. O que sabemos é que eram da marca Tabaqueira, fundada por Alfredo da Silva em 1927, ano em que Mário é preso e deportado para Angola, por ser secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e redator-principal do jornal A Batalha.

Além da Tabaqueira, Alfredo ficou para a história por ser o fundador da Companhia União Fabril (CUF), no Barreiro. Desde o início da Primeira República que se recusou a conversar com «comissões de trabalho e outras fantasias de ocasião»[2]. Tinha apoiado o Governo de João Franco que terminou com o regicídio cometido por membros da Carbonária. Quando a Monarquia caiu, tem em curso a construção de um bairro operário, com as ruas simbolicamente nomeadas com os produtos do parque industrial, como a Rua do Ácido Sulfúrico e a Rua dos Superfosfatos[3]. Uns anos mais tarde, Alfredo apoia Sidónio Pais, que será assassinado por José Júlio da Costa, em retaliação pelas punições aos trabalhadores rurais de Vale de Santiago aquando da greve de 1918. Em maio de 1919, Alfredo despede os promotores da associação de classe da CUF, e uns meses depois é vítima de dois atentados com bombas de dinamite e tiros[4], que falharam, por membros em solidariedade com os grevistas não readmitidos na CUF. Em 1921, circula pelas ruas de Lisboa a "camioneta fantasma" na "noite sangrenta" de 19 de outubro, libertando José Júlio da Costa e assassinando os traidores dos ideais republicanos. Por razões de segurança, Alfredo exila-se em Espanha e gere a CUF à distância, vindo a Portugal para visitas pontuais. Numa destas visitas, despede o descarregador da CUF Bernardino de Carvalho porque o viu a ler A Batalha [5]. Alfredo apoia a Ditadura Militar após o golpe de 28 de maio de 1926 e, em 1927, com a promessa de "estabilidade", volta definitivamente a Portugal para um dos negócios mais rentáveis, o do tabaco, que vinha das colónias africanas. A Tabaqueira prosperou por meio de um duopólio que vigorou durante o Estado Novo de Salazar e de Marcello Caetano. Alfredo foi procurador à Câmara Corporativa sob Salazar, e bateu-se ferozmente contra as oito horas de trabalho.

> É impossível saber hoje a que sabiam os três vintes: 20 cigarros, 20 gramas, 20 tostões, tabaco do mais barato e do mais forte.

A fábrica da Tabaqueira onde se faziam os três vintes ficava no Poço do Bispo, meia hora a pé de Xabregas, onde a Companhia Nacional de Tabacos, rival de Alfredo, estava localizada. Os cigarros feitos eram enrolados por cigarreiras. A força operária era maioritariamente feminina, e recebia salários inferiores aos dos homens. Muitas mulheres cuidavam de filhos pequenos e viviam em vilas, becos e casebres em redor da fábrica. Na ausência de creches, as operárias tinham de pagar a amas para cuidarem das crianças. Algumas eram também lavadeiras, criadas ou costureiras para completar o orçamento familiar. Ouviam diariamente ofensas obscenas dos dirigentes das fábricas, incluindo as menores, "ao alcance de qualquer capataz". Laboravam em condições insalubres, sem iluminação adequada, e a tuberculose prosperava. A mortalidade infantil era um flagelo e a classe médica alertava para os perigos da degenerescência da raça[6].

As operárias participam ativamente em associações mutualistas, como as associações de socorros mútuos. A Associação de Classe dos Manipuladores de Tabaco cria A Voz do Operário, jornal onde escreve Angelina Vidal, ativista pelos direitos das mulheres, sempre apoiada pelas operárias do tabaco. A Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário instala diversas escolas para as crianças das classes populares, e providencia assistência médica e farmacêutica. Lucinda Duarte, com quem Mário se casa antes de ser deportado para Angola, será uma das professoras.

Diz-nos Manuel Rijo, seu companheiro e biógrafo[7], que a casa de Mário era uma verdadeira escola anarquista, propagada não nas ideias, mas nos atos. Durante as prisões, as irmãs de Mário e esposa procuravam providenciar-lhe todo o apoio possível, como bens alimentares, medicamentos, papel e tabaco. Nas palavras de um dos presos: «o fumar mais de que um vício, era, nas nossas condições, uma tentativa de evasão breve, um narcótico passageiro, que nos ajudava a vencer as situações depressivas» [8]. Porque não fumava Mário, então?

Comecemos por especular que Mário não era dado à depressão. Em 1932, publica o seu primeiro livro, *Os Organismos de Transportes na Revolução Social*, pelas Edições do Pensamento Acrata[9]. Mário escreve repleto de otimismo. A revolução social era uma certeza, e a queda da sociedade burguesa inevitável. O sistema continha em si próprio o gérmen que o haveria de destruir; só os trabalhadores podiam construir a sociedade futura. O Sindicalismo Revolucionário e a organização operária seriam a liga indestrutível de solidariedade que permitiriam a emancipação do proletariado, mas tinha de ser o trabalhador a realizar a obra. Doutra forma, entregaria o esforço a organismos políticos que só determinam ordens, para serem cumpridas sem qualquer oposição, que fariam dele um perpétuo autómato condenado a obedecer a quem está em cima. As armas do proletariado eram a organização e a greve geral insurrecional expropriadora. «O que agora parece uma dificuldade insuperável para muitos, aparecerá amanhã relativamente desobstruída, no estabelecimento da forma sindicalista encontrada.»

Mas desde a Ditadura Militar que a organização sindical estava fortemente debilitada. A CGT experimentava conflitos internos, e a repressão policial sobre os sindicalistas, com prisões e espancamentos sem qualquer motivo, era frequente. A Batalha era censurada e apreendida, enfrentava enormes dificuldades financeiras e processos judiciais. Anarquistas e sindicalistas foram presos às centenas e deportados, levando a organização ao limite, obrigando-a a romper com a solidariedade aos presos sociais. O movimento operário dividiu-se entre anarco-sindicalistas e comunistas, e havia um desalento coletivo[10]. Mário era profundamente conhecedor da situação. Os sindicatos lutavam para manter a adesão dos trabalhadores às greves. Foi expulso do seu próprio sindicato por ser revolucionário, mas a Federação Ferroviária nomeia-o delegado da CGT no momento mais crítico da organização. É proposto pelo Conselho para o Comité Confederal

A força operária era maioritariamente feminina, e recebia salários inferiores aos dos homens. Muitas mulheres cuidavam de filhos pequenos e viviam em vilas, becos e casebres em redor da fábrica [da Tabaqueira]

e para diretor do jornal A Batalha. Aceita o cargo, e poucos meses após tomar posse, a CGT foi ilegalizada, a sede do jornal A Batalha assaltada, e Mário foi deportado dois anos para Angola. Em setembro de 1930 foi transferido para os Açores, e em 1931 para a Madeira, conseguindo fugir para Lisboa como clandestino, na banca do carvão de um navio. No regresso, além de escrever o livro mencionado, escreve as suas memórias, que serão publicadas postumamente pelo seu filho, em 1975, sob o nome *Quatro Anos de Deportação*[11].

Sabia Mário o que o esperava? Como poderia saber? Da terceira vez que esteve preso, a 5 de fevereiro de 1927, foi libertado da prisão pelos revolucionários dois dias depois. Em 1931, enquanto deportado, participa na revolta da Madeira que lhe permite a fuga, e uns meses depois, a 26 de agosto, vivencia o seu eco no continente. Ambas falham, mas ao invés de se deixar tomar pelo desânimo, pensa apenas, ainda não foi desta, será doutra. Como revolucionário, Mário existe no futuro, e a luta pelo futuro é a vida. A sua geração é a do sacrifício. Sente solidariedade com gente que ainda não nasceu, com pessoas que não conhece. Nas suas memórias, relata um caso que o chocou: em Cabo Verde, um transportador negro, «mais farrapo humano do que gente», cobiça avidamente uma côdea de pão. Dão-lhe o pão e ele come-o sem dizer palavra. Mário fica condoído não só com a miséria, mas também com a ignorância da injustiça.

A greve de 18 de janeiro de 1934 vale-lhe nova prisão. Recebe alimentação de casa, mas divide a comida com os companheiros. Após a prisão em Angra do Heroísmo, é levado para o campo de concentração do Tarrafal, sempre envolvido na organização dos presos. No campo, um dos principais problemas era o acesso ao tabaco, confiscado pelo diretor. Fazem todos os esforços para o conseguir, incluindo a invenção de máquinas para corte das folhas. Alguns presos deixam de fumar, para escaparem à escravidão do tabaco[12].

Entretanto, os negócios de Alfredo prosperaram. Entre 1936 e 1938 detém a maior frota nacional de navios. Ajuda Franco na Guerra Civil de Espanha a pedido de Salazar, trazendo as tropas franquistas de Marrocos, transportando gasolina e dezenas de milhares de armas de portos europeus para o exército nacionalista. Faz da Rádio Clube Português uma emissora de propaganda pró-franquista, e envia doações anónimas a Franco. Participa na organização dos Viriatos, voluntários armados patrocinados pelo Estado Novo que se juntam aos franquistas.

Alfredo fica conhecido como "o maior amigo dos trabalhadores" pela sua obra de assistência social. Um dos gestos de humanidade que lhe foi reconhecido foi permitir a uma mulher operária comer o seu pão para trabalhar[13].

Mário morre de febre intestinal no Tarrafal a 12 de outubro de 1940, desgostoso por não saber os pormenores da Guerra Civil Espanhola. A sua perda é inestimável entre os revolucionários, e não é esquecida. A revolução chega a 25 de abril de 1974. Em 30 de junho de 1980, foi condecorado com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade. Em 1989, foi atribuída uma subvenção vitalícia aos cidadãos que participaram na revolta de 18 de janeiro de 1934[14]. Os crimes cometidos no Tarrafal nunca foram punidos. As famílias experimentam trauma intergeracional[15].

A 26 de maio de 2025, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou, a título póstumo, Alfredo, entregando as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique aos seus descendentes.

Anarquistas e sindicalistas foram presos às centenas e deportados, levando a organização ao limite, obrigando-a a romper com a solidariedade aos presos sociais.

NOTAS

1 Gato Pinto, António. Apontamentos para o futuro. http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09612.017#!32

2 Pereira, Joana Dias (2011). O Sindicalismo Revolucionário e a crise do liberalismo: os casos de estudo português e brasileiro. Historiæ 2.3: 197-228. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2619/1430

3 Sardica, José Miguel (2020). Alfredo da Silva e a CUF – Liderança, Empreendedorismo e Compromisso. Princípia Editora, Cascais. Disponível em: https://alfredodasilva150anos.pt/wp-content/uploads/2020/08/AlfredodaSilvaeaCUF_72dpi.pdf

4 Dias, Manuel Augusto (2019). Três tentativas para assassinar o industrial Alfredo da Silva. Jornal a Voz de Ermesinde.

5 Arranja, Álvaro (2019). No centenário da CGT e de "A Batalha". Esquerda.Net. Disponível em: https://www.esquerda.net/artigo/no-centenario-da-cgt-e-de-batalha/63439

6 Baptista, Virgínia e Paulo Marques Alves. (2019). As mulheres de Xabregas: trabalho, quotidiano e ativismo (do fim do século XIX aos anos 40 do século XX). Em Cabreira, Pamela (Org.): História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal. 501-516. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/26534920/ASSOCIA_ES_DE_CLASSE_E_OPERARIADO.pdf

7 Manuel Henriques Rijo (2020). Mário Castelhano. Esboço biográfico. Disponível em: https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/10/biografia-de-mario-castelhano-por-manuel-henriques-rijo.pdf

8 Russell, Miguel Wager (1976). Recordações dos tempos Difíceis. Lisboa: Editorial Avante. Citado em Gato Pinto, Antónia (2019). Tarrafal: resistir como promessa. O poder de transformar uma experiência de opressão numa história de grandeza. Tese de doutoramento em sociologia. Disponível em: https://run.unl.pt/handle/10362/66893?mode=full

9 Disponível em: http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09778.009#!1

10 Guimarães, Paulo. Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938). Disponível em: https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/01/cgt_anos30_pguimaraes.pdf

11 Castelhano, Mário (1975). Quatro anos de deportação. Seara Nova.

12 Vários autores (1978). Tarrafal - testemunhos. Disponível em: https://cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/Nreg%20EB00042_Tarrafal_testemunhos.pdf

13 «Alguns dos melhores retratos são-nos dados em discurso direto por operários ou funcionários da CUF, com um raro sabor humano ou com a precisão do pormenor. João Sampaio, um antigo torneiro, deixou o registo de um gesto de humanidade: "um dia estava lá [numa das fábricas do Barreiro] uma mulherzita com as mãos todas porcas a comer a sua buchita e há o alarme: 'Vem aí o patrão!' O patrão era uma entidade. A mulherzita tinha o pão na mão e deitou o pão para junto do carvão. Mas o Alfredo da Silva viu. Foi direito a ela e perguntou-lhe: 'O que é que estava a fazer?' Tanto apertou com ela... 'Estava a comer um bocadinho de pão.' 'E o que é que fez ao pão quando me viu?' 'Ai Senhor, deitei-o fora!' 'Então, faz favor de o ir apanhar e vá comê-lo. Porque você precisa de comer o pão... porque, se não comer, não pode trabalhar.'"» Excerto de Sardica, 2020 (anteriormente citado).

14 Morais, Joana Rebelo (2022). Comissão do Livro Negro: a procura da verdade na democratização portuguesa. Iberoamericana Vol. 22. Núm. 79. Disponível em: https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/2934/2380

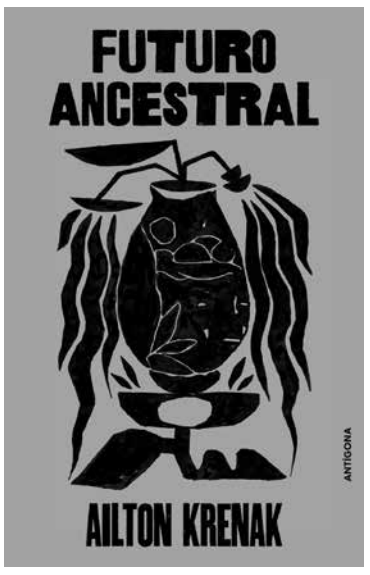
15 Valverde, Marianela (2025). Os impactos da ditadura nas famílias dos opositores políticos. Edições Colibri.

Para nós, «o povo da mercadoria»

Em dois ensaios publicados pela Antígona – "Ideias para adiar o fim do mundo" (2019) e "Futuro ancestral" (2022) –, o ameríndio Ailton Krenak vai direito ao coração. Propõe algumas grelhas de leitura difíceis de assimilar para quem vive no «nosso» mundo – ocidental, moderno, materialista, hipnotizado pelo mantra do crescimento económico exponencial. Difíceis, mas essenciais.

GUILHERME SERÔDIO
LOVEANDRAGE@PROTONMAIL.COM

A primeira grelha de leitura é direta: «porquê insistir tanto e durante tanto tempo em participar nesse clube, que tanto limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade? Será que não estamos sempre a atualizar aquela nossa velha disposição para a servidão voluntária?». Lembra os relatos jesuítas do séc. XVII sobre os encontros entre os primeiros colonos europeus e os indígenas da América do Norte, que os confrontavam com a sua flagrante falta de liberdade e com o absurdo de obedecer a um «rei» longínquo que os explorava, obrigava, violentava. Para Krenak, grande parte da resposta a esta pergunta está na condição moderna do ocidental como consumidor – a que ele chama «o povo da mercadoria», que «se define pelas coisas». Utilizamos «um monte de máquinas como se fossem próteses do nosso corpo» e, constantemente aliciados e «adulados» pelo marketing indutivo, somos condicionados a preferir um mundo de falsos êxtases e promessas, em detrimento de uma vivência crítica, consciente e, portanto, mais difícil. Nesta grelha de leitura, «talvez o fim do mundo seja a interrupção de um estado de prazer extasiante que não queremos perder», uma queda que temos muito medo de experimentar. A segunda grelha, mais difícil de digerir, procura responder à provocação da primeira. Convida-nos, enquanto ocidentais, a olhar e a viver a Natureza por um prisma indígena – sugerindo que é o entendimento da nossa comunhão com Ela que nos permitirá entender a modernidade como uma enorme e constante violência. Para Krenak, a preservação do Mundo Natural é condição essencial de riqueza. Ao destruir territórios e deslocar povos indígenas da floresta, onde há água, alimento e autonomia, para a periferia de uma cidade «desenvolvida», onde não há fruta nas árvores e onde nunca mais se poderá pescar um peixe no rio podre, assistimos à produção de pobreza, e não de riqueza. Ao evocar um espaço-mundo de confluências, onde deixamos de tentar calar os «encantados» com a magia da Natureza com acusações racionalistas de primitivismo, Krenak convida-nos a «sair dessa mesmice da antropomorfia», a erguermo-nos do colapso afetivo e coletivo em que parecemos ter caído no que toca às preciosidades da vida. Reclama o direito e a necessidade de «sentir a vida nos outros seres, numa árvore, numa montanha, num peixe, num pássaro, e se implicar», a «reflorestar o nosso imaginário» e a deixar de silenciar essas «outras presenças» com uma «narrativa de um mundo onde só o humano age». Exulta-nos, aos modernos, com uma simplicidade desarmante, a contrariar a «humilhante condição» a que nos remetemos de ter de consumir a Terra. Evoca também o imperativo da educação, não como a compreendemos na nossa modernidade produtivista, mas como experiência geracional de troca, real e presente. Nela, como em tudo, o futuro não existe, é apenas imaginado – e é necessário dar tempo para que cada ser, humano e não humano, tenha a liberdade e o tempo de se desenvolver na sua idiossincrasia. Critica a sala de aula, esse prédio onde fecham as crianças, esse espaço de alienação da Natureza onde é incutida a noção de uma vida sanitária, onde ter terra nas mãos é estar sujo – «foi quando que a Terra virou sujeira?». E relembra que as crianças indígenas não são educadas, mas orientadas, para uma vida em comum, de respeito pela sabedoria dos antigos, na essencial comunhão com a Natureza e na colaboração em vez da competição, onde alguém tem forçosamente de perder. Ficamos suspensos no poder das suas constatações e na sugestão de que será por meio delas que deixamos de ter «medo da queda», do fim deste mundo moderno em que nos movemos. E que, ao perder esse medo, nos conseguiremos entusiasmar, «inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos e prazerosos» – milhares de maneiras de adiar o fim do mundo.



Natureza ou Miséria

JÚLIO HENRIQUES

O 13º Festival de Cinema de Marvão e Valência de Alcântara (8 a 16 de Agosto) incluiu no seu sempre substancial programa uma longa-metragem espanhola de enorme actualidade também em Portugal, o documentário colectivo, escrito e realizado por Francisco J. Vaquero Robustillo, *Vidas irrenovables – Naturaleza o miseria* (2024). Totalmente independente, feito sem subsídios, este filme informa e forma sobre «o maior desastre ambiental da história de Espanha», como o identifica, sem papas na língua, Ernesto Romeo González, activista do Movimiento Ciudadano Teruel Existe, um dos protagonistas.

O que este filme documenta é a invasão de vastíssimos territórios rurais e naturais de toda a Espanha por uma quantidade clamorosa de parques eólicos e de painéis fotovoltaicos. A pretexto de «transição energética», imenso negócio com as costas suficientemente largas para poder ser apresentado como empreendimento legítimo e indispensável.

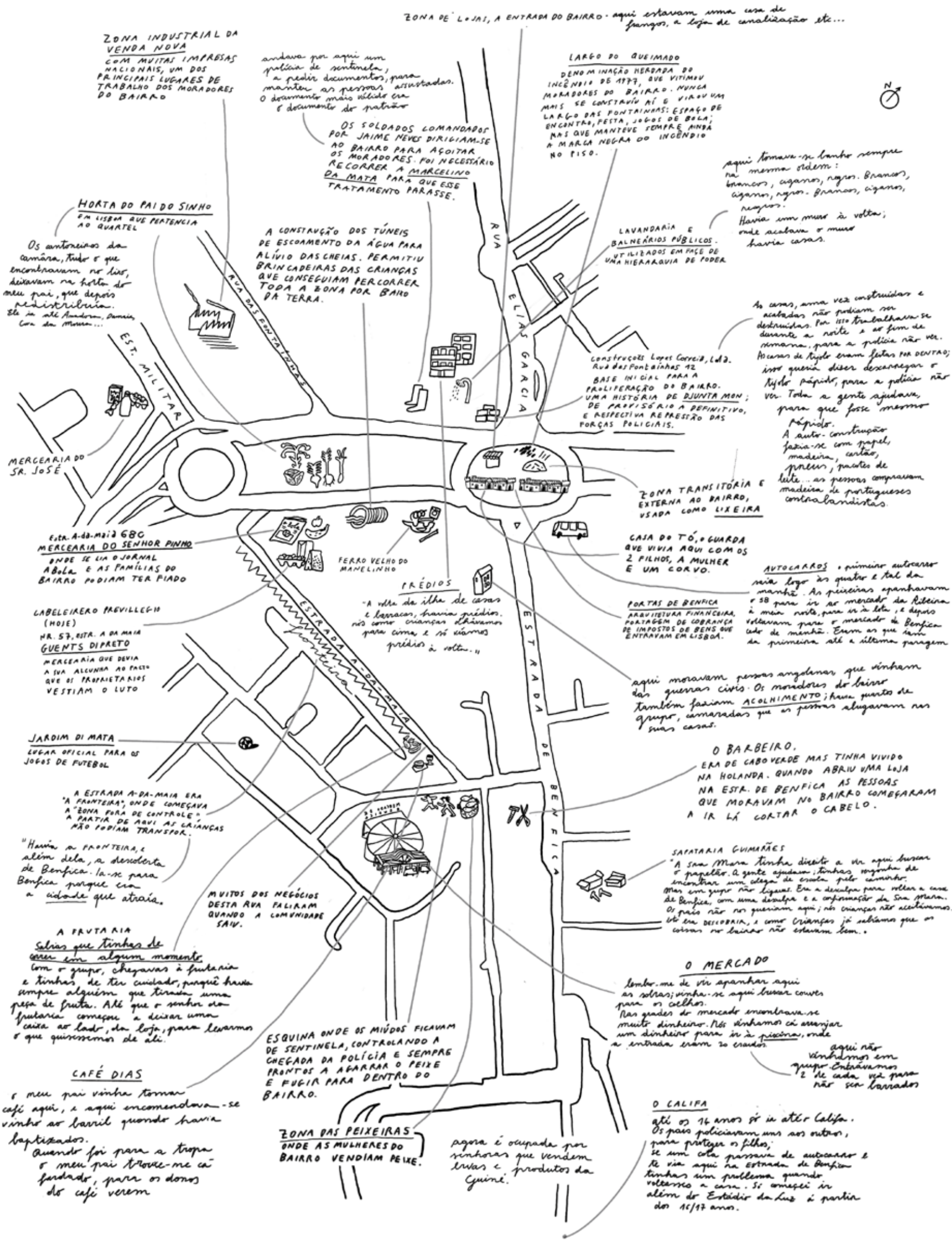
O filme, baseado em testemunhos e análises de um alargado conjunto de pessoas que intervêm em diversos aspectos das ocorrências – agricultores, pastores, criadores de gado, biólogos, geógrafos, advogados, agentes florestais, activistas associativos –, constitui no seu todo uma empenhada reflexão crítica sobre o processo político-económico conducente a um desastre ambiental de dimensões faraónicas.

Só dois exemplos: o megaparque fotovoltaico de Usagre (Badajoz), o maior da Europa (da Iberdrola, activíssima em Portugal), ocupa uma superfície agrícola com cerca de 1000 ha – tem 1.430.000 painéis – e está na origem do famoso apagão do passado dia 28 de Abril. No Geoparque de Maestrazgo (Teruel, Aragão), Património Imaterial da Humanidade da UNESCO, foi instalado, apesar deste importante «selo», um *cluster* que abarca 161 aerogeradores, 502 torres de alta tensão, 130 km de linhas eléctricas, 327 km de pistas, 70.000 ha de polígonos, e que levou ao corte de 2 milhões de árvores.

Como explica, falando de Espanha, Ernesto Romeo, cujas declarações são corroboradas pelos restantes protagonistas, a chamada transição energética é provavelmente o maior negócio financeiro em curso, nele se aplicando vultuosos fundos de investimentos, da Dinamarca, do Panamá ou da China, e aparecendo a Espanha, pela sua dimensão e posição geográfica, como um território ideal para fazer dinheiro utilizando o sector das renováveis. «Os políticos, com as suas políticas verdes, e não só eles, mas também os grupos ecologistas, estão a negar a evidência de este ser o maior sacrilégio ambiental da história deste país. Os grupos ecologistas estão a trabalhar para os objectivos desta transição energética, para este negócio da mudança climática. Não estão a trabalhar para uma transição ecológica em que se conserve a biodiversidade.» Todo este movimento de luta a que o filme dá voz não se opõe a necessárias alternativas energéticas, opõe-se a estas, de puro negócio e destruição, feitas à revelia das populações e implantadas à força onde não deveriam estar, em novos territórios a sacrificar.

Abarcam muita coisa, as questões de que o filme trata: exame crítico-científico destas pretensas «soluções energéticas», desprezo pelos interesses das pessoas afectadas localmente, que pode ir até à sua expropriação pura e simples, promessas falsas, estudos de impacto ambiental opacos e acelerados, desrespeito de leis regionais, nacionais e internacionais, invasora arrogância colonialista assente no poder político e económico transnacional. Por outro lado, o filme tem bem presente a obstinada e exemplar resistência de muita gente combativa que não desiste de defender as suas terras, as suas aldeias, as suas águas, os seus modos de vida.

Illustração de Emma Andreetti parapara Noz Storia (págs. 12 e 13)


ZONA INDUSTRIAL DA VENDA NOVA
COM MUITAS IMPRESAS NACIONAIS, UM DOS PRINCIPAIS LUGARES DE TRABALHO DOS MORADORES DO BAIRRO
ZONA DE LOJAS, A ENTRADA DO BAIRRO - aqui estavam uma casa de frangos, a loja de canalização etc...
andava por aqui um polícia de sentinela, a pedir documentos, para manter as pessoas assustadas. O documento mais válido era o documento do patrão
OS SOLDADOS COMANDADOS POR JAIME NEVES DIRIGIAM-SE AO BAIRRO PARA AÇOITAR OS MORADORES. FOI NECESSÁRIO RECORRER A MARCELINO DA MATA PARA QUE ESSE TRATAMENTO PARASSE.
LARGO DO QUEIMADO
DENOMINAÇÃO HERDADA DO INCÊNDIO DE 1977, QUE VITIMOU MORADORES DO BAIRRO. NUNCA MAIS SE CONSTRUÍU AÍ E VIROU UM LARGO DAS FONTAINHAS: ESPAÇO DE ENCONTRO, FESTA, JOGOS DE BOLA; MAS QUE MANTEVE SEMPRE AINDA A MARCA NEGRA DO INCÊNDIO NO PISO.
N
aqui tomava-se banho sempre na mesma ordem: brancos, ciganos, negros. Brancos, ciganos, negros. Brancos, ciganos, negros.
Havia um muro à volta; onde acabava o muro havia casas.
HORTA DO PAI DO SINHO
EM LISBOA QUE PERTENCIA AO QUARTEL
Os cantoneiros da câmara, tudo o que encontravam no lixo, deixavam na horta do meu pai, que depois redistribuía. Ele ia até Amadora, Damaia, Cova da Moura...
A CONSTRUÇÃO DOS TÚNEIS DE ESCOAMENTO DA ÁGUA PARA ALÍVIO DAS CHEIAS. PERMITIU BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS QUE CONSEGUIAM PERCORRER TODA A ZONA POR BAIXO DA TERRA.
RUA ELIAS GARCIA
LAVANDARIA E BALNEÁRIOS PÚBLICOS.
UTILIZADOS EM FACE DE UMA HIERARQUIA DE PODER
As casas, uma vez construídas e acabadas não podiam ser destruídas. Por isso trabalhava-se durante a noite e ao fim de semana, para a polícia não ver. As casas de tijolo eram feitas POR DENTRO; isso queria dizer descarregar o tijolo pápido, para a polícia não ver. Toda a gente ajudava, para que fosse mesmo pápido.
A auto-construção fazia-se com papel, madeira, cartão, pneus, pacotes de leite... as pessoas compravam madeira de portugueses contrabandistas.
EST. MILITAR
Construções Lopes Correia, Lda. Rua das Fontainhas 92
BASE INICIAL PARA A PROLIFERAÇÃO DO BAIRRO. UMA HISTÓRIA DE DJUNTA MON; DE PROVISÓRIO A DEFINITIVO, E RESPECTIVA REPRESSÃO DAS FORÇAS POLICIAIS.
MERCEARIA DO SR. JOSÉ
ZONA TRANSITÓRIA E EXTERNA AO BAIRRO, USADA COMO LIXEIRA
Estr. A-da-Maia 68C
MERCEARIA DO SENHOR PINHO
ONDE SE LIA O JORNAL A Bola E AS FAMÍLIAS DO BAIRRO PODIAM TER FIADO
CASA DO TÓ, O GUARDA QUE VIVIA AQUI COM OS 2 FILHOS, A MULHER E UM CORVO.
FERRO VELHO DO MANELINHO
PRÉDIOS
"A volta da ilha de casas e barracas, havia prédios. nós como crianças dizíamos para cima e só víamos prédios à volta."
AUTOCARROS o primeiro autocarro saía logo às quatro e tal da manhã. As peixeiras apanhavam o 58 para ir ao mercado da Ribeira à meia noite, para ir à lota, e depois voltavam para o mercado de Benfica cedo de manhã. Eram as que iam da primeira até à última paragem
PORTAS DE BENFICA
ARQUITETURA FINANCEIRA, PORTAGEM DE COBRANÇA DE IMPOSTOS DE BENS QUE ENTRAVAM EM LISBOA.
LABELEIREIRO PREVILLE II (HOJE)
NR. 57, ESTR. A DA MAIA
GUENTS DI PRETO
MERCEARIA QUE DEVIA A SUA ALCUNHA AO FACTO QUE OS PROPRIETÁRIOS VESTIAM O LUTO
aqui moravam pessoas angolanas que vinham das guerras civis. Os moradores do bairro também faziam ACOLHIMENTO; havia quartos de grupo, camaradas que as pessoas alugavam nas suas casas.
JARDIM DI MATA
LUGAR OFICIAL PARA OS JOGOS DE FUTEBOL
O BARBEIRO.
ERA DE CABO VERDE MAS TINHA VIVIDO NA HOLANDA. QUANDO ABRIU UMA LOJA NA ESTR. DE BENFICA AS PESSOAS QUE MORAVAM NO BAIRRO COMEÇARAM A IR LÁ CORTAR O CABELO.
A ESTRADA A-DA-MAIA ERA "A FRONTEIRA", ONDE COMEÇAVA A "ZONA FORA DE CONTROLO". A PARTIR DE AQUI AS CRIANÇAS NÃO PODIAM TRANSPOR.
"Havia a fronteira, e além dela, a descoberta de Benfica. Ia-se para Benfica porque era a cidade que atraía.
SAPATARIA GUIMARÃES
"A Sra Maria tinha direito a vir aqui buscar o papelão. A gente ajudava; tínhas vergonha de encontrar um colega de escola pelo caminho. Mas em grupo não ligas. Era a desculpa para voltar a casa de Benfica, com uma desculpa e a confirmação da Sra Maria. Os pais não nos queriam aqui; nós crianças não acreditávamos. Ir era descoberta, e como crianças já sabíamos que as coisas no bairro não estavam bem.
MUITOS DOS NEGÓCIOS DESTA RUA FALIRAM QUANDO A COMUNIDADE SAIU.
A FRUTARIA
Sabias que tinhas de correr em algum momento.
Com o grupo, chegavas à frutaria e tinhas de ter cuidado, porque havia sempre alguém que tirava uma peça de fruta. Até que o senhor da frutaria começou a deixar uma caixa ao lado, da loja, para levarmos o que quisessemos de ali.
O MERCADO
Lembro-me de vir apanhar aqui as sobras; vinha-se aqui buscar couves para os coelhos.
Nas grades do mercado encontrava-se muito dinheiro. Nós dinhamos cá arranjar um dinheiro para ir à piscina, onde a entrada eram 20 cruados.
aqui não vínhamos em grupo. Entrávamos 2 de cada vez para não ser barrados
ESQUINA ONDE OS MIÚDOS FICAVAM DE SENTINELA, CONTROLANDO A CHEGADA DA POLÍCIA E SEMPRE PRONTOS A AGARRAR O PEIXE E FUGIR PARA DENTRO DO BAIRRO.
CAFÉ DIAS
O meu pai vinha tomar café aqui, e aqui encomendava-se vinho ao barril quando havia baptizados.
Quando foi para a tropa o meu pai trouxe-me cá fardado, para os donos do café verem
ZONA DAS PEIXEIRAS
ONDE AS MULHERES DO BAIRRO VENDIAM PEIXE.
agora é ocupada por senhoras que vendem ervas e produtos da Guiné.
O CALIFA
até os 14 anos só ia até o Califa. Os pais policiavam uns aos outros, para proteger os filhos; se um cota passava de autocarro e te via aqui na estrada de Benfica tinhas um problema quando voltasses a casa. Só comecei ir além do Estádio da Luz à partir dos 16/17 anos.

DAS FONTAINHAS A BENFICA

Não nos Cancelaremos e Outros Sonhos de Justiça Transformativa, de adrienne maree brown

BIBLIOTEKA
@A_BIBLIOTEKA

Não nos Cancelaremos e Outros Sonhos de Justiça Transformativa» é a primeira tradução coletiva da Biblioteka em colaboração com as Vozes de Dentro. O livro de adrienne maree brown recolhe textos publicados no seu blogue no início de 2020 em plena pandemia da Covid-19. A tradução para português surge com o objetivo de divulgar estes conteúdos como ferramentas para que os nosso coletivos - já vulneráveis aos novos processos de fascização em curso – não impludam sozinhos, *call-out* atrás de *call-out*.

Esta tradução é fruto de um esforço coletivo de estudo, pesquisa e partilha sobre justiça reparativa e não punitiva, abolicionismo prisional e transfeminismo interseccional. Há dois anos que na Biblioteka, juntamente com as Vozes de Dentro, temos lido, debatido e traduzido os seguintes títulos: "*La trama alternativa. Sogni e pratiche di giustizia trasformativa*", da Giusi Palomba (2023): "*We will not cancel us and other dreams of transformative justice*", da adrienne maree brown (2020); "*I hope we choose love. A Trans Girl's Notes from the End of the World",* da Kai Cheng Thom (2019), e "Puta de prisão", da Isabel do Carmo e Fernanda Fráguas (1982). Num cruzamento de sentimentos, feridas e perguntas, a partir da raiva e do desejo de uma alternativa mais justa para todes, escolhemos estas leituras como um caminho de cura e transformação para nos permitir sonhar e resistir juntes.

Queremos divulgar estes conteúdos como ferramentas para que os nosso coletivos - já vulneráveis aos novos processos de fascização em curso – não impludam sozinhos, *call-out* atrás de *call-out*. Contraries a todo o tipo de punição e tortura praticadas pelo Estado e o sistema prisional, propomos através de esforços coletivos questionar quão enraizadas estão nas nossas sociedades as dinâmicas de opressão, vitimização e cancelamento precipitado, mesmo dentro dos nossos próprios círculos, supostamente desconstruídos. Como podemos dispensar a autoridade dentro e fora de nossos corpos, coletivos, comunidades, sociedades? Como praticamos uma justiça que efetivamente repare e transforme sem retro-alimentar a violência? Precisamos refletir sobre o que sabemos acerca da violência, de como é gerada e fomentada; sobre o quanto a temos simplificado e normalizado; e sobre como, demasiadas vezes, nem sabemos distingui-la de um conflito, de um erro ou de uma divergência. Acreditamos que só se estivermos todes e juntes podemos resistir à instrumentalização dos nossos discursos por quem só quer carregar bandeiras para reforçar a intolerância e as políticas xenófobas, racistas e classistas.

O livro da adrienne maree brown recolhe textos publicados por ela no seu blogue no início de 2020 em plena pandemia da Covid-19. Vale a pena explicitar que a *cancel culture* no contexto dos E.U.A. é diferente da realidade portuguesa: à partida, um *call--out* em Portugal terá um menor impacto mediático. Todavia, muitas das motivações e das dinâmicas evidenciadas no livro permanecem presentes, e muitos dos fenómenos descritos são-nos bem familiares. O *call-out* é uma ferramenta eficaz para denunciar violências graves e abusos de poderes - especialmente quando o dano é causado por alguém ou alguma entidade com muita influência, ou quando é necessário interromper uma violência de forma imediata. Mas que acontece quando quem causa o dano é uma pessoa companheira?

Este livro aborda precisamente essas situações em que o «cancelamento» não é o caminho e pode tornar-se lesivo. Assim, enquanto nos explica por que razão um cancelamento não implica necessariamente uma mudança, a adrienne maree brown propõe percursos mais construtivos - e mais eficazes a longo prazo - de reparação de danos, aí onde claramente uma alternativa reside e deve ser procurada.

Abaixo deixamos um excerto do texto "*Pensamentos impensáveis. Cultura de call-out na era da covid-19",* incluído no livro.

«Não temos uma clareza coletiva sobre as distinções entre conflito, dano ou abuso, mas *online* parecemos responder a tudo isto com a mesma energia - consistentemente punitiva e demasiadas vezes alegre. Não estou a falar de pessoas sobreviventes que nomeiam pessoas agressoras ou perpetradoras - o trabalho de uma pessoa sobrevivente é sobreviver, utilizando todas e quaisquer ferramentas disponíveis para parar o abuso e a dor que lhe são infligidos. Estou a falar sobre o que fazemos quando ouvimos falar de danos, abusos ou conflitos - nós, como membros da comunidade, amigues, família, parceires, colegas de trabalho, companheires, pessoas envolvidas nos nossos próprios ciclos de danos e cura. Como movimentos que tentam quebrar ciclos de danos e abusos, como tratamos es sobreviventes e aquelus que causam danos enquanto membros da comunidade, uma vez que elus se manifestam? Atualmente, uma grande variedade de atos prejudiciais é colapsada num rótulo de "pessoa/organização má e descartável" e recebe um castigo: um *call-out*, muitas vezes para uma forma de cancelamento imediato. E nas relações, a par destes ciclos de identificação de danos e abusos, e por vezes sobrepondo-se a eles, existem os conflitos. Os nossos conflitos, as nossas divergências interpessoais, podem atualmente escalar para uma linguagem e respostas de danos e abusos. Temos medo, e pensamos que isso vai aliviar os nossos medos e tornar-nos mais segures se conseguirmos clarificar ume inimigue, alguém fora de nós que é a pessoa culpada, que é a pessoa responsável, que é a causadora do dano. Podemos reconhecer que o trauma e o conflito podem distorcer a nossa perspetiva de responsabilidade e culpa de maneiras que dificultam a identificação das raízes do dano? O julgamento e o castigo instantâneos são práticas de poder sobre es outres. É o que aquelus que têm poder fazem àquelus que não es podem impedir, que não podem exigir justiça. Esta injustiça do poder é praticada a nível individual e coletivo. O que me preocupa é a frequência com que parece que esta reação instantânea está a acontecer dentro dos movimentos.»

Não Nos Cancelaremos
adrienne maree brown
Biblioteka
2025, 142 pp.

Em breve teremos várias cópias do livro "Não nos Cancelaremos e Outros Sonhos de Justiça Transformativa" de adrianne marie brown para distribuir na Biblioteka, aberta às terças-feiras entre as 16h e as 19h, na Sirigaita, Rua dos Anjos 12/f. Se não nos conseguires visitar e quiseres uma cópia para ti, envia-nos um e-mail para biblioteka@bastardi.net.

vozesdedentro.noblogs.org
vozesdedentro@riseup.net
FB: Vozes De Dentro
Instagram: @vozes_dedentro

Tinha uma rotura de ligamentos cruzados no joelho e do menisco e estive a ser seguido em vários hospitais, entre os quais o Hospital de S. João no Porto pelo menos durante 2 anos e quando estava a aguardar marcação de cirurgia fui transferido para o E.P Coimbra, onde tive de começar outra vez todo o processo, processo esse que não foi concluído, porque fui novamente transferido agora para o E.P Guarda, onde tive que fazer tudo novamente mas como tinham uma longa lista de espera mandaram-me um cheque de cirurgia no qual tive a oportunidade de poder escolher um hospital com uma lista de espera mais curta. Dado que sou de Viana do Castelo escolhi o hospital da Misericórdia de Vila Verde, mas para poder ser operado tive de ser transferido para o E.P. Braga por 3 vezes, a primeira foi para ter uma consulta de 5 minutos e para ter essa consulta tive que estar em trânsito uma semana, na qual perdi 12 kg, sendo que tenho 97 kg e fui até aos 85 kg, porque a comida era de muito má qualidade até para o standart de muitos E.P.s em que já estive. Posso dizer que já estive tanto em trânsito como transferido em muitos E.P.s. Além dessa fraca qualidade era muito pouca em quantidade. Depois fui para esse E.P. Braga para ser operado e tive que ficar ali um mês onde se passaram coisas que qualquer juíz, director de EP ou mesmo chefia devia ter vergonha, pois tinha as minhas coisas numa cela com mais 3 companheiros e no pouco tempo que estive no hospital "48h" o chefe andava sempre a ligar para os guardas que estavam comigo para que pedissem ao médico para me dar alta para voltar para o EP. Não contentes com isso mandou o Chefe P. os outros reclusos desalojar a cela onde me encontrava na minha ausência e desapareceu-me uma máquina de barbear.

Quando regresso venho de muletas e obrigam-
-me a meter-me dentro da carrinha do E.P. uma renault azul escura. Quando chego ao E.P. dou-me conta que as minhas coisas estavam na chefia e eu não tinha cela para onde ir, cheio de dores e cansado.

Esse chefe P. obriga-
-me a ir para a camarata das entradas onde estavam outros quatro companheiros porque a cela deles estava a ser pintada, mas o mal é que nem cama havia ali para mim, o bem foi que os companheiros que lá estavam prontificaram-se para me ajudar, foram buscar outra cama para o beliche, a tábua, o colchão, a roupa da cama, fizeram-me a cama e cederam-me o beliche de baixo. Nesse mesmo dia a saberem o meu estado, pois não podia fazer esforços nem pousar o pé no chão, fui obrigado a levantar-me para ir tomar a medicação e uma injecção para prevenir sofrer alguma trombose por causa da operação que tinha sido sujeito. Quanto a comida ainda me levaram à cela nos primeiros dias mas o [...] ainda tentou após cerca de uma semana pressionar-me para ir comer ao refeitório, o bem foi que perguntei-
-lhe se me acontecesse alguma coisa no joelho se era ele quem me pagava uma nova operação, pois o refeitório à entrada tem uma rampa e para ali chegar tinha que passar por debaixo de água, porque não é dentro das alas, é fora, à beira de uns contentores onde eles dão aulas de informática. Estive nessas condições mais de um mês, para tomar banho tinha que enrolar sacos de plastico na perna e pedir aos meus companheiros para meterem duas cadeiras no balneário, uma para eu me sentar e outra para pousar o pé, pois não podia molhar o penso. Se o molhasse tinha (supostamente) que voltar ao hospital para que o médico me visse e digo supostamente porque cheguei com o penso molhado duas vezes e nunca me levaram ao hospital. Limitaram-se a fazer-me uma espécie de pensos que não correspondiam em nada com o que deveria levar, até porque não tinham material necessário para me fazer o curativo como devia ser feito. Chegou ao ponto que quando voltei ao hospital para a primeira consulta pós-operatório - que foi cerca de uma semana depois - o médico ter-
-me dito a mim, e aos guardas que iam comigo também, que aquilo não era serviço que se fizesse e que já tinha vários pontos infectados. Foi nessas condições que estive até que fiz pressão para regressar ao meu E.P. de origem pois estava e estou á frente da rádio interna, a Rádio Guarda-me[1], dinamizada por vários reclusos e reclusas.

Cheguei ao meu E.P. de origem e o médico que estava à frente dos serviços clínicos (chamar-lhe incompetente é pouco) só me viu uma vez e foi para questionar se realmente tinha sido operado... Aquilo que foi? Nem me mandou fazer fisioterapia conforme o médico do hospital me mandou fazer nem nada e o pior nem foi isso tudo… foi que tive que voltar a passar por tudo novamente pois o joelho não ficou em condições, e desde Novembro do ano passado que estou assim sem fisioterapia, a não ser a que eu vou fazendo pois tenho alguns conhecimentos de exercícios que ajudam. Já fui operado várias vezes a lesões mais graves a ponto de pôr platina na mão esquerda e no cotovelo direito, graças a deus que essa operações ainda foram feitas quando estava em liberdade porque se tivessem sido durante todos estes anos de reclusão estava bem lixado e já meio aleijado.

1 A rádio interna do Estabelecimento Prisional da Guarda "Rádio Guarda-me " criada no âmbito do projeto Radioatividade da Terceira Pessoa, leva já quase dois anos de emissão. O projeto RadioATIVIDADE iniciou-se em 2022, mas a Rádio Guarda-me teve a sua primeira emissão a 14 de dezembro de 2023, com uma emissão de rádio produzida pelos próprios reclusos com entrevistas, música e conteúdos originais. https://antena2.rtp.pt/dossiers/projeto-radio-
-atividade/

Relatos de um coração partido.

Uma solidão num espaço pequeno
Aqui dentro não é um dia de cada vez, é mesmo um dia satisfação da dor
os homens vêm sozinhos pra prisão, caminham sozinhos
as mulheres nunca vêm sozinhas;
carregamos com elas a vida, a família
os filhos os problemas, dor, mágoa, revolta
solidão choros
o medo de não voltar a ver, o preço a pagar pelos erros, revolta. Aqui dentro não a esperança
pouco humanistas.
O arrependimento é o menor dos nossos sentimentos
se formos a dizer o que sentíamos não saiamos da cadeia
A cela não e nossa, não e nossa casa, o grande desafio é lidar connosco proprios não imaginava que fosse possível eu estar sozinha na solidão.
Ser ex-condenada é difícil de ser aceite socialmente.
Quem não tem ajuda na prisão é complicado
Estive no fundo sem nada quem não tem dinheiro aqui se passa mal a cadeia não nos ajuda em nada, não dão apoio a ninguém, não há reinserção aqui dentro não nos ligão nenhuma. Na rua era lembrada na prisão sou esquecida. Sair daqui com um saco na mão e não ter uma cama para dormir

Aqui é uma perdida de tempo não somos ajudadas em nada, nos fechão as portas como se fossemos sei lá o quê. :'(
A mim me robaram minha pequenina princesa
eu entrei a prisão minha filha com 4 aninhos pra instituição, no início eu tinha videochamada com a minha menina e falava com ela pelo telefone. e so me decia mama anda a buscarme, e ela me decia isso meu coração chorava lágrimas de dor, ouvir minha filha: mama anda a buscarme e sentia desespero ansiedade revolta por que eu não podia ir buscar a minha filhinha porque estava detrás das grades. Priciso de ver minha filha dar le um beijinho e dizerle que a amo.
Roubaram-me a minha filha, adotarão sem me dizerem nada, foi embora sem dar-lhe um bejinho um abraço, é muito estranho estar aqui e sem saber da minha filhinha, esta dor e este vacio que alastro comigo sem saber da minha filhinha, sinto dor um buraco no meu coração em solidão sem saber nei ver a minha filhinha do meu coração :'(. tristeza. Mas tanho esperança de sair e procurar a minha filha e abraçala como antes estávamos sempre juntinhas e de repente nos separam, ela pra instituição e eu pra prisão, é uma dor que não se pode explicar, doi muito :(.
Beijinhos pra todas as pessoas que estão a ler de uma mãe destruída sem saber da minha bonequinha. Um grande beijo pra todas as presas e muita força que de aqui saímos e vencemos nossa Liberdade. Força.
Também aproveito pra agradecer as voz de dentro pelo carinho e força ajuda que me teiem dado. Um abraço bem grande e um obrigado as voz de dentro que nos ajudão tanto.
Obrigado vozes de dentro estamos juntos.

Tenho ideia dos erros que podia ter evitado

Isto tornou-me mais resiliente paciente.
Sou uma pessoa mais triste com expetativas de ser feliz no futuro quando tenha a meu lado meus filhinhos, é difícil explicar o que sinto.
Não sinto que isto é um fundo sem saída
Isto é uma passagem.
Aqui levamos a escola da vida. Nos aqui somos nos so nos.
É uma realidade que não é nossa temos de aprender a lidar com isto tudo, so posso confiar em mim aqui dentro, e manter a força.
Não me quero esquecer da pessoa que sou. Os meus valores.
Se mudar é pra melhor quero que isto seja uma aprendizagem e não uma fase oscura da minha vida.
Isto é uma luta diária é uma luta com nossa cabeça.
Vivo na cadeia, dentro da cadeia mas não vivo pra cadeia.
Pensar que quando chegar la fora, quero ser mais forte que nunca.

Quando cai na prisão foi um choque uma realidade sofrese muito, sem ver meus filhos, sem família, aqui em esta solidão que aperta o coraçao e doi. Choro lagrimas de sangue sem saber da minha menina, a dor maior e estar presa. Sinto o que a maior parte das reclusas sente. Injustiça, somos cidadãos de segunda, só temos deveres se falamos, temos represálias o espirito da lei estão tam bem feitos que atribui competências a pessoas que interpretam a lei como querem.
Eu fui condenada a 8 anos de prisão, por causa do meu ex-companheiro, que era esquizofrénico de ciúmes doentios, me maltratava, logo alugamos um táxi pra ir a uma cidade, e eu sem saver nada, mando parar o táxi, o mando sair do carro, deixo o taxista no meio da estrada e fugimos com o carro, a ele lhe puseram 10 anos e 9 meses, e a mim por cumplicidade 8 anos, dos quais levo 4 anos e meio, sem uma percaria e tanho um comportamento estável, sem participações, já me foram negadas 8 percarias, e meu crime é: um roubo simples cumplicidade. Sinto revolta, a justiça é injusta. Mas estou firme e de pé e de aqui vou sair com mais força
a prisão não me derruba, só que dói sem estar e sem saber dos meus filhinhos. Mas sei que quando sair, vou lutar tudo que poder pra estar com meus filhinhos que são a razão do meu viver, e por eles eu sou mais forte aqui dentro, quero lutar e sair pra estar com eles todo este tempo que não tive.
Um grande abraço e bejinhos a toda a equipa de vozes de dentro que tanto me dão forças.
Obrigados a toda equipa
Estamos juntos.

Insensato, um café-livraria em Tomar

Qual é a história do Insensato e como é que a ideia de criar um café literário se materializa?

Eu (Gabriel) e a minha esposa (Selma) vivíamos na zona de Lisboa e ambos tínhamos empregos na área da comunicação/marketing, mas há algum tempo que acalentávamos o sonho de ter um negócio próprio que aliasse a minha paixão por livros e a dela por comida. Fomos alimentando essa vontade ao longo da pandemia e, em 2021, quando muitas das restrições à liberdade das pessoas foram levantadas decidimos que era altura para avançar. Sou de Tomar e essa cidade surgiu-nos como a opção mais lógica, uma vez que não queríamos apenas uma mudança profissional, mas também uma mudança de vida, neste caso indo para uma cidade mais pequena. Não escondo que o salto foi arriscado, já que ao nos despedirmos ficámos expostos ao risco, daí o nome do espaço, Insensato. Foi uma decisão algo irracional, repentina e, porque não, insensata, pois decidimos abrir o estabelecimento ainda durante a pandemia e ainda para mais um café-livraria. Sabe-se como as livrarias - as pequenas independentes - são hoje em dia quase como peças de museu. Todos os meses lemos nas notícias sobre mais uma que fechou ou que foi absorvida pelos grandes grupos. E sabemos o quão pouco os portugueses leem. E é um negócio com uma margem de lucro muito pequena. Tudo junto tornou esta viagem assustadora, mas entusiasmante. Entretanto, e ao longo do tempo, fomos explorando cada vez mais a vertente da comida, nomeadamente com opções vegetarianas, vegan ou sem glúten, e apesar de ainda nos chamarmos Insensato Café-Livraria, na verdade somos atualmente sobretudo um restaurante-livraria.

Como é que o vosso espaço se enquadra na cidade de Tomar e no seu dinamismo cultural?

Tal como no que respeita à comida, enquanto livraria o nosso objetivo é simples: oferecer o que não existe na cidade e redondezas. Tentamos que os pratos que servimos sejam únicos. O mesmo quanto aos livros: no Insensato encontram-se livros que não se vendem noutras livrarias da região. Temos livros novos e usados, primeiras edições, livros esgotados e livros de editoras independentes. O Insensato não é o sítio para se comprar o mais recente best-seller. O nosso foco é a literatura de qualidade e o ensaio. Enquanto livreiro, o meu papel é filtrar o bom e o mau (sabendo o quão subjetiva essa missão pode ser). Tento ler, ou pelo menos folhear, todos os livros que chegam à livraria. Se considerar que um livro não é bom devolvo-o, não o vendo. Sei que estou a trabalhar para um nicho de mercado (como sucede com a nossa oferta de comida), mas é nesse nicho que quero apostar e servir bem. Quem vem ao Insensato já sabe o que vai encontrar e sabe que não me desvio dos padrões de qualidade que defini. Assim sendo, e respondendo diretamente à pergunta, considero que o nosso espaço tem um papel importante no dinamismo cultural de Tomar, disponibilizando à população da cidade uma oferta que, deixando de lado falsas modéstias, poucas cidades no país podem contar.

Tento ler, ou pelo menos folhear, todos os livros que chegam à livraria. Se considerar que um livro não é bom devolvo-o, não o vendo ndo a organização ao limite, obrigando-a a romper com a solidariedade aos presos sociais.

Se alguém se aproximar da caixa registadora com um mapa na mão e vos pedisse um conselho de leitura, que livro aconselhariam? Porquê?

O livro que mais tenho recomendado é A Charca, do escritor português Manuel Bívar. É um livrinho da editora Língua Morta e é para mim o mais pertinente e corrosivo texto publicado nos últimos anos sobre a sociedade atual. O autor leva tudo à frente. Critica o nosso modo de vida nas cidades, nas aldeias, no campo. Muitas pessoas procuram a literatura para validarem as suas ideias e encontrarem o que já conhecem. Prefiro ser abanado e mesmo atacado, que é o que Bívar faz neste livro. Ser atacado faz-nos questionar as nossas opções e, na minha opinião, esse deve ser um dos papéis da literatura. Leio um excerto para que se perceba o tipo de temas que Bívar aborda:

"A negação do futuro era de tal forma que ninguém se queria mais reproduzir e esse momento ia sendo lançado para outro tempo e chegava agora ao cúmulo de ser lançado para depois da morte. E enquanto isto capavam-se os cães e os gatos com obsessão. Era puro desejo de controlo. A gaiola do canário na cozinha, que não era mais do que o trazer da selva para dentro de casa, não a domesticando e mantendo-a distante, horrorizava os que cortavam as unhas e vestiam os cães. Pobres bichos que não se reproduziam, capados por donos que também não se reproduziam e congelavam esperma, que viviam rodeados da ideia de sexo, mas que não se tocavam porque ninguém fazia sexo. Medicados, rodeados de robôs sexuais que espancavam, deprimiam-se, drogavam-se... Não pensavam em mais nada que não sexo e não tinham sexo. Tudo se tornava um japãozinho. Era ali que se podia ver o clarão do futuro".

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 47
Outubro-Novembro 2025

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Rua principal de Algeruz, CCI 3320
2950-077 Palmela
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Garras*, D.M., Os Ingovernáveis, Vozes de Dentro, Outros Ângulos, Júlio Henriques, Borboleta Azul, Jorge Valadas, André Lemos, Biblioteka, Fernando Amaral, Fernando Silva, Pedro Mota, Pedro Cartaxo, Guilherme Serôdio, Emma Andreeti, Inês Barbosa, Manuela Mendes, Agostina Nievas, Maria João Rosa, Emanuelle Maia, Sandra Pinheiro, Andrea Pavoni, Laura Sordini, Vrginia Soler, Isaura Simas Pereira, Inês Pucarinha, Carlos Godinho, Ricardo Ventura, Pedro Cerejo, Sofia Pereira, Susana Baeta, Ana Queijo, Diana Dionísio, Mariana Vieira, Ana Afonso, Rolando
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50,
2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 47
OUTUBRO-DEZEMBRO 2025
3000 EXEMPLARES

Celebremos a Disgraça!

MAPA BORRADO

A campanha de angariação de fundos para a compra da Disgraça está a terminar com sucesso, atestando o dinamismo deste centro social anarquista em Lisboa.

A energia anarco-punk fez da Disgraça, espaço nascido em 2015, o ponto mais efervescente de uma cena alternativa DIY lisboeta, um embrião e uma casa de acolhimento a inúmeros projetos e coletivos antiautoritários nos últimos 10 anos. Perante as ameaças iminentes que decorrem da gentrificação de Lisboa, esse fantasma que assola muitas coletividades e espaços de resistência cultural da cidade, a Disgraça assumiu o desafio de ultrapassar a angústia com os aumentos absurdos de rendas e comprar este espaço na Penha de França.

Uma vez vencido o enorme desafio de angariar a soma de 275.000 euros, está prevista a escritura de compra para este mês de outubro de 2025. O momento é de celebrar a Disgraça, assinalando o seu dinamismo em garantir a perduração de um centro social anarquista em Lisboa. Um espaço que se define a si mesmo como «laboratório informal, várias vezes desajeitado mas obstinado, de práticas e formas de pensar anti-autoritárias, organizado horizontalmente, por voluntáries que, entre si e com quem lá vai, experimentam, cuidam, pensam, decidem, erram, antagonizam, transformam, catalizam, abrigam e, juntes, aproximam-se de um ensaio de um mundo onde o que desenha a vida não são as lógicas do capital».

Em setembro do ano passado, a Disgraça assinou o contrato de promessa de compra e venda com a entrega 10% de entrada do valor total. Um ano decorrido o *crowdfunding* somava à volta de 45.000 euros e mais de 500 doações. O restante montante reunido resultou da obtenção de empréstimos solidários sem juros (c. 160.000) e verbas provenientes de eventos de angariação de fundos que percorreram toda a Europa (c. 70.000). Aqui chegados, à compra do espaço, vêm-se realizadas as principais aspirações do coletivo que, desde o seu início, alertara ser «fulcral que haja espaços estáveis onde se possa aprender, partilhar, conspirar e (des)construir de forma coletiva e horizontal», Dos concertos, às refeições da cantina vegan, da livraria anarquista Tortuga, ao ginásio e loja livre, o espaço tem a montra da livraria aberta para a Rua Penha de França, um pouco acima da Escola Secundária Luísa de Gusmão. Aí entrado é ir descendo às profundezas: primeiro pelo piso onde conversas, reuniões e outros afazeres vão acontecendo por entre as estantes da BOESG (Biblioteca dos Estragos da Sociedade Globalizada), e por vezes tropeçando nas pilhas de jornais MAPA que a cada edição ali são armazenadas (uma ajuda que não esquecemos, aproveitemos para referir). Mais abaixo e levando pelo caminho algo da loja livre Desumana, chega-se ao local mais vivenciado da Disgraça: a sala de convívio, onde chegam os cheiros dos pratos que afamaram a cozinha vegan da sua cantina. Aí poderá estar a acontecer simultaneamente uma roda de conversa ou uma projeção de filmes e documentários. Por fim chega-se às tais profundezas, que mais não são que o lugar memorável onde centenas de bandas partilharam a sua música, o seu suor e um convívio que poucos esquecem. Ao lado uma sala de ensaios, uma oficina, uma serigrafia e um ginásio (o lugar mais arrumado …) compõem os cerca de 1000m2 da casa.

Tudo isto se passa num pressuposto base, como já foi antes referido ao Jornal MAPA: «É importante para nós que a Disgraça seja um espaço onde as pessoas se possam envolver facilmente e onde não haja binários rígidos entre pessoas organizadoras e consumidoras» e no seu percurso nem tudo tem sido fácil ou isento de conflitos, uma vez que, no fim de contas, «a horizontalidade é um trabalho sempre em curso».

> é «fulcral que haja espaços estáveis onde se possa aprender, partilhar, conspirar e (des)construir de forma coletiva e horizontal»

«Ao longo do tempo, a Disgraça tem sido um local de convergência e organização de lutas na cidade e fora dela, proporcionando espaço para reuniões, preparação de materiais, eventos e angariações de fundos. Entre os meandros da manutenção e organização do espaço, houve conversas e grupos de leitura sobre anarquismo, anti-racismo, anti-colonialismos e as mais diversas lutas indígenas, *queer* e feministas. Reduzindo a fossa entre a teoria nas prateleiras da Tortuga, e a prática – nas nossas vidas. Houve mesas-redondas sobre abolição das prisões e apoio a preses, luta pela habitação e okupação, bem como estratégias de resistência ao capitalismo verde, ao colapso climático e extrativismo.»

Ainda que assombrada pelo recente despejo de outros espaços na cidade, como a Zona Franca dos Anjos, na justa celebração desta vitória ecoa uma certeza: «ao adquirir coletivamente o espaço da Disgraça, todos os coletivos de resistência e movimentos sociais que dependem deste centro social ganharão maior sustentabilidade e autonomia. Sem uma renda e um senhorio, podemos focar-nos em continuar a criar hoje o futuro que queremos construir amanhã».

SUBLEVIAÇÃO DO MAR
O deepsebot m3000, está a detetar um vulto estranho
Atenção!! Está ser abalroado...
EHEH SOMOS A NATUREZA A DEFENDER-SE A ELA PRÓPRIA
OINOINOINOINNNN, SABES QUE ESSA FRASE ME DEIXA DESCONFORTÁVEL
OUTRA VEZ OiiiiiiiiiiiNNNBBUP? SEMPRE ESSA MANIA DE TE SEPARARES DO MUNDO NATURAL
NÃO É ISSO... MAS DESCONFIO DE LEMAS EM NOME DA VIDA E DA NATUREZA...
...SUGERE TEORIAS DE SUBSTITUIÇÃO, ELOGIOS INTEGRISTAS DA FAMÍLIA, VIOLÊNCIA CONTRA CORPOS CONSIDERADOS INFERIORES
ESTÁS A GOZAR? TU QUE NEM 5 MINUTOS FICAS COM A CRIANÇA PARA EU IR CAÇAR EM PAZ !!!!!!!!
POR FALAR EM CRIANÇA, ONDE ANDA A CRiiiiiiiRODUNGBLUUUUU?
NÃO TENHO NENHUM CAPITAL BIOLÓGICO A CONSERVAR
OUTRA VEZ ATRÁS DOS LEMES...
FALTA DE FOCO, ESTA JUVENTUDE
VARGAS '25